

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Karyn Horst

**DO CHÃO BATIDO À SALA DE AULA - A TERRITORIALIZAÇÃO DO MST
NA CONSTITUIÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL
ATALIBA RODRIGUES DAS CHAGAS - SÃO GABRIEL - RS**

Santa Maria, RS
2016

Karyn Horst

**DO CHÃO BATIDO À SALA DE AULA - A TERRITORIALIZAÇÃO DO MST NA
CONSTITUIÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL
ATALIBA RODRIGUES DAS CHAGAS - SÃO GABRIEL - RS**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Área de Concentração de Dinâmicas Territoriais do Cone Sul, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Geografia**.

Orientador: Professora Doutora Ane Carine Meurer

Santa Maria, RS
2016

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Horst, Karyn

DO CHÃO BATIDO À SALA DE AULA - A TERRITORIALIZAÇÃO DO
MST NA CONSTITUIÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO
FUNDAMENTAL ATALIBA RODRIGUES DAS CHAGAS - SÃO GABRIEL -
RS / Karyn Horst.- 2016.
201 p.; 30 cm

Orientadora: Ane Carine Meurer

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Naturais e Exatas, Programa de
Pós-Graduação em Geografia e Geociências, RS, 2016

1. Educação do Campo 2. Territorialização 3. Movimento
Socioterritorial I. Meurer, Ane Carine II. Título.

© 2016

Todos os direitos autorais reservados a Karyn Horst. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita mediante a citação da fonte.

E-mail: karynhorst@yahoo.com.br

Karyn Horst

**DO CHÃO BATIDO À SALA DE AULA - A TERRITORIALIZAÇÃO DO MST NA
CONSTITUIÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL
ATALIBA RODRIGUES DAS CHAGAS - SÃO GABRIEL - RS**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Área de Concentração de Dinâmicas Territoriais do Cone Sul, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Geografia**.

Aprovado em 14 de julho de 2016:

Ane Carine Meurer, Dra (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Carmen Rejane Flores Wizniewsky, Dra. (UFSM)

Ricardo Antônio Rodrigues, Dr. (IFF)

Santa Maria, RS
2016

“...se alguns têm muito, é porque a maioria não tem nada. Alguns grandes proprietários, atraídos pela paixão da terra, podem também ter a ambição de serem admirados como benfeitores locais; mas o fato de que a grande propriedade devora a terra ao seu redor é um desastre, apenas menor que a devastação e o incêndio. Ela termina, aliás, por chegar ao mesmo resultado, isto é, à ruína das populações e muitas vezes à própria ruína da terra.”

Élisée Reclus

DEDICATÓRIA

*Aos meus pais, Milton e Altahyr.
Aos meus filhos, Henrique e Beatriz.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha orientadora Ane Carine Meurer pelo profissionalismo carinhoso de orientação.

Agradeço aos professores do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Santa Maria pelos ensinamentos.

Agradeço a minha mãe Altahyr Horst por me ensinar a continuar sempre e a minha irmã Rosella Horst pelo apoio e incentivo.

Agradeço ao meu pai Milton Horst por ter me passado o prazer pelo estudo e pela revisão incansável dos meus textos.

As minhas amigas e Isolete Nunes e Daniela dos Santos pela assessoria nessa travessia.

Agradeço aos meus filhos Beatriz Horst e Henrique Horst por terem me auxiliado inúmeras vezes, seja com sugestões, seja com dicas e trabalhos especializados, seja por me ouvirem em horas de desânimo.

Agradeço ao meu companheiro Flávio Henrique Machado pelo estímulo na construção deste trabalho.

Agradeço aos órgãos Públicos como Bibliotecas, Museus, Arquivos, Registros de Imóveis que sempre abriram suas portas para que essa pesquisa fosse realizada.

Agradeço aos alunos, professores e funcionários da Escola Estadual de Ensino Fundamental Ataliba Rodrigues das Chagas pela coragem de construir a história.

Agradeço aos camponeses que trazem consigo o desejo de uma sociedade melhor.

A todos agradeço na pessoa de Mirieli Fontoura, que acreditou em mim mais do que eu mesma. Sem o seu apoio incondicional e confiança não estaria completando mais essa etapa de meu Mestrado em Geografia.

RESUMO

DO CHÃO BATIDO À SALA DE AULA - A TERRITORIALIZAÇÃO DO MST NA CONSTITUIÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL ATALIBA RODRIGUES DAS CHAGAS - SÃO GABRIEL - RIO GRANDE DO SUL

AUTORA: Karyn Horst

ORIENTADOR: Professora Doutora Ane Carine Meurer

Em um momento em que os povos do campo redefinem o espaço rural do município de São Gabriel, um olhar geográfico para a análise da territorialização do MST na constituição da Escola Estadual de Ensino Fundamental Ataliba Rodrigues das Chagas, situada no Distrito do Batovi, no Município de São Gabriel, no Estado do Rio Grande do Sul, cabe ser lançado. O problema da pesquisa situa-se no estudo de como ocorreu o processo de territorialização do MST na Escola Ataliba Rodrigues das Chagas, escola que atende crianças provenientes de 7 assentamentos do MST criados no espaço rural de São Gabriel, a partir do ano de 2008. Diante dessa questão podemos traçar como objetivo geral apreender como se deu o processo de reconfiguração da Escola Estadual Ataliba Rodrigues das Chagas, a partir da criação dos assentamentos em São Gabriel, em 2008. Para tanto se fez necessário: 1. realizar uma revisão histórica da questão agrária no Brasil com a finalidade de compreender a evolução territorial agrária em São Gabriel, 2. comparar a evolução dos conceitos de propriedade e educação nas diversas Constituições Brasileiras, 3. abordar a luta do MST pela conquista da terra e em especial a luta do MST pela educação, no município de São Gabriel, 4. entender como foi construída a legislação para a Educação do Campo e qual a concepção do MST em educação, 5. caracterizar a escola estudada e 6. compreender quais as transformações da Escola Ataliba a partir da criação dos assentamentos em São Gabriel, no ano de 2008. Para cumprir com os objetivos formulados empreendeu-se pesquisa qualitativa com levantamento bibliográfica e documental, questionários e entrevistas, além de diálogos informais e confecção de redações com os alunos da escola estudada. O processo de territorialização do MST na constituição da Escola Estadual de Ensino Fundamental Ataliba Rodrigues das Chagas iniciou com a conquista da terra mas precisa ser constantemente refletido e renovado por todos os segmentos que fazem parte da comunidade escolar, pois os povos do campo já não concordam mais em receber uma escola que não atenda efetivamente seus interesses.

Palavras-chave: Educação do Campo. Territorialização. Movimento Socioterritorial

ABSTRACT

FROM THE GROUND TO THE CLASSROOM - THE MST TERRITORIALIZATION IN THE CONSTITUTION OF THE ELEMENTARY SCHOOL ATALIBA RODRIGUES DAS CHAGAS - SÃO GABRIEL - RIO GRANDE DO SUL

AUTHOR: Karyn Horst

ADVISOR: Professor Ane Carine Meurer

In a time when the peoples of the field redefine the countryside of São Gabriel, a geographic look at the analysis of the MST territorialization in the constitution of the State Elementary School Ataliba Rodrigues das Chagas, located in the District of Batovi in the Municipality São Gabriel, in the state of Rio Grande do Sul, it should be released. The problem of the research lies in the study of how was the process of MST territorialization at the School Ataliba Rodrigues das Chagas, school that serves children from 7 MST settlements created in rural areas of San Gabriel, from the year 2008. Facing this question we can trace the general objective to grasp how was the process of reconfiguration of the State School Ataliba Rodrigues das Chagas, from the creation of settlements in São Gabriel, in 2008. Therefore it was necessary to: 1. conduct a historical review of the agrarian question in Brazil in order to understand the agrarian territorial development in San Gabriel, 2. compare the evolution of concepts of property and education in the various brasilians Constitutions, 3. address the struggle of the MST for land and especially the struggle of the MST for education in the municipality of São Gabriel, 4. understand how it was created the Educational Field legislation and how MST design education, 5. characterize the school studied and 6. understand what transformations of Ataliba School from the creation of settlements in São Gabriel, in the year 2008. To meet the goals formulated conducted a qualitative survey of bibliographic and documentary survey, questionnaires and interviews, and informal dialogues and making essays with school students. The process of the MST territorialization in the constitution of the State Elementary School Ataliba Rodrigues das Chagas began with the conquest of the land but needs to be constantly reflected and renewed for all segments that are part of the school community, as the people of the country no longer agree more to receive a school that does not effectively meet their interests.

Keywords: Rural Education, Territorialization, Socioterritorial movement

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa dos Confins do Brasil Com as Terras da Coroa de Espanha na América Meridional.....	39
Figura 2 - Cerca de 200 mil pessoas se reuniram na Central do Brasil para ouvir o discurso de Jango em defesa das reformas de base (Arquivo Nacional / Correio da Manhã)	47
Figura 3 - Primeiro Boletim Sem Terra.....	50
Figura 4 - Fotografia tirada no acampamento da Encruzilhada Natalino, em 04 de outubro de 1981, pela autora da dissertação, que na época residia no município de Sarandi/RS.....	51
Figura 5 - Assassinatos, ameaças de morte e tentativas de assassinato de camponeses e trabalhadores rurais no Brasil – 1986-2006	52
Figura 6 - Número de famílias assentadas, em mil	55
Figura 7 - Evolução da população total no Brasil– 1950 a 2000	56
Figura 8 - Evolução população rural regional no Brasil - 1950-2000.....	57
Figura 9 - Dinâmica demográfica de São Gabriel, 1940 a 2010.....	57
Figura 10 - Panfleto à população gabrielense	60
Figura 11 - Casa em luto por ocasião da chegada do MST em São Gabriel	61
Figura 12 - Acampamento do MST formado em 2016, em São Gabriel, distrito do Batovi	63
Figura 13 - Brasil - Evolução da população rural-urbana entre 1940-2006	79
Figura 14 - Mapa de localização do Município de São Gabriel	108
Figura 15 - Mapa Político administrativo do município de São Gabriel.	109
Figura 16 - Mosaico de fotografias: (a) - Cerro do Batovi (b) - Estância do Batovi datada de 1687.	111
Figura 17 - Croqui descritivo do Tratado de Santo Ildefonso, Cerro do Batovi e Estância do Batovi.....	112
Figura 18 - Mapa da Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul datado de 1809	113
Figura 19 - Mosaico de fotografias da Estância de Antônio Alves Trilha.....	116
Figura 20 - Mapa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul datado de 1822	117

Figura 21 - Mapa de Localização dos Assentamentos Rurais formados em São Gabriel- 2008 e 2010	125
Figura 22 - Degraus da antiga Escola da Ferrugem	130
Figura 23 - Prédio da Escola Ataliba Rodrigues das Chagas inaugurado em 1989	130
Figura 24 - Planta baixa da Escola Estadual de Ensino Fundamental Ataliba Rodrigues das Chagas	131
Figura 25 - Placa de Inauguração da Escola Estadual de 1º Grua Incompleto Ataliba Rodrigues das Chagas, em 23 de agosto de 1991	132
Figura 26 - Número Absoluto de Matrículas da Escola Estadual de Ensino Fundamental Ataliba Rodrigues das Chagas - 2012 a 2016.....	133
Figura 27 - Planta Baixa do Prédio Emergencial de Escola Estadual de Ensino Fundamental Ataliba Rodrigues das Chagas.....	134
Figura 28 - Ocupação da Prefeitura Municipal de São Gabriel, pelo MST, em 2009	140
Figura 29 - Mapa do município de São Gabriel, com localização de assentamentos, escola e núcleo urbano.....	143
Figura 30 - Mapa do Assentamento Conquista do Caiboaté	149
Figura 31 - Mapa do Assentamento Cristo Rei	151
Figura 32 - Mapa do Assentamento Itaguaçu	153
Figura 33 - Mapa do Assentamento Madre Terra	155
Figura 34 - Mapa do Assentamento União pela Terra	157
Figura 35 - Mapa do Assentamento Zambeze	159
Figura 36 - Mosaico de Fotografias da Escola Estadual de Ensino Fundamental Ataliba Rodrigues das Chadas - Escola Sede e Escolas Unidade	166
Figura 37 - Mapa da Localização Geográfica da Escolas: Escola Sede Ataliba Rodrigues das Chagas, Unidade Cristo Rei, Unidade Itaguaçu e Unidade Madre Terra.....	168
Figura 38 - RS 630 - Uma visão de dentro do ônibus escolar em um dia de chuva	170
Figura 39 - Tchau Transporte escolar - um dia de chuva a caminho de casa	170
Figura 40 - Resposta da Questão: Você considera a Escola Ataliba como uma Escola do Campo?	175
Figura 41 - Resposta da Questão: Quais os princípios de educação do Campo que a Escola Ataliba atende, com as seguintes opções: educação para a transformação	

social, educação para o trabalho e cooperação, realidade como base da produção do conhecimento, conteúdos formativos socialmente úteis	176
Figura 42 - Resposta da Questão: Você conhece a Escola Ataliba?	177
Figura 43 - Resposta da Questão: Onde você mora? com as seguintes opções: assentamento, Comunidade do Batovi, cidade, outro	177
Figura 44 - Resposta da Questão feita aos professores: Qual a sua formação?	179
Figura 45 - "Quadra de Esportes e de Lazer" Escola estadual de Ensino Fundamental Ataliba Rodrigues das Chagas	181
Figura 46 - Aluno do 1º Ciclo Voltando para casa no transporte escolar	181
Figura 47 - Resposta da Questão: Qual a maior dificuldade para exercer a carreira de docente na Escola Ataliba?	181

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Assentamentos criados em São Gabriel nos anos de 2008 e 2009.....	62
Tabela 2 - Notícias veiculadas pelo Jornal O Imparcial nos anos de 2003 e 2009. ..	65
Tabela 3 - Analfabetismo no Brasil na faixa de 15 anos ou mais –1900/2000	80
Tabela 4 - Evolução da Estrutura Agrária no Brasil.....	82
Tabela 5 - Assentamentos de São Gabriel.....	123
Tabela 6 - Distâncias entre assentamentos de São Gabriel, cujas crianças são atendidas pela Escola Estadual de Ensino Fundamental Ataliba Rodrigues das Chagas, considerando os pontos de embarque no ônibus de transporte escolar na estrada geral e a escola estudada e total de quilometragem de estradas internas de cada assentamento	141
Tabela 7 - Ciclos de Formação - Idade - Centralidade.....	166

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BM	Brigada Militar
BOE	Batalhão de Operações Especiais
BR	Brasil
CDL	Câmara de Dirigentes Lojistas
COPTec	Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos
CORSAN	Companhia Riograndense de Saneamento
CRE	Coordenadoria Regional de Educação
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DAER	Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem
ENERA	Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária
FAMURS	Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul
FARSUL	Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MASTER	Movimento dos Agricultores Sem Terra
MEC	Ministério da Educação
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
MP	Ministério Público
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PM	Polícia Militar
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PR	Paraná
PRONACAMPO	Programa Nacional de Educação do Campo
PT	Partido dos Trabalhadores
RS	Rio Grande do Sul
SEDUC	Secretaria Estadual de Educação
STF	Supremo Tribunal Federal
SUPRA	Superintendência de Reforma Agrária

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1- Questionário aplicado aos vários segmentos

201

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	27
2	A QUESTÃO AGRÁRIA E EDUCAÇÃO NO BRASIL	35
2.1	A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL.....	35
2.1.1	A questão agrária no Brasil de 1500 a 1860	35
2.1.2	Escravidão, imigração e revoltas e a questão agrária no Brasil	41
2.1.3	A questão agrária no Brasil da década de 30 até hoje	44
2.1.3.1	Análise da evolução das populações urbana e rural no Brasil, no Rio Grande do Sul e no município de São Gabriel.	56
2.1.3.2	São Gabriel, território da Reforma Agrária.....	58
2.1.3.2.1	Resumo das manchetes do jornal "O Imparcial" (2003 e 2009)	64
2.2	PROPRIEDADE E EDUCAÇÃO	72
2.2.1	Propriedade e educação nas Constituições Brasileiras	73
2.2.1.1	Constituição de 1824	74
2.2.1.2	Constituição de 1891	74
2.2.1.3	Constituição de 1934	75
2.2.1.4	Constituição de 1937	76
2.2.1.5	Constituição de 1946	76
2.2.1.6	Constituição de 1967 e Emenda Constitucional de 1969.....	77
2.2.1.7	Constituição de 1988	81
3	MOVIMENTO SOCIOTERRITORIAL E EDUCAÇÃO DO CAMPO	83
3.1	MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS E A EDUCAÇÃO	85
3.2	COMO FOI CONSTRUÍDA A LEGISLAÇÃO DA ESCOLA DO CAMPO ..	91
3.3	A EDUCAÇÃO NA CONCEPÇÃO DO MST	101
3.4	DESCRIÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL E ABORDAGEM HISTÓRICA.....	108
4	DE UMA ESCOLA NO CAMPO PARA UMA ESCOLA DO CAMPO? ..	127
4.1	TRAJETÓRIA DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL ATALIBA RODRIGUES DAS CHAGAS	127
4.1.1	Escola Don Félix de Azara, o início da Escola Estadual de Ensino Fundamental Ataliba Rodrigues das Chagas	128
4.1.2	Do fechamento das Escolas Itinerantes à Escola Estadual de Ensino Fundamental Ataliba Rodrigues das Chagas	135
4.1.2.1	Mapas dos Assentamentos de São Gabriel e breve relacionamento com a Escola Estadual de Ensino Fundamental Ataliba Rodrigues das Chagas.....	144
4.1.2.1.1	Assentamento Conquista do Caiboaté	145
4.1.2.1.2	Assentamento Cristo Rei	145
4.1.2.1.3	Assentamento Itaguaçu	145
4.1.2.1.4	Assentamento Madre Terra	146
4.1.2.1.5	Assentamento União pela Terra	146
4.1.2.1.6	Assentamento Zambeze	146
4.1.2.1.7	Assentamento Novo Rumo.....	147
4.1.2.1.8	Assentamento Guajuviras.....	147
4.2	COMO FUNCIONA A ESCOLA ATALIBA HOJE - UMA VISÃO DOS VÁRIOS SEGMENTOS ESTUDADOS.....	165
5	CONCLUSÃO	183
	REFERÊNCIAS	189

1 INTRODUÇÃO

“A humildade exprime, uma das raras certezas de que estou certo: a de que ninguém é superior a ninguém.”

Paulo Freire

Era o ano de 1981.

Eu residia na cidade de Sarandi, com 16 (dezesesseis) anos de idade, estudante do Magistério, no então Ginásio Sarandi, município que naquela época formava Comarca¹ juntamente com os de Rondinha, Ronda Alta, Liberato Salzano e Constantina, no norte do Estado do Rio Grande do Sul.

No interior do município de Ronda Alta, na localidade de Encruzilhada Natalino, acamparam mais de 500 (quinhentas) famílias de agricultores que viviam no norte do Rio Grande do Sul, todos identificados pela mesma causa: a falta de terra e em busca de um pedaço de chão para obter seu sustento.

A Encruzilhada Natalino se tornou símbolo da luta de resistência à ditadura militar, regime que vigia no Brasil e que implantou um modelo agrário concentrador e excludente, pois apoiava uma modernização seletiva na agricultura, excluindo a pequena agricultura.

Quem eram aquelas pessoas? E suas crianças?

Essas eram as questões que me impunha e que não consegui responder, à época.

Em agosto de 1983 minha família deixou o município de Sarandi e passou a residir na cidade de São Gabriel, na região da fronteira do Estado do Rio Grande do Sul, conhecida por Terra dos Marechais.

Por muito tempo as questões que tanto me afligiam passaram adormecidas ou mal respondidas.

Ano de 2003.

Chegam em São Gabriel os Trabalhadores Sem Terra, trazendo entre suas demandas a educação de seus meninos e meninas. Cinco anos depois cerca de 600 (seiscentas) famílias estão assentadas em São Gabriel, trazendo com elas crianças

¹ Circunscrição judiciária, sob a jurisdição de um ou mais juízes de direito.

em idade escolar, em 7 (sete) assentamentos criados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

Ano de 2012

Depois de exercer 20 (vinte) anos de magistério, em escola localizada no centro de São Gabriel, surge a oportunidade de desvendar aqueles dilemas do passado. Sou transferida para a Escola de Ensino Fundamental Ataliba Rodrigues das Chagas, localizada na zona rural de São Gabriel, a 35 km de distância da sede do município, situada no distrito do Batovi, que atende crianças provenientes de 7 (sete) assentamentos do MST.

Quem eram aquelas pessoas? E suas crianças?

Questões que me impunha há 31 (trinta e um) anos, passaram a ser respondidas juntamente com o questionamento de como ocorreu o processo de territorialização do MST na Escola Ataliba Rodrigues das Chagas. Esse é o problema da pesquisa, bem como entender quais as transformações havidas na referida escola.

O tema sobre a educação e os movimentos sociais vem ganhando grande destaque no mundo acadêmico, pautando as falas produzidas pelas lideranças dos movimentos sociais. Os estudos têm auxiliado na construção de políticas públicas mais adequadas para o enfrentamento da temática, especialmente pelo protagonismo participativo dos movimentos sócio-territoriais do campo.

São Gabriel, está situado na campanha gaúcha e reúne características *sui generis*:

1- com 170 (cento e setenta) anos, carrega grande herança cultural luso-espanhola, com a prática de vida ligada às lides do campo,

2- território de grandes propriedades, muitas oriundas de doações de sesmarias e

3- cidade com caráter político militar fronteiriço (Costa, 1988, p. 28), por onde os Tratados de Madrid e Santo Ildefonso fizeram limites e palco de várias disputas territoriais.

Esses três fatores: características regionais, caráter político-militar-fronteiriço e concentração de terras, contribuíram para que São Gabriel, o Coração do Latifúndio, fosse um dos últimos redutos com propriedades improdutivas, a receber assentados do MST, no Rio Grande do Sul.

Juntamente com a vinda das famílias assentadas começou-se a pensar em escolas do campo, agora na perspectiva dos movimentos socioterritoriais. A escola do campo, bem como as políticas públicas devem respeitar todas as formas e modalidades de educação que se orientem pela existência do campo como um espaço de vida e de relações vividas, pois o campo é ao mesmo tempo produto e produtor de cultura e não um lugar do atraso e da não cultura, quando entendido como espaço meramente de produção econômica. (SEDUC, 2013)

A Educação do Campo traz um conjunto de conhecimentos e práticas que instiga a escola a compreender o campo como um espaço emancipatório, como um território fecundo de construção da democracia e da solidariedade, porque se transformou no lugar, não apenas das lutas pelo direito à terra, mas também pelo direito à educação. (SEDUC, 2013)

Conforme Santos (2000, p. 114) o lugar não é apenas um espaço de vida, mas um espaço vivido, isto é, de experiência sempre renovada, o que permite, ao mesmo tempo, a reavaliação das heranças e a indagação sobre o presente e o futuro. É através da educação que ocorre a transformação da sociedade e os sujeitos devem estar preparados e capazes de intervir para transformar a realidade.

Para o MST a educação deve ser voltada para a sua realidade, construindo reais alternativas de permanência no campo e de melhor qualidade de vida para esta população. Diante dessa questão podemos traçar o objetivo geral do presente estudo, qual seja, compreender como se deu o processo de reconfiguração da Escola Estadual de Ensino Fundamental Ataliba Rodrigues das Chagas, a partir da criação dos assentamentos em São Gabriel.

Para atingir esse objetivo se fez necessário:

1. realizar uma revisão histórica da questão agrária no Brasil com a finalidade de compreender a evolução territorial agrária em São Gabriel;
2. comparar a evolução dos conceitos de propriedade e educação nas diversas Constituições brasileiras;
3. abordar a luta do MST pela conquista da terra, em especial a luta do MST pela educação no município de São Gabriel;
4. entender como foi construída a Legislação para a Educação do Campo e qual a concepção do MST em Educação,
5. caracterizar a escola estudada e
6. Compreender quais as transformações da Escola Ataliba a partir da criação dos Assentamentos em São Gabriel, no ano de 2008.

Para cumprir com os objetivos formulados realizou-se pesquisa qualitativa que abordou: 1. revisão histórica; 2. revisão documental; 3. questionários; 4. entrevistas, 5. diálogos informais e 6. relatos de alunos da Escola Ataliba através de redações coletadas nos anos de 2013.

A metodologia é entendida como conhecimento crítico dos caminhos do processo científico, indagando e questionando acerca de seus limites e possibilidades. Assim para Demo (1989) a pesquisa é necessária para se descobrir e criar através do questionamento relações novas, estabelecendo novos conhecimentos. É a pesquisa que, na criação, sugere, pede, força o surgimento de alternativas. Considera-se a pesquisa qualitativa a que melhor se adapta para o desenvolvimento do presente estudo, pois leva como base de seu delineamento questões e problemas específicos, adotando a utilização de questionários e entrevistas, com depoentes qualificados.

Deve-se também considerar a importância de diferentes instrumentos de pesquisa para a realização desse estudo. O levantamento de dados teóricos por meio de revisão bibliográfica de documentos oficiais se constitui, de acordo com Ludke; André, (1986) poderosa fonte de onde podem ser retiradas evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador. A revisão de literatura de obras correlacionadas tem papel fundamental no trabalho acadêmico. É através dela que os temas da pesquisa, quais sejam, movimentos socioterritoriais, territorialidade e educação do campo, questão agrária e legislações serão contextualizados dentro da grande linha de pesquisa da qual faz parte.

Assim foram consultadas várias literaturas sobre o assunto, artigos, dissertações e teses para fundamentação da mesma. Dados coletados em documentos junto a Arquivos Históricos, Jornais, Museus, Cartórios e junto ao Poder Judiciário e Ministério Público, foram de grande importância para contextualização da mesma. A pesquisa documental também foi feita nos arquivos da secretaria da Escola Estadual Ataliba Rodrigues das Chagas e Secretaria Estadual de Educação. A pesquisa em jornais que circularam em São Gabriel à época dos fatos estudados, se deu através de transcrição das manchetes afetas à pesquisa, por ordem temporal, com resumo das notícias, mantendo inclusive, os erros de redação.

Ainda nas pesquisas de campo, com a aplicação de instrumentos metodológicos, como questionários e entrevistas aos sujeitos vinculados à Comunidade Escolar estudada, bem como conversas informais, foi possível a

captação de dados relativos aos sujeitos estudados, além de estimular os entrevistados a falarem livremente sobre o tema, fazendo emergir espontaneamente, aspectos subjetivos. Ludke; André (1986) falam que a entrevista permite a captação imediata da informação desejada. É a partir da entrevista que se pretende realçar a memória, destacando elementos-chave que se expressam na oralidade.

Por fim, a sistematização dos dados coletados, conforme Alves e Silva (1992), possibilitará o resgate de como se deu o processo de territorialização pelo MST, na escola estudada. Segundo esses autores o momento da sistematização é um movimento constante, em várias direções: das questões para a realidade, desta para a abordagem conceitual, da literatura para os dados, se repetindo e se entrecruzando até que a análise atinja "ponto significativo de um quadro multifacetado."

Questionários² foram aplicados, via ferramenta Google Forms, em 13 (treze) segmentos, quais sejam:

- 1-Segmento pais/responsáveis (20 questionários enviados-10 respondidos);
- 2-Segmento alunos (71 questionários aplicados e respondidos);
- 3-Segmento alunos egressos (73 questionários enviados-49 respondidos);
- 4-Segmento comunidade local (10 questionários enviados-04 respondidos);
- 5-Segmento professores/funcionários (18 questionários enviados-16 respondidos);
- 6-Segmento professores antigos (09 questionários enviados-04 respondidos);
- 7-Segmento Setor de Educação do MST (06 questionários enviados-01 respondido);
- 8- Segmento Secretaria Municipal de Educação de São Gabriel-administração 2013 a 2016 (04 questionários enviados-01 foi respondido);
- 9- Segmento Secretaria Municipal de Educação de São Gabriel administração 2009 a 2012 (05 questionários enviados-01 respondido);
- 10- Segmento Secretaria Estadual de Educação - 19ª CRE-administração 2011 a 2015 (05 questionários enviados-02 respondidos);
- 11- Segmento Secretaria Estadual de Educação - 19ª CRE-administração 2015 a 2018 (04 questionários enviados- 01 foi respondido);

² Anexo 1 - Questionário aplicado aos vários segmentos.

12- Segmento Secretaria Estadual de Educação - SEC-administração 2011 a 2014 (02 questionários enviados- 00 respondido);

13- Segmento Secretaria Estadual de Educação - SEC-administração 2015 a 2018 (02 questionários enviados- 00 respondido).

Assim foram enviados 227 (duzentos e vinte e sete) questionários sendo 160 (cento e sessenta) respondidos, em um percentual de 70,48% do total enviado. Os dados dos questionários respondidos foram sistematizados e para aqueles, cujas respostas foram consideradas de maior relevância, foram feitas entrevistas.

Além disso, foi entrevistado 1 (um) morador da cidade de Sarandi, Juiz de Direito naquela Comarca nos anos de 1981 a 1983; 1 (um) dirigente do MST Nacional, palestrante no 11º Acampamento da Juventude realizado em São Gabriel; 3 (três) integrantes/coordenadores do MST - São Gabriel por ocasião da Etapa Regional do II ENERA sediada na Escola Ataliba; 1ª (primeira) professora da Escola Itinerante, 1 (um) professor que lecionou na Escola Ataliba, quando municipal; alunos matriculados e egressos da referida unidade escolar; além de moradores da comunidade local onde está inserida a escola estudada.

Assim foi elaborada a dissertação Do Chão Batido à Sala de Aula que será dividida em 3 (três) partes:

Na primeira parte que tem por título A questão agrária e educação no Brasil, em um primeiro momento, é analisada a questão agrária no Brasil, já que a questão da terra é foco de disputa desde sempre, no Brasil. Para Fernandes (2004) compreender a questão agrária está entre os maiores desafios dos pesquisadores das Ciências Humanas. A amplitude e a complexidade deste problema possibilitam várias leituras. Em cada estado brasileiro a questão agrária se manifesta, principalmente, nas ocupações e nos acampamentos, nas estradas e nas praças, nos latifúndios e no agronegócio. Em razão de sua importância, a questão agrária estudada é direcionada ao município de São Gabriel e na historicidade do município, bem como ao processo de territorialização do MST, por meio de marchas, acampamentos, criação e estruturação dos assentamentos. Por sua vez, é feita uma digressão sobre os conceitos propriedade e educação, com base nas diversas Constituições do Brasil.

A segunda parte, com título Movimento Socioterritorial e Educação do Campo aborda a luta do MST pela conquista da terra e especial a luta do MST pela educação no município de São Gabriel. Para se entender tais demandas, se fez

necessário compreender a importância dos movimentos socioterritoriais na construção de uma educação crítica e que promova a formação de sujeitos capazes de construir seu futuro, entender como foi construída a Legislação da Escola do Campo, buscando ainda compreender as ações dos movimentos socioterritoriais em relação às Escolas Itinerantes e à Educação do Campo. Trazer a descrição do município de São Gabriel com abordagem histórica, se tornou relevante para contextualizar o município estudado, apresentando, assim, elementos para a compreensão do que motivou os enfrentamentos havidos em São Gabriel.

A terceira parte intitulada De uma escola no campo para uma escola do campo? traz o estudo da identificação e caracterização do objeto de pesquisa, que é a Escola Estadual de Ensino Fundamental Ataliba Rodrigues das Chagas, localizada no distrito do Batovi, município de São Gabriel, oeste do Estado do Rio Grande do Sul, a fim de compreender quais as transformações havidas na escola estudada. Os dados coletados nos questionários, entrevistas, diálogos foram sistematizados para assim apreender o processo de territorialização do MST na constituição da Escola Estadual de Ensino Fundamental Ataliba Rodrigues das Chagas e também para a compreensão da Educação do Campo, concepção de educação pensada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

2 A QUESTÃO AGRÁRIA E EDUCAÇÃO NO BRASIL

“O ser alienado não procura um mundo autêntico. Isto provoca uma nostalgia: deseja outro país e lamenta ter nascido no seu. Tem vergonha da sua realidade.”

— Paulo Freire

2.1 A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

Segundo Stédile (2005) entende-se por questão agrária "o conjunto de interpretações e análises da realidade agrária, que procura explicar como se organiza a posse, a propriedade, o uso e a utilização das terras na sociedade brasileira.

Já para Fernandes (2000),

Neste final de século, o debate respeito da questão agrária contém antigos e novos elementos que têm como referências: as formas de resistência dos trabalhadores na luta pela terra e a implantação de assentamentos rurais simultaneamente a intensificação da concentração fundiária. No centro desse debate, desdobra-se uma disputa política por diferentes projetos de desenvolvimento do campo. (FERNANDES,2000)

Este item procura demonstrar, através de pesquisa bibliográfica, a evolução da questão agrária brasileira para explicar o que motivou a concentração da propriedade privada em mãos de poucos, traçando um paralelo com o Estado do Rio Grande do Sul e o município estudado: São Gabriel-RS.

2.1.1 A questão agrária no Brasil de 1500 a 1860

A questão agrária brasileira é um tema abrangente que necessita de uma digressão desde antes da chegada do homem europeu quando os índios habitavam o território brasileiro, sendo que no século XVI existiam cerca de 2.500.000 (dois milhões e quinhentos mil) indígenas, que subsistiam de caça, pesca e coleta. Algumas das etnias praticavam o trabalho agrícola itinerante. Esses povos ou foram dizimados ou aculturados pelos europeus no decorrer do processo de colonização.

Mais especificamente, no atual Rio Grande do Sul viviam, à época da "descoberta"³ do Brasil, os grupos nativos jê, pampiano (charruas e minuanos) e guarani (patos, arachanes e carijós). Os jês ocupavam as terras do Rio Grande do

³ Descobrir está entre aspas, pois existe a tese da intencionalidade do descobrimento do Brasil (BASTIANI, 2014, p.25)

Sul, ao norte do Rio Jacuí, no planalto riograndense. Os guaranis, por sua vez, conquistaram as bacias dos Rios Jacuí e Ibicui, Lagoa dos Patos e o litoral norte do atual Rio Grande do Sul. Já os pampianos, viviam no oeste do Estado. A territorialidade desses povos extrapolava o território do atual Rio Grande do Sul e no caso dos pampianos chegava à Argentina e Uruguai. (LAROQUE, 2011, p.16)

Os pampianos viviam no território sul riograndense, mais especificamente no território onde hoje situa-se São Gabriel. José de Saldanha, em seus relatos quando da demarcação da linha divisória pelo tratado de Santo Ildefonso, descreve as moradias do povo pampiano (figura 17) em terras da atual São Gabriel, as toldarias⁴. (SALDANHA, 1786-1937, p.237)

Com a "descoberta" do Brasil, pelos portugueses, não houve a colonização imediata das terras, o que só ocorreu a partir de 1530, com a divisão e distribuição de faixas de terras brasileiras, pela coroa portuguesa, as capitânicas hereditárias. As capitânicas hereditárias tinham objetivo principal de garantir aos portugueses a posse e a colonização das terras recém- descobertas, bem como outros objetivos, como diminuir despesas com colonização e garantir fontes de renda à coroa.

Anteriormente, em 4 de julho de 1494, fora firmado o Tratado de Tordesilhas por Portugal e Espanha, que traçava regras no tocante a exploração e colonização das novas terras a serem "descobertas" e que estabelecia uma linha imaginária a 370 léguas de Cabo Verde⁵. As terras a oeste desta linha pertenceriam à Espanha, enquanto as terras a leste eram de Portugal, dividindo o globo terrestre em dois hemisférios.

Por tal tratado, as terras que hoje formam o estado brasileiro do Rio Grande do Sul onde está inserida a cidade de São Gabriel, pertenceriam à Espanha. Contudo, o interesse de Portugal em minas de prata⁶ descobertas no território pertencente à Espanha, atual Bolívia, despertou a cobiça do monarca português. Isso fez com que Portugal passasse a discordar dos limites impostos pelo Tratado de Tordesilhas.

Concomitantemente os dois países passam a disputar o território do atual Rio Grande do Sul, colonizando-o. Enquanto Portugal colonizava suas terras de leste a oeste, Espanha colonizava as suas de oeste a leste, sendo o centro e o oeste do Rio

⁴ Povoação de índios formada de tendas ou barracas e cobertas de peles de animais.

⁵ País africano constituído por dez ilhas.

⁶ Minas de Potosi.

Grande do Sul pontos de convergência de colonização das duas coroas e território de disputa, no século XVII, entre Portugal e Espanha.

O mapa da figura 1, fac-símile com certificação de que é cópia fiel ao original do que se encontra no Depôt Geographique du Ministère der Affaires-Etrangère, em Paris, é do "Mapa dos Confins do Brasil Com as Terras da Coroa de Espanha na América Meridional", datado de 1749 e que serviu como base aos agentes diplomáticos de Portugal e Espanha na discussão dos limites que foram determinados e descritos no Tratado de Madrid. O referido fac-símile está arquivado no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul e encontra-se com marcações na cor amarela, referente às terras até então ocupadas pelos portugueses e em vermelho às terras ocupadas por espanhóis. Nota-se que as tropas portuguesas avançavam pelo território de leste a oeste, uma vez que colonizavam o Brasil da costa sul riograndense em direção ao centro. Já as tropas espanholas, conquistavam terras do Rio Grande de São Pedro, a partir dos rios da Prata, Uruguai e Rio Negro, em direção ao centro do Estado.

A disputa territorial entre Portugal e Espanha pelo território que hoje pertence ao Rio Grande do Sul, entre outros, resultou na assinatura, em 1750, do Tratado de Madrid⁷, que alterava a divisão territorial entre as duas coroas. O Tratado de Madrid determinava⁸ que a divisão territorial deveria se dar pela linha reta do mais alto cume, cujas vertentes descem para lados opostos, ou seja, pelo divisor de águas⁹ existente dentro dos limites impostos por tal tratado.

Cotejando-se o mapa de 1749, (figura 1) com o mapa do território atual de São Gabriel (figura 14), podemos inferir que o município em estudo encontrava-se

⁷ Portugal deveria entregar a Colônia de Sacramento, hoje Uruguai, à Espanha, recebendo, em contrapartida, a Região das Missões, hoje municípios localizados no nordeste do Estado do Rio Grande do Sul.

⁸ Os confins do Domínio das duas Monarquias, principiarão na Barra, que forma na Costa do Mar o Regato, que sai ao pé do Monte de Castilhos Grande, de cuja Calda continuará a Fronteira, buscando em linha reta o mais alto, ou cumes dos Montes, cujas vertentes descem por uma parte para a Costa, que corre ao Norte do dito Regato, ou para a Lagoa Merim, ou del Meni; e pela outra para a Costa, que corre do dito Regato ao Sul, ou para o rio da prata: Dê sorte que os Cumes dos Montes sirvam de Raia do Domínio das Duas coroas; e assim continuará a fronteira até encontrar a origem principal, e cabeceiras do rio Negro; e por cima delas continuará até à origem principal do rio Ibicuí; prosseguindo pelo alveo deste rio abaixo, até onde desemboca na margem Oriental do Uruguai; ficando de Portugal todas as vertentes, que baixam à dita Lagoa, ou ao Rio grande de S. Pedro; e de Espanha, as que baixam aos rios, que vão unir-se com o da Prata. (SEITENFUS, 2009) (grifo nosso)

⁹ Entre Jacuí e Ibicuí existe um divisor de águas natural, localizado em São Gabriel. Assim a Depressão Periférica no Rio Grande do Sul é banhada por dois sistemas de drenagem constituídos pela bacia do rio Ibicuí que flui para oeste e a bacia do rio Jacuí de direção leste. Na referida unidade geomorfológica, estes dois eixos de drenagem estão separados por uma superfície interfluvial, o divisor de águas existente em São Gabriel. (CABRAL, 2004)

no centro da disputa de divisão territorial, entre os dois países, somado a isso o fato de que em São Gabriel existe o divisor de águas das bacias dos rios Ibicuí e Jacuí - conforme registrado em referido tratado. Nesse contexto, São Gabriel, era território de disputa pelas duas coroas, sendo ora Português, ora Espanhol e segundo Santos (2014), a terra, no caso de São Gabriel, ao ser apropriada material e simbolicamente pelas classes sociais, transformou-se em um território, a partir do qual os dominantes exercem seu poder na região.

Contudo a região oeste do Rio Grande do Sul não alcançou a paz com o Tratado de Madrid. São Gabriel, como dito, ficava ao centro dessa disputa, ora dominada por espanhóis, ora por portugueses, sem esquecer dos índios, donos primeiros desta terra que também a disputavam. Como o Tratado de Madrid decidia pela expulsão dos índios reduzidos em território sul-riograndense pelos padres jesuítas espanhóis, para outras terras, houve inconformidade, tanto de religiosos jesuítas, como dos índios reduzidos. Diante disso eclodiu a Guerra Guaranítica que durou de 1750 a 1756 e de simples revolta missioneira, passou para uma guerra de fato, envolvendo portugueses e espanhóis contra jesuítas e índios missioneiros.

A batalha do Caiboaté, última da Guerra Guaranítica, ocorreu em território onde hoje é o município de São Gabriel - RS. O local da Batalha do Caiboaté é descrito minuciosamente, inclusive com coordenadas geográficas, por Saldanha, que por ocasião da Demarcação do Tratado de Santo Ildefonso¹⁰, esteve no local (SALDANHA, 1786-1937, p. 230).

¹⁰ O Tratado de Santo Ildefonso estabelecia a posse da Colônia do Sacramento e dos Sete povos das Missões para os espanhóis, mas em compensação reconhecia a soberania dos portugueses sobre a margem esquerda do Rio da Prata.

Ildefonso, sendo reservada uma faixa denominada de campos neutrais¹¹ em ambos os lados da linha divisória.

É nessa faixa de campos neutrais que em 1800 surge a povoação espanhola de San Gabriel do Batovi, primeiro marco estável da região da Campanha, povoação destruída pelos portugueses poucos meses depois, reconstruída em 1801 e transferida para a atual localização, em 1807, desta feita, sob domínio português.

Portugal, descontente com a divisão territorial determinada pelo Tratado de Santo Ildefonso, passa a fazer concessões de sesmarias (sistema que perdurou até 1822) em terras dos campos neutrais aos que haviam se destacado nas disputas territoriais em favor da coroa portuguesa. Essa classe de militares-donos-de-terras (Santos, 2014) foi uma das origens da aristocracia pastoril gaúcha, consolidando o regime das estâncias. Muitas estâncias até hoje existentes em São Gabriel são originadas de doação de sesmarias. Com isto, pode-se entender o porquê a região da Campanha gaúcha ser formada por grandes propriedades rurais.

Ao longo do tempo a estância proporcionou uma sensação de "proteção" a todos a ela ligados, e conseqüentemente à grande parte da população gabrielse, pois, se não eram donos de estâncias, tiravam o seu sustento ofertando seus trabalhos a estancieiros, além do que, a cidade vivia, e até hoje vive, em função da produção agropecuária.

Em 1801, em 06 de junho, foi assinada a Convenção ou Tratado Paz de Badajóz que tornou nulos os Tratados anteriores. Assim, a Coxilha divisória - Cerro do Batovi, do tratado de Santo Ildefonso, passou a pertencer a Portugal. Nesse contexto, em 1801, São Gabriel, já pertencera aos índios nativos, portugueses e aos espanhóis e carrega até os dias atuais a mescla do *modus vivendi* desses povos e principalmente a sua ligação com a terra.

Como se percebe, até então, a distribuição de terras no Brasil era realizada sem nenhuma organização. A condição primeira para obtenção de carta de sesmaria, excluindo-se a concessão de terras por serviços militares prestados, era a apropriação prévia da terra com estabelecimento de lavoura ou criação de gado.

A Lei de Terras, de 1850, se por um lado legalizou a situação de muitos posseiros, por outro, fortaleceu o poder dos grandes proprietários. Portanto, a Lei

¹¹ Uma faixa de terra desabitada no Sul do Estado do Rio Grande do Sul cuja posse não seria de nenhuma das partes em conflito.

601, de 18 de setembro de 1850, é o marco legal¹² para a consolidação da concentração fundiária brasileira. Com a Lei de 1850, terras só poderiam ser adquiridas através da compra. Deste modo, a concessão de sesmarias, a aquisição de terras através da posse, de ocupações ou de compra a preço vil, não era mais considerado meio de aquisição de terras, ou seja, terras passaram a ser mercadorias.

Eram objetivos da Lei de Terras: estabelecer a compra como única forma de obtenção de terras públicas, medida que inviabilizou os sistemas de posse ou doação para transformar uma terra em propriedade privada; aumentar a arrecadação de impostos pelo governo imperial com a criação da necessidade de registro e demarcação de terras; dificultar a compra ou posse de terras por pessoas pobres, favorecendo o uso destas para fins de produção agrícola voltada para a exportação; favorecer os grandes proprietários rurais, que passavam a ser os únicos detentores dos meios de produção agrícola, principalmente a terra e tornar as terras um bem comercial (fonte de lucro), tirando delas o caráter de status social derivado da simples posse.

Como consequência da Lei de Terras houve a maior concentração de terras no Brasil, além de aumentar o poder oligárquico¹³ e suas ligações com o poder imperial. A Lei 601 dificultou acesso de pessoas de baixa renda à propriedade de terras, restando a elas apenas o trabalho, como empregadas nas grandes propriedades rurais, como meio de subsistência e conforme Santos:

A Lei de Terras impactou a Região da Campanha Gaúcha de maneira singular, levando à elevação desproporcional de preços das terras e ao contrário do ocorrido no momento inicial de ocupação da região fronteiriça, antes de se constituir como produtor, tornava-se necessário aos sujeitos que pretendiam se estabelecer na região, constituir-se como proprietários. (SANTOS, 2012, p.47)

2.1.2 Escravidão, imigração e revoltas e a questão agrária no Brasil

No início da colonização do Brasil, não havia trabalhadores suficientes para a realização de trabalhos manuais pesados. Os portugueses colonizadores tentaram usar o trabalho indígena nas lavouras. A escravidão indígena não pôde ser levada

¹² Toda e qualquer legislação referente a uma demanda.

¹³ Na oligarquia o poder político está concentrado num pequeno número pertencente a uma mesma família, um mesmo partido político ou grupo econômico ou corporação.

adiante, pois os religiosos católicos consideravam o indígena passível de catequização, enquanto o negro africano, apóstata, era passível de escravidão.

O modelo produtivo adotado no Brasil colônia foi a escravidão baseado na produção da grande propriedade fundiária: a *plantation*¹⁴. Assim foi o negro cativo quem deu suporte à economia brasileira por quase 300 (trezentos) anos.

Em 1822, o Brasil torna-se independente de Portugal. Juntamente com o movimento abolicionista que ocorria no país havia pressões inglesas para a extinção do tráfico de negros africanos, que se intensificaram depois da independência do Brasil resultando na abolição da escravatura, em 1888.

Porém o processo de transição entre o trabalho escravo e o livre teve toda a sorte de resistência dos latifundiários brasileiros e foi neste momento de transição que em 18 de julho de 1824 chegaram os primeiros imigrantes alemães, no Rio Grande do Sul, com promessa de lotes de terras, materiais, sementes, animais, insumos, isenção de impostos e liberdade de culto.

As promessas não foram cumpridas. Os lotes de terra recebidos pelos imigrantes ficavam em meio a mata intocada, sem estradas e muito menos escolas. Semente, animais e insumos também não foram alcançadas. Assim, para se manter, necessitaram trabalhar em um contrato chamado de contrato de parceria¹⁵, ou seja, submetidos ao poder dos grandes proprietários.

Embora o trabalho escravo tenha se extinguido aos poucos, a chegada do trabalho do imigrante não chega a afetar profundamente a estrutura agrária brasileira. O monopólio de terras continua e o sistema de subserviência a que foram submetidos os imigrantes pelos grandes latifundiários em pouco muda a estrutura agrária brasileira.

Assim, o problema da concentração fundiária permaneceu na raiz dos principais confrontos sociais, sendo motivo de revoltas. Como principais revoltas havidas no Brasil se destacam as lutas messiânicas e o banditismo. Dentre as lutas messiânicas temos as guerras de Canudos, na Bahia, do Contestado em Santa Catarina e Paraná e Revolta dos Muckers, no Rio Grande do Sul. O banditismo tem no cangaço o seu principal expoente.

¹⁴ produção agrícola tropical baseada na monocultura, exploração em grande extensão de terras com uso de mão de obra escrava.

¹⁵ No sistema de parceria, o colono, tinha a obrigação de cultivar e colher, sendo que o fazendeiro era o proprietário das terras e ou das sementes. O produto da venda do que era produzido era partido entre colono e fazendeiro, descontando-se as dívidas destes para com aquele.

A Guerra de Canudos (1817 a 1897), se originou com a dominação dos coronéis e com a alta concentração de terras no interior nordestino. No que se refere ao Contestado (1912 a 1916), o problema converge para a disputa surgida entre, de um lado, posseiros caboclos e pequenos fazendeiros, e, de outro, a empresa responsável pela construção da estrada de ferro ligando São Paulo ao Rio Grande do Sul. Ianni (1971), com relação ao Contestado, afirma que:

Só teremos compreendido profundamente o que houve nos sertões do Paraná e de Santa Catarina se considerarmos os fenômenos ali registrados como resultado de uma crise de estrutura. Através dos anos, acumularam-se problemas sociais de todo tipo, nunca resolvidos; agravaram-se os conflitos latentes entre as diferentes classes e camadas, e assim foram criadas fortíssimas tensões (...). Podemos assegurar que as tensões sociais no Contestado se originaram principalmente do desejo de terras, de bem-estar e de segurança do povo. (IANNI, 1971, p.135, apud Queirós)

Dentre os movimentos de luta pela terra nesse período, no Rio Grande do Sul, houve a Revolta dos Muckers (1868 a 1874), que descontentes com a assistência médica e educacional que recebiam do governo além de relegados ao isolamento social, protestaram, através da atividade religiosa que segundo Ianni (1971) é também uma forma de protesto.

A atividade religiosa é também uma forma de protesto. Por trás da aparente resignação que acompanha a reza, a procissão, a romaria e o movimento messiânico, está o descontentamento frente às atuais condições de vida e esse descontentamento tende a se manifestar de maneira inesperada e insólita, quanto mais difíceis ou críticas sejam as condições sociais e econômicas. Provavelmente, o messianismo seja a primeira manifestação coletiva desesperada diante de uma situação de carência extrema. (IANNI, 1971, p.136)

Por sua vez, entre o fim do século XIX e meados do século XX, no Brasil ocorreu o que se chama de banditismo, que teve sua gênese em questões sociais e também fundiárias do nordeste brasileiro, caracterizando-se por atitudes e acontecimentos violentos: o cangaço.

O “banditismo rural” no Brasil foi gestado desde a época colonial, com a divisão da terra em grandes latifúndios e a necessidade de jagunços para protegê-los. As razões e a pulsão violenta de homens como Silvino Jacques, Antônio Do, Antônio Silvino, Lampião e Corisco se inserem nos contextos históricos da Colônia, Império e República, respectivamente com a gênese do latifúndio, sua consolidação e a força política do paroquialismo dos coronéis. (RIBEIRO, 2011, p. 141)

No mesmo sentido Ianni (1971) expõe os motivos para o surgimento do banditismo:

O banditismo, por seu lado, surge muito mais diretamente do sistema de violência monopolizado pelo fazendeiro ou coronel. Nasce das relações políticas de dominação vigentes numa região em que o poder público não existe; ou, porventura, existe apenas simbolicamente. Nesse sentido, o banditismo expressa as tensões e os conflitos entre os mesmos e fazendeiros, no processo de concentração da propriedade, ou nas lutas pelas áreas de influência e mando. (IANNI, 1971, p.136)

Portanto, a questão fundiária brasileira foi motivo comum em todas as revoltas ocorridas no período abordado.

2.1.3 A questão agrária no Brasil da década de 30 até hoje

O período de 1930 a 1945 ficou conhecido por Era Vargas e sob ponto de vista da questão agrária esse período se caracteriza pela subordinação econômica e política da agricultura à indústria. Na década de 30 o modelo agroexportador¹⁶ adotado pelo Brasil entra em crise acarretando crise política e institucional no país. A burguesia industrial, ainda nascente no Brasil, toma o poder da oligarquia rural exportadora.

As oligarquias rurais continuaram donas das terras, continuam latifundiárias e produzindo para a exportação. São as elites políticas segundo Staedile (2012, p.30). Assim surge a burguesia agrária: grandes proprietários de terras que modernizam a exploração agrícola. Os camponeses, por sua vez, tinham entre outras, a função de produzir alimentos de baixos preços e a fornecer mão de obra barata para a indústria. Deste modo os camponeses passam a ser operários, e, no campo, a propriedade da terra continuava a se concentrar ainda mais. Portanto, a mão de obra destinada às indústrias adveio daqueles que trabalhavam no campo, ou seja, ex-escravos e imigrantes e que em razão de suas novas atividades começam a deixar o campo passando a residir nas cidades.

Em 1950, o Brasil abre suas portas ao capital estrangeiro, o setor industrial é impulsionado através da chegada das multinacionais, trazendo como consequência mais um salto na urbanização. No campo ocorre a modernização de maquinários e insumos. É a Revolução Verde, que tinha o discurso humanitário de acabar com a

¹⁶ Exportação de matérias-primas e gêneros agrícolas e importação de produtos industrializados.

fome do mundo, discurso que não se confirmou, tornando-se uma verdadeira falácia, uma vez que os alimentos produzidos eram destinados aos países ricos.

Porém, a modernização no campo alterou a estrutura agrária brasileira, uma vez que os pequenos produtores que não acompanharam as técnicas de produção preconizadas, e via de consequência, não conseguiram competir com as grandes empresas agrícolas, foram forçados a vender suas terras para pagamento de dívidas. Nesse sentido Graziano Neto (1982, p. 87) fala, com relação a Revolução Verde, que mais miséria e mais fome foram provocadas, pois somente os grandes produtores tiveram condições de aplicar todo o "pacote tecnológico" que acompanhava as sementes milagrosas desenvolvidas nos centros de pesquisa. A concentração de terras agravou-se (...) e os problemas sociais e econômicos agravaram-se.

No mesmo sentido Palmeira (1990):

Essa modernização, sem que a estrutura da propriedade rural fosse alterada, teve, no dizer dos economistas, "efeitos perversos". A propriedade tornou-se mais concentrada, as disparidades de renda aumentaram, o êxodo rural acentuou-se, aumentou a taxa de exploração da força de trabalho nas atividades agrícolas, piorou a qualidade de vida da população trabalhadora do campo (...). (PALMEIRA, 1990)

Assim, a Revolução Verde foi responsável pelo salto na urbanização (assunto abordado mais aprofundadamente no 1.1.3.1), com a expulsão do camponês da área rural, seja pela necessidade de pouca mão de obra, pela venda de terras, pela marginalização e endividamento do camponês. A alternativa foi procurar a cidade para oferecer sua mão de obra para a indústria. Nas cidades, não preparadas para receber um fluxo grande de pessoas, ocorreu a favelização¹⁷, em que os antes camponeses passam a viver em condições indignas e muitas vezes subumanas, percebendo-se assim estreitos laços entre o êxodo rural, o problema agrário brasileiro e o salto na urbanização. Deve-se dizer que os setores industrial e agrário não estavam isolados à época; ao contrário, eram complementares e interdependentes. (IANNI, 1971, p. 129)

Portanto, os camponeses que foram expropriados/despojados de seus meios de produção e de seus saberes, pois com a modernização do campo muitos de seus saberes passaram a ser incorretos, tornaram-se mão de obra barata às indústrias e

¹⁷ Processo de surgimento das favelas que exprime desigualdades sociais no espaço geográfico das cidades, onde a população economicamente menos abastada passa a residir em áreas precárias.

assim contribuíram, inconscientemente, para a subordinação da agricultura pela indústria, do rural pelo urbano.

No decênio que compreende os anos de 1954 a 1964 a indústria entra em crise, motivada pela queda de investimentos, queda na taxa de crescimento da renda, aumento e aceleração da inflação. A crise do populismo dos governos Vargas e Kubitschek está na raiz da instabilidade política e repercute sobre a econômica. Os governos populistas que obtiveram o apoio das massas urbanas com a concessão de direitos patronais - direitos estes que não chegaram ao campo - deixam de ter tal apoio das massas e assim elege-se Jânio Quadros, presidente com uma plataforma moralizante e com o intuito de terminar com a inflação no país.

A aproximação de Jânio Quadros com os países dos blocos socialistas¹⁸ gerou enorme oposição ao seu governo, culminando com a renúncia do presidente, em 1961. O vice-presidente, João Goulart toma posse e defende medidas de caráter popular e nacionalistas, anunciando reformas: agrária, universitária e do capital estrangeiro, gerando temor das camadas mais conservadoras da sociedade. O discurso de João Goulart proferido na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, em 13 de março de 1964, onde anuncia tais medidas, foi o que motivou sua deposição pelo golpe militar de 30 de março de 1964. Transcreve-se parte do discurso mencionado:

A democracia que eles desejam impingir-nos é a democracia antipovo, do anti-sindicato, da anti-reforma, ou seja, aquela que melhor atende aos interesses dos grupos a que eles servem ou representam. (...)E podeis estar certos, trabalhadores, de que juntos o governo e o povo – operários, camponeses, militares, estudantes, intelectuais e patrões brasileiros, que colocam os interesses da Pátria acima de seus interesses, haveremos de prosseguir de cabeça erguida, a caminhada da emancipação econômica e social deste país.(...) Trabalhadores, acabei de assinar o decreto da SUPRA com o pensamento voltado para a tragédia do irmão brasileiro que sofre no interior de nossa Pátria. Ainda não é aquela reforma agrária pela qual lutamos. Ainda não é a reformulação de nosso panorama rural empobrecido. Ainda não é a carta de alforria do camponês abandonado. Mas é o primeiro passo: uma porta que se abre à solução definitiva do problema agrário brasileiro. O que se pretende com o decreto que considera de interesse social para efeito de desapropriação as terras que ladeiam eixos rodoviários, leitos de ferrovias, açudes públicos federais e terras beneficiadas por obras de saneamento da União, é tornar produtivas áreas inexploradas ou subutilizadas, ainda submetidas a um comércio especulativo, odioso e intolerável.

¹⁸ URSS, China e Cuba

Figura 2 - Cerca de 200 mil pessoas se reuniram na Central do Brasil para ouvir o discurso de Jango em defesa das reformas de base (Arquivo Nacional / Correio da Manhã)



Fonte: <http://www.ebc.com.br/cidadania/2014/03/discurso-de-jango-na-central-do-brasil-em-1964>. Acesso em: nov, 2015.

É nesse contexto histórico que surgem as Ligas Camponesas e os Sindicatos Rurais. As ligas camponesas surgem como reação do trabalhador rural às condições econômicas e sociais em que se encontravam (...) e o sindicato rural, por seu lado, é o resultado muito mais das reivindicações do trabalhador rural e da atuação do Estado. (IANNI, 1971, p.141)

A primeira liga camponesa foi criada em 1955, denominada de Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco, mais tarde chamada de Liga Camponesa da Galileia. Um dos objetivos constantes de seus estatutos era fundar uma escola primária, pois no Engenho da Galileia havia 140 (cento e quarenta) famílias camponesas, totalizando quase mil pessoas, sem escola para crianças e jovens. As autoridades negavam a essas crianças e jovens o direito de ter uma professora e o dono do latifúndio, um absenteísta¹⁹, também não cumpria a Constituição Federal da época que obrigava todo o estabelecimento com mais de 100 trabalhadores a manter escola gratuita para eles e os filhos (JULIÃO, 1962, p. 24).

¹⁹ Que se refere ao absentismo e/ou ao não cumprimento habitual das funções de um cargo.

Na década de 60 foi elaborada uma legislação específica para o campo. A partir do ano de 1963, pelo Estatuto do Trabalhador Rural, foi reconhecida a existência do trabalhador rural como categoria profissional. Em 1964 foi criado o Estatuto da Terra, que reconheceu a existência de uma questão agrária no Brasil de interesses conflitantes entre grandes proprietários e camponeses. Com a conquista dessas Leis, foi possível organizar as primeiras lutas dos camponeses, pois são as Leis que disciplinam os direitos dos trabalhadores e à medida que o trabalhador se fortalece, pelo crescimento da organização e a tomada de consciência de seu papel histórico, novos direitos são incorporados. Francisco Julião (1962, p 50) referia que um dos fatores de sucesso das Ligas Camponesas foi o fato de existir lei que protegia alguns dos direitos dos camponeses e sindicatos rurais.

Palmeira (1990, p.10) ilustra perfeitamente a questão quando afirma que o Estatuto da Terra estabeleceu, com força de lei, os conceitos de latifúndio, minifúndio, empresa rural, entre outros, e, a partir daí criou uma camisa de força para os tribunais e para os programas de governo.

Após a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural os sindicatos rurais se multiplicaram e absorveram as Ligas Camponesas. Os Sindicatos Rurais vieram em um caráter moderador em relação a atuação das Ligas Camponesas, tanto que as ligas foram declaradas ilegais pelo governo militar que assumiu o poder em 1964, em um de seus primeiros Atos Institucionais²⁰, pois para os militares que tomaram o poder, os componentes das ligas camponesas eram politizados demais e de difícil controle do poder do estado. (IANNI, 1971, p. 141)

Apesar da intervenção estatal sobre as ligas camponesas e interferência nos sindicatos rurais, as tensões no campo continuaram, pois os camponeses se viram extorquidos de suas terras, bem como de seus saberes, pelas políticas sociais e econômicas que vigiam na época.

Contudo deve-se levar em conta que tanto o Estatuto do Trabalhador Rural, quanto o Estatuto da Terra foram resultado de intensas lutas sociais e políticas, que refletiram um jogo de conflitos e composição de interesses dos setores sociais envolvidos com a questão da terra ou dos direitos trabalhistas. (PALMEIRA,1990)

²⁰ Normas e decretos elaborados no período de 1964 a 1969, durante o regime militar no Brasil utilizados como mecanismos de legitimação e legalização das ações políticas dos militares, estabelecendo para eles próprios diversos poderes extraconstitucionais.

Nos governos militares (1964 a 1985) a modernização do latifúndio foi priorizada, em detrimento da formação de propriedades familiares, aparentemente privilegiadas no Estatuto da Terra. Veja-se o que ocorreu entre os anos de 1970 a 1985. Dos 126.581.645 hectares adquiridos pela União, via INCRA, 31.829.966 foram transferidos para particulares, majoritariamente através de leilões de terras que variavam entre 500 a 3.000 hectares o lote, sem limitação de quantidade de lotes adquiridos por um mesmo grupo. Tal tipo de aquisição de propriedade excluía os camponeses sem recursos, beneficiando, por consequência, grandes fazendeiros e grupos econômicos. (PALMEIRA, 1990)

O regime militar foi duplamente cruel e violento com os camponeses. Por um lado - assim como todo o povo brasileiro – os camponeses foram privados dos direitos de expressão, reunião, organização e manifestação, impostos pela truculência da Lei de Segurança Nacional e do Ato Institucional nº 5, de dezembro de 1968. Por outro, a ditadura implantou um modelo agrário mais concentrador e excludente, instalando uma modernização agrícola seletiva, que excluía a pequena agricultura, impulsionando o êxodo rural, a exportação da produção, o uso intensivo de venenos e concentrando não apenas a terra, mas os subsídios financeiros para a agricultura (MST-história).

Diante da ineficácia da legislação e do intento do governo militar de acabar com os movimentos sociais, surge, em 1979, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), fundado oficialmente em 1984 na cidade de Cascavel/PR, que teve sua criação influenciada pelo Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), movimento que antecipou, no Rio Grande do Sul, as propostas e estratégias de luta do MST na luta pela reforma agrária, estratégias essas que eram a instalação de acampamentos de sem-terra, para obter desapropriações e assentamentos (MST-história).

O MASTER, a exemplo das ligas camponesas, também teve suas atividades encerradas pelo governo militar e retomadas em setembro de 1979, quando centenas de agricultores ocupam as fazendas Macali²¹ e Brilhante²², no complexo da Fazenda Sarandi no Rio Grande do Sul - ocupação gênese do MST.

²¹ Ocupação da Fazenda Macali, no dia 07 de setembro de 1979: primeira ocupação de terras pela reforma agrária, por 100 famílias expulsas das reservas indígenas de Nonoai, realizada por um movimento social durante a ditadura militar no Rio Grande do Sul, próximas a encruzilhada Natalino (CAMINI, 1998, p. 28)

²² Ocupação da Fazenda Brilhante, em 1979, onde 240 famílias expulsas das reservas indígenas de Nonoai ocuparam 1.618 hectares, vizinha da Macali, próximas da Encruzilhada Natalino (CAMINI, 1998, p. 28).

Mesmo com toda a oposição do governo militar, em 1981 centenas de camponeses formam o acampamento da Encruzilhada Natalino - que se localizava no interior do município de Ronda Alta, que pertencia à comarca de Sarandi, que naquela época era formada pelos municípios de Sarandi, Rondinha, Ronda Alta, Liberato Salzano e Constantina, no norte do Rio Grande do Sul. A localização geográfica foi importante, para maior visibilidade pública do acampamento. Sendo escolhida de modo estratégico, já que a Encruzilhada Natalino está localizada num entroncamento rodoviário onde circulam ônibus e veículos, em direção às quatro maiores cidades da região (Passo Fundo, Sarandi, Carazinho e Ronda Alta), que liga o Rio Grande do Sul a Santa Catarina, além de ficar próximo a assentamentos. (MST-história)

Eram centenas de famílias de agricultores que perderam seus meios de produção, no Rio Grande do Sul, com se faz constar da Carta dos Colonos Acampados em Ronda Alta e transcrita abaixo:

Figura 3 - Primeiro Boletim Sem Terra

BOLETIM INFORMATIVO DA CAMPANHA DE SOLIDARIEDADE AOS AGRICULTORES SEM TERRA
CARTA DOS COLONOS ACAMPADOS EM RONDA ALTA

“Nós somos mais de 500 famílias de agricultores que vivíamos nessa área (Alto Uruguai) como pequenos arrendatários, posseiros da área indígena, peões, diaristas, meeiros, agregados, parceiros, etc. Desse jeito já não conseguíamos mais viver, pois trás muita insegurança e muitas vezes não se tem o que comer. Na cidade não queremos ir, porque não sabemos trabalhar lá. Nos criamos no trabalho na lavoura e é isto que sabemos fazer.

Muitos de nós já se inscreveram três, quatro ou cinco vezes na sede da Fazenda Sarandi para conseguir um pedaço de terra. No ano passado recorremos aos políticos e ao Secretário da Agricultura e nada conseguimos. Fomos aos sindicatos e estes pouco puderam fazer. Como não temos a quem recorrer, resolvemos acampar na beira da estrada para ver se em conjunto conseguimos uma solução.

Estamos muito mal alojados, muitos até passam fome e frio, mas estamos dispostos a ficar aqui até conseguirmos terra que precisamos para trabalhar como colonos.

Sabemos que tem terra no Estado para todos nós e para muitos mais que como nós também precisamos, só que estas terras estão na mão dos ricos que não precisam delas para viver. Muitos deles até moram na cidades, como é o caso de vários que se apossaram de grande parte da Fazenda Sarandi que foi desapropriada para os colonos, mas acabou sendo entregue pelo governo para amigos dele que não precisam. Só estas terras dá para todos nós e muito mais gente.

Como agricultores achamos que temos o direito a ter um pedacinho de terra para plantar alimentos para as nossas famílias e para os da cidade. Não queremos a terra dada, queremos pagá-la com o nosso trabalho.

Muita gente do governo veio aqui para fazer nós desistir oferecendo emprego pelo salário mínimo, e terras no norte, de onde estão voltando nossos companheiros que foram levados para lá. Também muita gente veio nos dar apoio, muitas entidades e até sindicatos nossos e várias igrejas, etc...

Solicitamos seu apoio, do jeito que der, para esta nossa luta. Ficamos muito contentes e agradecidos com esse seu apoio, pois queremos ficar aqui acampados até conseguirmos nossa terra para trabalhar.”

“ PREÇO DA PAZ, É TERRA E JUSTIÇA PARA TODOS “ “ TERRA PARA QUEM TRABALHA NELA **CARTA DECIDIDA EM ASSEMBLÉIA EM 15 DE MAIO DE 1981.

A Carta dos Colonos Acampados em Ronda Alta que viria a ser o Primeiro Boletim Sem Terra²³ dá a noção de como era a vida daqueles acampados. Perguntava ao Juiz de Direito que presidia a Comarca de Sarandi, nos anos de 1981 a 1983, pois meu pai: Quem são essas pessoas? E suas famílias? Tens muito trabalho em decorrência do "Acampamento da Encruzilhada Natalino"? Não houve resposta e sim a ida até o acampamento, onde eu poderia tirar minhas próprias conclusões. E foi lá, na Encruzilhada Natalino, que foi tirada a fotografia que segue:

Figura 4 - Fotografia tirada no acampamento da Encruzilhada Natalino, em 04 de outubro de 1981, pela autora da dissertação, que na época residia no município de Sarandi/RS



Fonte: Arquivo pessoal de Karyn Horst.

Para certas perguntas não há resposta imediata. É preciso que muito se investigue, que muito se analise, que sejam feitas críticas, enfim, que o tempo passe e que os acontecimentos se sucedam.

²³ Para subsidiar as afirmações indica-se a leitura da Dissertação de Mestrado de Joana Tavares Pinto da Cunha, De boletim a jornal Sem Terra: história, práticas e papel na constituição do MST, São Paulo, USP, 2013.

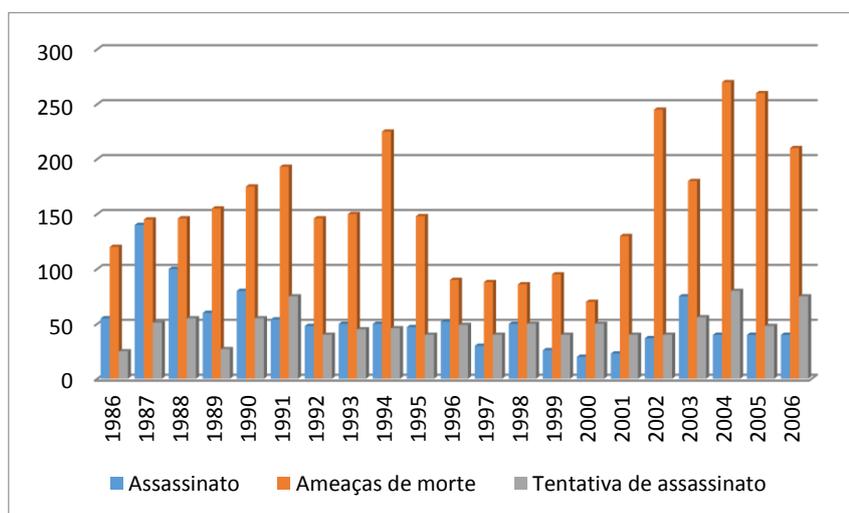
Portanto, seguindo na linha dos acontecimentos, em 1985, novas ocupações ocorreram em fazendas daquela região do Estado do Rio Grande do Sul, desta vez por integrantes do já constituído MST, sob o lema "A Ocupação é a Única Solução".

No governo militar, no ano de 1985, foi elaborado o I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA) que tinha a pretensão de assentar 1,4 milhões de famílias em 4 (quatro) anos, além de diminuir a violência no campo, conforme disposto no seu artigo primeiro (BRASIL- I PNRA), pois os conflitos no campo encontravam-se em níveis elevados e tais fatos passaram a ter visibilidade internacional. Fernandes (2008) aborda a questão agrária, sob o prisma dos conflitos e violência agrários:

No interior da questão agrária, o conflito é resultado do enfrentamento entre o território do campesinato e do latifúndio e agronegócio. Conflito é uma ação criadora para a transformação da sociedade e a violência é uma reação ao conflito, caracterizada pela destruição física ou moral; é a desarticulação do conflito por meio do controle social. A violência tenta por fim ao conflito sem que haja resolução dos problemas e por isso barra o desenvolvimento. Ocupações de terra, acampamentos, defesa de interesses junto ao parlamento e ao governo são formas de conflito. Assassinatos, ameaças de morte, expulsões da terra, despejos da terra e trabalho escravo são formas de violência. (FERNANDES, 2005)

Esse Plano não chegou a sair do papel e no tocante à violência no campo, o efeito foi contrário. Basta analisar o quadro abaixo que demonstra o número de vítimas de assassinatos, tentativas de assassinato e ameaças de morte no campo a partir do ano de 1986.

Figura 5 - Assassinatos, ameaças de morte e tentativas de assassinato de camponeses e trabalhadores rurais no Brasil – 1986-2006



A violência no campo atingia altos níveis. Assassinatos, ameaças de morte e tentativas de assassinatos continuaram a crescer, mesmo com o I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA). Foi no período, conhecido como período de redemocratização brasileira, que foi promulgada a Constituição Federal de 1988, Carta Magna brasileira, elaborada por 594 (quinhentos e noventa e quatro) parlamentares durante a Assembleia Constituinte de 1987. A reforma agrária na Constituição Federal de 1988, sofreu uma série de reestruturações, conforme traduz Oliveira (2007):

Com o advento da Constituição de 1988, a reforma agrária passa por nova reestruturação, retirando-se o latifúndio do texto constitucional, criando o discurso da chamada "propriedade produtiva", retornando ao texto constitucional a obrigação do pagamento antecipado das indenizações visando interesse social para fins de reforma agrária. (MARINS, 2007)

Foi a Constituição Federal de 1988, que substituiu por pequena, média e grande propriedade, as expressões minifúndio, empresa rural e latifúndio. Um debate todo foi gerado em torno das expressões substituídas pela Constituição Federal de 1988, seja no campo doutrinário ou jurídico.

Entre outros motivos, a substituição do termo latifúndio por grande propriedade, que precisou ser acompanhada das expressões propriedade produtiva e função social da terra se deu porque o termo latifúndio, por si só, encerrava todas essas expressões, ou seja, era mais fácil ao camponês falar latifúndio, palavra que em si mesma encerrava todas definições de grande propriedade, propriedade improdutiva e que não cumpria sua função social.

Fernandes (2004) resume a questão, sob esse prisma, ao afirmar que:

O latifúndio carrega em si a imagem da exploração, do trabalho escravo, da extrema concentração da terra, do coronelismo, do clientelismo, da subserviência, do atraso político e econômico. (...) Latifúndio está associado com terra que não produz, que pode ser utilizada para reforma agrária. Embora tenham tentado criar a figura do latifúndio produtivo (sic), essa ação não teve êxito, pois são mais de quinhentos anos de exploração e dominação, que não há adjetivo que consiga modificar o conteúdo do substantivo. (FERNANDES, 2004)

Além disso o termo latifúndio já estava incorporado nas palavras de ordem utilizadas pelo MST. Com isso há quem afirme que não existe mais latifúndio no Brasil. Pellegrini (2015) afirma que os latifúndios não só existem no Brasil, como tem aumentado. Aqui temos por latifúndio o vasto domínio rural constituído de terras não

cultivadas e/ou de áreas onde se pratica um tipo de cultura que não exige grandes investimentos.

Por outro lado, os movimentos populares em suas marchas, caminhadas e manifestações se utilizam de determinadas estratégias linguísticas, cujo propósito é o de condensar o maior número de informações, propostas e objetivos possíveis. Era fácil para o camponês compreender as palavras de ordem "Abaixo ao Latifúndio". Dizer que o latifúndio não mais existe no Brasil é manobra daqueles que, de uma forma ou de outra, querem esvaziar o movimento camponês.

Tanto é verdade, que há latifúndio no Brasil, e assim entendem os movimentos socioterritoriais, em especial o MST, que seu Programa Agrário de fevereiro de 2014, possui o lema "Lutar, Construir Reforma Agrária Popular" onde indica que construir significa construir a reforma agrária no combate ao latifúndio. Mas qual reforma agrária?

O MST afirma que nunca houve uma reforma agrária no Brasil, mesmo limitada, que pelo menos alterasse a concentração da propriedade da terra e democratizasse seu acesso. Por isso, o que projetamos e estamos construindo na concepção de reforma Agrária Popular está para além do velho projeto de reforma agrária clássica, distributivista, dos limites do poder burguês. (MST, 2014, p. 45)

Em entrevista realizada por ocasião da Etapa Regional do II Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da reforma Agrária, II ENERA, sediado na Escola Estadual de Ensino Fundamental Ataliba Rodrigues das Chagas, no ano de 2014, foram entrevistados líderes do MST e que foram unânimes em afirmar que a reforma agrária não aconteceu no Brasil, nos moldes populares.

Como a Constituição Federal de 1988 não definiu o conceito de pequena, média e grande propriedade foi criada legislação complementar, a Lei 8.629/93, também conhecida como Lei Agrária que regulamenta os dispositivos constitucionais sobre Reforma Agrária e que de acordo com Stedile (2005) "criou brechas jurídicas que facilitaram a contestação jurídica pelo latifúndio", tornando os processos de desapropriação lentos e ineficazes.

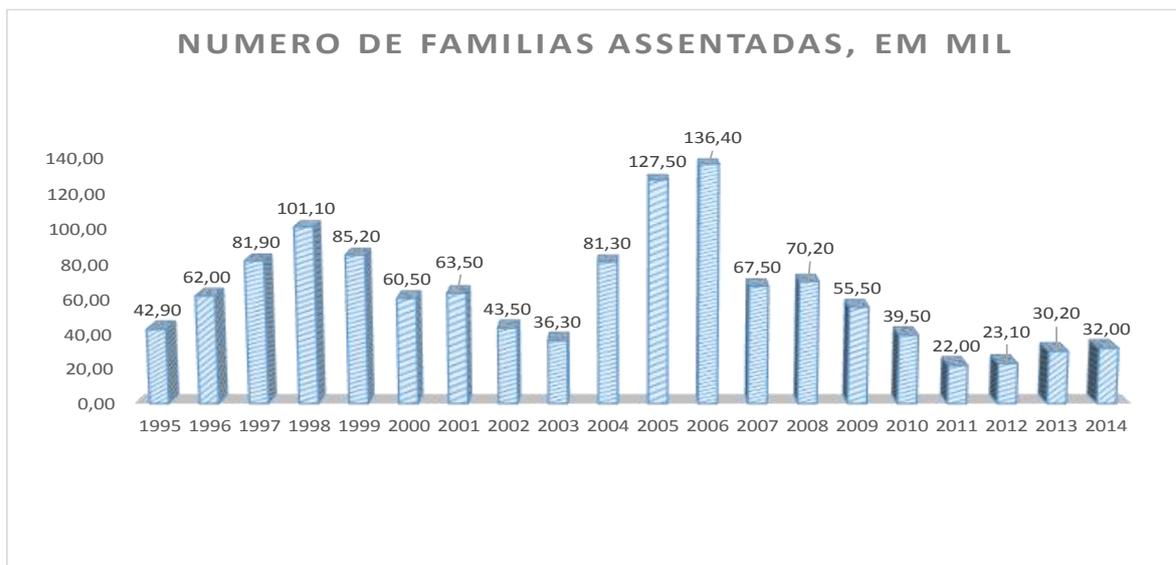
Em 2001 foi publicada a Medida Provisória, MP 2109-52, que criminalizou a luta pela terra. Segundo Girardi (2012) a estratégia, com a medida provisória, foi diminuir as ocupações de terra e, por conseguinte, diminuir a pressão para a criação de novos assentamentos, o que de fato ocorreu pois a medida provisória conseguiu diminuir o número de ocupações de terra, desarticulando, em parte, o conflito.

No ano de 2003 foi elaborado o II Plano Nacional de Reforma Agrária - II PNRA e que tinha "a pretensão de mudar a estrutura agrária brasileira". (II PNRA, 2003, p.8) O II PNRA afirma que "a elevada concentração da estrutura fundiária brasileira dá origem a relações econômicas, sociais, políticas e culturais cristalizadas em um modo agrícola inibidor de um desenvolvimento que combine a geração de riquezas e o crescimento econômico, com justiça social e cidadania para a população rural". (II PNRA, 2003, p.11)

A fundamentação para a afirmação existente no II PNRA, de que era elevada a concentração da estrutura fundiária no Brasil, no ano de 2003, se deu através de dados do INCRA que coloca que na estrutura fundiária brasileira do ano de 2003 existiam 31,6% de imóveis com área até 10 ha e que estes correspondiam a 1,8% da área no país. Já os imóveis com área acima de 2000 ha representavam apenas 0,8% dos imóveis e estes correspondiam a 31,8% do total. (INCRA-2003)

A meta 1 do II Plano Nacional de Reforma Agrária - II PNRA era o de assentar 400.000 (quatrocentos mil) novas famílias entre os anos de 2003 - 2006. Pela análise da figura 6 - que indica o número de famílias assentadas desde o ano de 1995 até o ano de 2014 - nota-se que entre os anos de abrangência da meta 1, houve aumento substancial do número de famílias assentadas.

Figura 6 - Número de famílias assentadas, em mil



Fonte: INCRA.

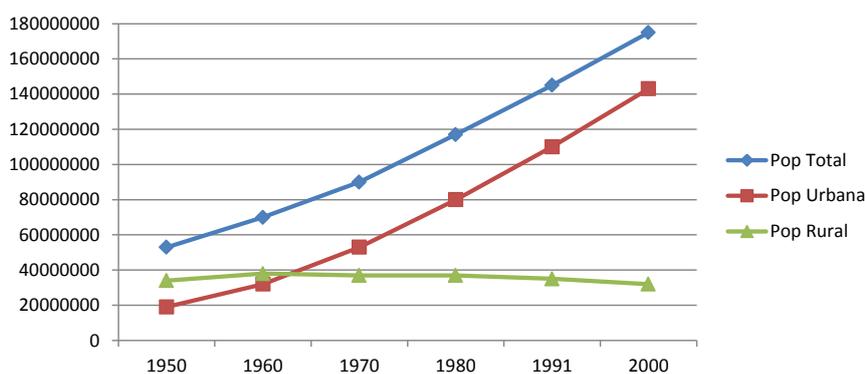
Veja-se que no ano de 2003 cerca de 36 (trinta e seis) mil famílias foram assentadas. Já no ano de 2006 houve o assentamento de aproximadamente 136 (cento e trinta e seis) mil famílias. E mais, somando-se o número de assentamentos havidos nos anos de 2003 a 2006, chega-se a 381 (trezentos e oitenta e uma) mil famílias assentadas, o que se aproxima da meta estabelecida no II PNRA.

2.1.3.1 Análise da evolução das populações urbana e rural no Brasil, no Rio Grande do Sul e no município de São Gabriel.

A partir de meados da década de 60, a industrialização ainda emergente no Brasil, juntamente com a modernização do campo, resultou na superação da população urbana sobre a rural, indicando a inversão de uma população majoritariamente rural para uma população predominantemente urbana.

Oportuno se faz a análise da evolução das populações do Brasil, do Estado do Rio Grande do Sul e da cidade de São Gabriel, para a melhor visualização do contexto das épocas estudadas. Essa análise se faz através da observação dos gráficos seguintes:

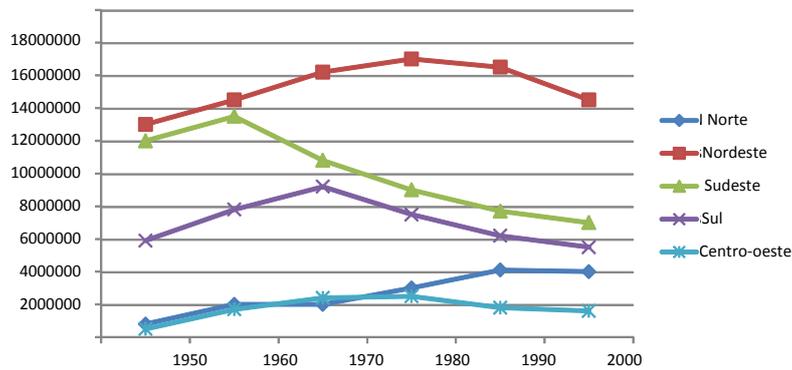
Figura 7 - Evolução da população total no Brasil– 1950 a 2000



Fonte: IBGE.

Segundo Girardi, em 1950 a população rural brasileira era de 33.161.506 (trinta e três milhões, cento e sessenta e um mil, quinhentos e seis) habitantes e correspondia a 63,84% da população total. Vinte anos depois os habitantes das zonas rurais eram 41.037.586 (quarenta e um milhões, trinta e sete mil, quinhentos e oitenta e seis), porém correspondiam a 44% da população total.

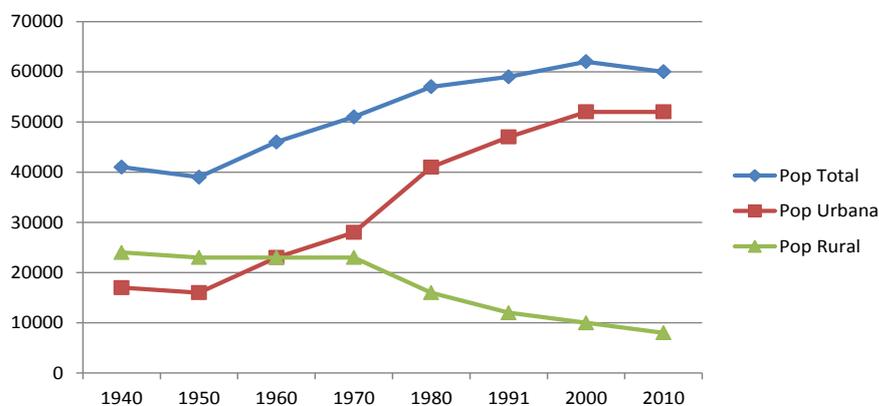
Figura 8 - Evolução população rural regional no Brasil - 1950-2000



Fonte: IBGE

De acordo com Girardi, a região Sul passou a apresentar uma intensa perda de população rural a partir de 1970, também por influência da industrialização e modernização da agricultura. Em 2000 a população rural da região Sul contava com 744.644 (setecentos e quarenta e quatro mil e seiscentos e quarenta e quatro) habitantes a menos do que em 1950, ou seja, houve um decréscimo de 13%, embora a população total da região tenha aumentado 17.248.913 (dezesete milhões, duzentos e quarenta e oito mil, novecentos e treze) habitantes no mesmo período.

Figura 9 - Dinâmica demográfica de São Gabriel, 1940 a 2010



Fonte: IBGE (2010) e SANTOS, A. L.M. (2011)

Em São Gabriel, município estudado, a modernização do campo também gerou um grande êxodo rural, apesar de a cidade não passar pelo mesmo processo de industrialização de outras partes do estado e País. As causas para tanto foram os altos preços das terras e a falta de emprego no campo, o que denota o caráter excludente da modernização do campo. (BASTIANI, 2014, p. 43)

2.1.3.2 São Gabriel, território da Reforma Agrária

Após analisarmos a questão agrária no Brasil, passaremos a analisar a questão agrária em São Gabriel e suas especificidades além de como ocorreu a territorialização do MST, em São Gabriel-RS.

A retomada da possibilidade de desapropriação de terras para fins de reforma agrária, com o II PNRA, gerou uma série de ações do MST. Assim, no Brasil, mais especificamente em São Gabriel, foi retomado o processo de desapropriação de grandes propriedades rurais. São Gabriel passou a ser conhecida, pelo MST, como Coração do Latifúndio. Se por um lado, São Gabriel passou a ser objetivo de conquistas de terras pelo MST, por outro lado, a cidade passou a ser admirada por ruralistas de todo o Brasil, por resistir a assentamentos do MST. Nesse contexto São Gabriel torna-se palco de disputas acirradas entre Sem Terras e produtores rurais.

O início das disputas, entre MST e ruralistas, se deu no ano de 2001 quando foi publicado no Diário Oficial da União, que 12 mil hectares de terras em São Gabriel, área formada pelas fazendas Santa Adelaide, Estância do Céu, Estância do Salso, Estância da Caieira e Posto Bragança, pertencentes a família Southall, são declaradas áreas de interesse social para fins de Reforma Agrária. Manobras jurídicas e políticas foram feitas a fim de que não fossem realizadas vistorias para se verificar a produtividade ou não das terras e via de consequência a decretação de desapropriação.

Em razão das sucessivas negativas de vistoria para se determinar a produtividade dessas terras, o MST organiza a Marcha Sepé Tiarajú (assim batizada em homenagem ao herói guarani morto em terras gabrielenses, na Guerra Guaranítica em 1756), marcha que tinha o objetivo de pressionar os poderes competentes para que se agilizasse as desapropriação de terras em São Gabriel, para fins de Reforma Agrária. A Marcha Sepé Tiarajú saiu de Pantano Grande no Rio Grande do Sul e reuniu acampados do MST de Arroio dos Ratos, Pantano

Grande, Capão do Leão, Santana do Livramento e Júlio de Castilhos, com aproximadamente 800 (oitocentas) famílias, que marcharam em direção a São Gabriel, pela BR 290.

Os ruralistas, por sua vez, mobilizaram-se com várias ações:

- na tentativa de impedir vistoria de produtividade, pelo INCRA de fazendas, entre elas as da família Southal, inicia o movimento Vistoria Zero²⁴, deflagrado em todo o Rio Grande do Sul.

- como barreira à marcha Sepé Tiarajú, estancieiros gaúchos, com participação ativa dos fazendeiros de São Gabriel, formaram uma contramarcha, denominada de Marcha da Produção e que iniciou oficialmente em 27 de junho de 2003, com a finalidade de conter o avanço da Marcha Sepé Tiarajú.

Em julho de 2003 a Marcha Sepé Tiarajú se chega a São Gabriel. Seus integrantes são recebidos com ameaças e impedidos de permanecer em áreas públicas de São Gabriel, por liminar deferida pela Justiça Estadual na Ação de Interdito Proibitório²⁵ nº 031.1.03.0011250-5, que tramitou na Comarca de São Gabriel.

Um momento marcante e tenso na disputa entre MST e ruralistas foi quando da divulgação de panfleto (figura 10) que entre outras ameaças aos integrantes da Marcha Sepé Tiarajú pede à população gabrielense: “Se tu, gabrielense amigo, possuis um avião agrícola, pulveriza à noite 100 litros de gasolina em voo rasante sobre o acampamento de lona dos ratos. Sempre haverá uma vela acesa para terminar o serviço e liquidar com todos eles”. (MST-história) Esse panfleto foi distribuído para grande parte da população de São Gabriel, em casas residenciais e comerciais, tendo a autora, inclusive recebido um exemplar de dito panfleto, à noite, colocado de baixo da porta de sua residência.

²⁴ Foi o movimento de resistência dos ruralistas em todo o estado do Rio Grande do Sul às vistorias realizadas pelo INCRA como requisito básico a implementação das políticas de desapropriação de imóveis rurais por interesse social para fins de reforma agrária.

²⁵ O Interdito Proibitório é uma ação judicial que visa repelir algum tipo de ameaça à posse direta ou indireta, de determinado possuidor.

Figura 10 - Panfleto à população gabrielense

GABRIELENSES DIZEM NÃO À INVASÃO E A SEUS APOIADORES

Povo de São Gabriel, não permita que sua cidade tão bem conservada nesses anos, seja agora maculada pelos pés deformados e sujos da escória humana.

São Gabriel, que nunca conviveu com a miséria, terá agora que abrigar o que de pior existe no seio da sociedade. Nós não merecemos que essa massa podre, manipulada por meia dúzia de covardes que se escondem atrás de estrelinhas no peito, venham trazer o roubo, a violência, o estupro, a morte. Estes ratos precisam ser exterminados. Vai doer, mas para grandes doenças, fortes são os remédios. É preciso correr sangue para mostrarmos nossa bravura. Se queres a paz, prepara a guerra, só assim daremos exemplo ao mundo que em São Gabriel não há lugar para desocupados. Aqui é lugar de povo ordeiro, trabalhador e produtivo. Nossa cidade é de oportunidades para quem quer produzir e não há oportunidades para bêbados, ralé, vagabundos e mendigos de aluguel. Se tu, gabrielense amigo, possuis um avião agrícola, pulveriza a noite 100 litros de gasolina em vôo rasante sobre o acampamento de lona dos ratos. sempre haverá uma vela acesa para terminar o serviço e liquidar com todos eles.

Se tu, gabrielense amigo, és proprietário de terras ao lado do acampamento, usa qualquer remédio de banhar gado na água que eles usam para beber, rato envenenado bebe mais água ainda.

Se tu, gabrielense amigo, possuis uma arma de caça calibre 22 atira de dentro do carro contra o acampamento, o mais longe possível. A bala atinge o alvo mesmo há 1200 metros de distância FIM AOS RATOS. VIVA O POVO GABRIELENSE !

Fonte: <http://midiaindependente.org/>. Acesso em: out, 2015.

A autora, se permite fazer uma digressão: lembra de no momento em que pegou o panfleto, imediatamente voltou ao ano de 1981, com as mesmas perguntas: Quem são eles? Como ousam dizer que têm direito à terra? Possuem famílias? E as crianças? As questões que me impunha no longínquo ano de 1981 voltaram, trazendo ainda mais questionamentos: E agora? A cidade será invadida por “vagabundos”, “vândalos”, “ratos”?

As manifestações, incitando a população a se voltar contra o MST, são intensas. Traz-se exemplo de uma delas:

A vinda para o município de São Gabriel das Sem Terra e a invasão de áreas de terras produtivas como a que está em questão, é um desrespeito as leis e ao povo de São Gabriel e as suas origens, pois no bando dos Sem Terra o que menos tem é gente com vontade de trabalhar. A maioria deles são desertores e forasteiros que transitam de acampamento para acampamento, pessoas desocupadas e sem futuro algum. Caso venha ocorrer a desapropriação deste imóvel, os proprietários e o povo do Rio Grande do Sul (de bem) devem persistir até as últimas consequências e inclusive, se for necessário, declarar guerra contra os sem terras invasores de propriedades produtivas como é o caso desta. Se esta fazenda modelo de produção, vier a ser desapropriada, deve ser dado início a uma nova Revolução Farroupilha, para que sirva de exemplo para o Brasil e o mundo. <http://www.midiaindependente.org/comentário>. Acesso em jun, 2016

Boa parte da população de São Gabriel, motivada pelo medo e por suas convicções aderiu à causa ruralista, ultrapassando a barreira das entidades rurais, passando também pelas associações comerciais e do empresariado. Pessoas vestiram-se de negro. Panos pretos foram colocados nos frontispícios das casas, a exemplo da figura 11. Esses fatos são confirmados por Jane Fontoura, assentada no Assentamento Conquista do Caiboaté e que participou da Marcha Sepé Tiarajú. Ela conta que quando a Marcha Sepé Tiarajú chegou a São Gabriel, casas comerciais colocaram nas fachadas tarjas pretas e que os integrantes do MST tinham o temor de serem linchados em São Gabriel.

Figura 11 - Casa em luto por ocasião da chegada do MST em São Gabriel



Fonte: Arquivo pessoal de Karyn Horst

Havia o sentimento entre a população gabrielense de que o MST afrontava-os. Afrontava-os por querer suas terras, afrontava-os quando afirmavam seus direitos. De um lado bramiam os latifundiários e a sociedade gabrielense: Esta terra tem Dono! De outro, clamavam os trabalhadores Sem Terra: Esta terra tem dono? A frase, atribuída a Sepé Tiarajú, morto em solo gabrielense, historicamente foi palavra de ordem em São Gabriel e os Trabalhadores Sem Terra "apropriaram-se" de mesma e batizaram sua marcha de Sepé Tiarajú. Mais uma afronta!

Apesar de toda a oposição, o MST chega em São Gabriel com centenas de pessoas integrantes da Marcha Sepé Tiarajú que acampou na entrada da cidade e lentamente seguiu seu caminho. Do acampamento às margens da BR 290, esperaram pacientemente por longos anos. De 2003 a 2008 muitas ações foram realizadas em São Gabriel, pelo MST, no sentido de ser aceito pela comunidade local e via de consequência, de sua territorialização.

Em 2007 o MST ocupa parte da fazenda da família Southall, denominada Estância do Céu, no intuito de tornar mais ágil a criação de assentamentos em São Gabriel, o que efetivamente ocorreu, pois em dezembro de 2008 houve o ato de entrega das áreas adquiridas pelo INCRA para a criação dos assentamentos rurais nas Fazendas em São Gabriel e objeto da Tabela 1.

Tabela 1 - Assentamentos criados em São Gabriel nos anos de 2008 e 2009

FAZENDA	ASSENTAMENTO	ÁREA
Estância do Céu	Conquista do Caiboaté	4953,13ha
São José do Zambeze	Zambeze	873,70ha
São Paulo I	Novo Rumo	122,33 ha
São Paulo II	União Pela Terra	548,70ha
Itaguaçu	Itaguaçu	2037,83 ha

Fonte: INCRA - Assentamentos, 2013

Nem todas as famílias acampadas na cidade de São Gabriel foram assentadas nos anos de 2008 e 2009 e em agosto de 2009 o MST ocupa outra área da fazenda da família Southall, denominada de Fazenda Bragança. Essa ocupação foi marcada pelo assassinato de Elton Brum, integrante do MST, com um tiro pelas costas, desferido pela Polícia Militar, em 21 de agosto de 2009.

A luta do MST continua e em 2010 a Fazenda Santa Rita, atual assentamento Madre Terra e a Fazenda Trinta e Três, atual assentamento Cristo Rei, são consideradas áreas de interesse social e adquiridas pelo INCRA para criação de assentamentos rurais.

A partir da criação dos assentamentos, aqueles que conquistaram um pedaço de chão passam a lutar pela sobrevivência, ou seja, a luta agora passa a ser pela criação de políticas públicas em relação às Metas 4 (quatro) e 10 (dez) do II PNRA,

que são de recuperar a viabilidade econômica dos assentamentos e garantir assistência técnica e extensão rural, capacitação, crédito e políticas de comercialização a todas as famílias das áreas reformadas (II PNRA, p. 38), além de luta por água potável, luz, estradas e acesso à educação formal.

Resumir a questão agrária de São Gabriel não é tarefa fácil. Os assentamentos rurais são uma realidade: São 8 (oito) assentamentos rurais com 14.089,41ha destinados à reforma agrária, com 599 (quinhentas e noventa e nove) famílias assentadas (INCRA).

É tênue a linha que mantém uma convivência pacífica entre camponeses assentados e ruralistas, partes com lutas antagônicas.

Figura 12 - Acampamento do MST formado em 2016, em São Gabriel, distrito do Batovi



Fonte: Arquivo pessoal de Karyn Horst

Em 2016, por ocasião da formação de novo acampamento do MST, voltaram as agressões verbais. Um exemplo é a afirmação do presidente do Sindicato Rural de São Gabriel que diz:

Os verdadeiros latifúndios de São Gabriel são os assentamentos rurais do INCRA. A definição clássica de latifúndio é grande extensão rural improdutiva. Se pensarmos nisso, chegaremos a conclusão que os assentamentos é que exercem esse papel, ocupando mais de 28 mil hectares com uma produção pífia e insignificante, sem arcar com as

obrigações legais e ambientais que os outros produtores produzem. Eles sim são os verdadeiros latifundiários de São Gabriel. Nós produzimos alimentos, e eles, no máximo, produzem discursos e confusão.(CADERNO 7)

Como se vê, há a possibilidade de se repetirem os fatos de 2003 e 2009.

2.1.3.2.1 Resumo das manchetes do jornal "O Imparcial" (2003 e 2009)

O Jornal "O Imparcial", circula em São Gabriel desde o ano de 1931 e é o único que mantém arquivo de suas edições. As manchetes e o resumo das notícias demonstram o contexto de ameaças, manobras jurídicas e políticas que se criaram no município entre MST, ruralistas, sociedade gabrielense e poder público. Os anos de 2003 e 2009 foram os que geraram maior tensão e por tal motivo foram os escolhidos para demonstrar a gravidade dos fatos ocorridos em São Gabriel. O ano de 2003 foi aquele que deu início às ações pró e contra o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em São Gabriel. As primeiras notícias trazidas, do ano do 2003 são indicadoras do início de mais um conflito agrário no Brasil. A primeira, de 22 de maio de 2003, denota a surpresa da notícia de desapropriação em São Gabriel, já as manchetes de 1 de junho de 2003 e 21 de junho de 2003 evidenciam o confronto entre ruralistas e Sem Terra, que está por vir. Já o ano de 2009 foi aquele em que os conflitos entre as partes indicadas atingem o seu auge, com a morte de uma pessoa, na defesa de interesses antagônicos, quais sejam dos ruralistas que desejavam manter o *status quo* e dos integrantes do MST que desejavam um pedaço de terra.

Fica visível que as ações havidas com a vinda do MST para São Gabriel no ano de 2003, estiveram relacionadas a questões políticas, principalmente em relação à manutenção do poder de uma classe social, a dos ruralistas.

Acrescenta-se que à época o Presidente da República era Luiz Inácio Lula da Silva e o governador do Estado do Rio Grande do Sul era Germano Rigotto. Os programas de governo, do Governo Federal e do Governo Estadual, em relação aos programas sociais eram conflitantes.

Conforme traz o item 3.4, na descrição do município de São Gabriel e abordagem histórica, havia um assentamento em São Gabriel, criado no ano de 1996, cuja criação não causou a comoção havida no ano de 2003. Diante deste

dado é de se indagar: Porque somente no ano de 2003 houve tamanho confronto entre MST e ruralistas?

Tabela 2 - Notícias veiculadas pelo Jornal O Imparcial nos anos de 2003 e 2009.

ANO DE 2003		
DATA	MANCHETE	RESUMO
22.05.2003	Rossano recebe com surpresa a notícia de desapropriação em São Gabriel	O município ingressará com ação na justiça em defesa do território, preventiva contra possíveis danos nas diversas áreas de atendimento pelo poder público bem como a segurança contra possíveis invasões. Será elaborada nota a imprensa em nome de todos os seguimentos envolvidos, incluindo a Associação dos Municípios da Fronteira Oeste (que Rossano é presidente), União dos Legislativos da Fronteira Oeste, Sindicato Rural de São Gabriel, Câmara de Vereadores, Associação Médica, Associação Comercial e Industrial, Sindilojas e CDL.
12.06.2003	Ruralistas mobilizados para o confronto. Sem-terra estão vindo em marcha para São Gabriel	Começou na terça feira a caminhada dos Sem-terra ligados ao MST pela BR 290 em direção a São Gabriel. A mobilização, segundo líderes do movimento, tem o objetivo de pressionar o governo a transformar em assentamento os 13 mil hectares desapropriados no município. João Francisco Costa (presidente do Sindicato Rural de São Gabriel) ainda criticou a atitude dos Sem-terra, mas admitiu que já esperava decisões desse gênero, "já que é um movimento que atua a margem da lei." Rossano deixa claro que "em São Gabriel não existe acolhida para o MST, que não é bem vindo".
21.06.2003	Apoio ao MST: Ato pela reforma agrária vai reunir mais de 10 mil pessoas em São Gabriel	O ato coincidirá com chegada dos sem terra que hoje marcham em direção a São Sepé. Luiz Pires (presidente do PT em São Gabriel) disse que o objetivo do PT não é incitar a violência, garantindo que o ato será cívico, ordeiro e pacífico. Dirigentes da CUT (Central Única dos Trabalhadores) vão agendar três reuniões específicas. A primeira delas é com o prefeito Rossano Dotto Gonçalves com o objetivo de esclarecer os fins pacíficos das manifestações; outra com o Governador Germano Rigotto, buscando garantias de que as forças de segurança do estado manterão a ordem e darão condições para que as manifestações aconteçam de forma civilizada; e ainda reunião com Superintendência da Polícia Federal, solicitando a presença de agentes federais em São Gabriel como forma de garantia para que não haja extremismos de nenhum dos lados. A intenção do MST está em pressionar o governo federal para que acelere o processo de reforma agrária.
28.06.2003	Sem-Terra diminuem o passo para evitar confronto com produtores	O presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Gabriel, Carlos Alberto Maccord Lannes, garantiu que não vai haver confronto entre os sem-terra e os produtores de São Gabriel (e da região) que participam da Marcha da Produção.

Tabela 2- Notícias veiculadas pelo Jornal O Imparcial nos anos de 2003 e 2009.

(Continua)

DATA	MANCHETE	RESUMO
02.07.2003	Produtores voltam a se mobilizar assim que o MST direcionar a marcha dos Sem Terra para São Gabriel	Os produtores rurais criaram o comboio como um contraponto a um movimento semelhante do MST que saiu de Pantano Grande em direção a São Gabriel. O MST está impedido por aliminar obtida na justiça pela prefeitura de permanecer em área pública em São Gabriel, podendo circular por vias públicas (ou permanecer em propriedades privadas). O prefeito Rossano Gonçalves, que é contra a desapropriação, afirmou no domingo que mantém vigília no parque de exposições do município. Em resposta à marcha do MST os produtores, que saíram em comboio de São Gabriel na última sexta-feira, dia 27, protestam contra a desapropriação de 13 mil hectares no município
19.07.2003	MST retomou a marcha a São Gabriel permanece em São Sepé até sábado	Líder do MST Justino Vieira afirma que "com a hostilidade" que estamos sofrendo, os próprios latifundiários demonstram que latifúndio improdutivo não existe só em São Gabriel, mas em todo o Rio Grande do Sul". "São os fazendeiros que tentam passar uma visão de que não somos bem vindos". Essa reportagem informa que mais de 800 pessoas estão em marcha pelo MST.
22.07.2003	Ruralistas montam acampamento para monitorar atividades dos agricultores sem-terra em São Sepé	A marcha dos sem-terra foi retomada na última sexta-feira, dia 18. Os colonos pretendiam deixar o município de São Sepé e prosseguir mais 18 quilômetros na manhã do último sábado, dia 19, em direção a São Gabriel, mas foram parados por um grupo de produtores rurais no Viaduto da Várzea do Passo Verde, na BR-392. O impasse seguiu até a madrugada desta segunda, e o fim do conflito, conquistado após a liberação da passagem pelos produtores rurais, ocorreu devido ao comprometimento de Brigada Militar de escoltar a marcha dos agricultores. Os sem-terra tentam pressionar autoridades pela desapropriação de 13 mil hectares de Alfredo Southall em São Gabriel. A desapropriação, determinada pelo governo federal, foi suspensa por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).
02.08.2003	Por que não acredito na Reforma Agrária	Produtor rural, João Alfredo R. Bento Pedreira, em artigo, afirma que em relação a reforma agrária: Quem não se dá de conta que isso tudo é orquestrado, vindo de fora? Na verdade, tudo isso é uma tática para desestabilizar o país, chegando até a uma guerra civil, visando a tomada do poder.
29.11.2003	Cerca de 500 sem-terra caminham em direção a "terra prometida"	Denunciar os grandes latifúndios existentes em São Gabriel e mostrar as condições reais que vivem os trabalhadores rurais, são duas razões para o reinício da Marcha dos Sem Terra na região de São Gabriel. A tendência é que a caminhada recomece logo pela manhã com direção a uma propriedade vizinha às terras de Alfredo Southall. Segundo os coordenadores entre os 500 sem-terra, 120 são crianças e outros 20, mulheres grávidas.

Tabela 2- Notícias veiculadas pelo Jornal O Imparcial nos anos de 2003 e 2009.

(Continua)

DATA	MANCHETE	RESUMO
02.12.2003	Marcha dos sem-terra pode recomeçar hoje	MST permanece acampado às margens da RS 630, na Vila Santa Clara, a 8km de distância das fazendas de Alfredo Southall. Os ruralistas mantêm a decisão anunciada no domingo, dia 30. Eles dizem que bloquearão a RS-630 caso o MST não revele o destino da marcha. A Brigada Militar de São Gabriel, que já recebeu reforço de Rosário do Sul e Lavras do Sul, conta com o apoio do BOE de Santa Maria. Os produtores, com apoio do Prefeito de São Gabriel, Rossano Gonçalves, e pela Federação da Agricultura do Estado (FARSUL), passaram a acompanhar cada movimento dos sem-terra.
04.12.2003	Estado abre Sindicância. Rossano chama Brigada Militar de "Babá do MST"	O Governador Germano Rigotto reuniu-se na tarde desta quarta-feira, dia 3, com o secretário da Justiça e da Segurança, José Otávio Germano, e o subcomandante da Brigada Militar, coronel Carlos Vicente Bernardoni, no Palácio Piratini e determinou a realização de uma sindicância para verificar se houve truculência na desocupação da RS-630, na Vila Santa Clara. O secretário da Justiça e Segurança, José Otávio Germano, disse para uma emissora de rádio que a decisão de usar tropas de choque da BM para dispersar o bloqueio dos ruralistas foi justa e com o objetivo de garantir que "um grupo de pessoas pudesse exercer o seu direito de chegar até determinado lugar". Já o Prefeito de São Gabriel, disse que a ação da Brigada foi truculenta e acusou a cooperação de ser "babá" do MST.
04.12.2003	Centro da cidade vira praça de guerra	Cerca de 2000 "defensores" do direito de propriedade são aguardados em São Gabriel. O prefeito disse que a atitude da Brigada Militar, no começo da manhã desta quarta-feira, pode ser caracterizada como um ato arbitrário. Rossano e o presidente dos Sindicato Rural de São Gabriel, José Francisco Costa, foram detidos por PMs e levados para a Delegacia de Polícia, onde prestaram esclarecimentos. Uma multidão acompanhou o desenrolar dos fatos em frente ao prédio da Delegacia de Polícia de São Gabriel.
04.12.2003	Tropa de choque abre caminho na "porrada"	A tropa de choque da Brigada Militar entrou em confronto com ruralistas na manhã desta quarta-feira, no km 8 da RS 630. Mais de cem produtores rurais montavam bloqueio em frente à Estância Campestre para impedir a passagem dos integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Um grupo de mulheres ruralistas formou uma barreira humana sobre a RS, alegando que não permitiriam a passagem da Marcha. A tropa de choque -com ordem de Porto Alegre- abriu caminho forçadamente. Desta vez, claramente, a população insatisfeita com os acontecimentos anteriores, partiu para cima dos policiais.

Tabela 2- Notícias veiculadas pelo Jornal O Imparcial nos anos de 2003 e 2009.

(Continua)

DATA	MANCHETE	RESUMO
04.12.2003	Ele é o Bento Gonçalves de São Gabriel	Defender uma causa que é justa - isso no ponto de vista da classe ruralista - está fazendo do prefeito um herói - um novo Bento Gonçalves. Ontem, logo depois de ser liberado dos depoimentos na Delegacia de Polícia, Rossano foi ovacionado por uma multidão que gritava o seu nome. Enquanto permanecia no interior do prédio, a multidão partiu para cima dos policiais militares, acusando a Brigada Militar de defensora do MST. A comunidade exaltada só se acalmou quando avistou Rossano Gonçalves na janela do prédio. Para o prefeito, "a decisão criou uma mancha difícil de se apagar".
06.12.2003	Conflito no Campo	O Presidente da Assembleia Legislativa Vilson Covatti, afirmou estar preocupado com os ânimos acirrados na região. Depois de passar a quinta-feira, dia 4, em São Gabriel ouvindo produtores rurais e políticos da Fronteira Oeste do estado, o presidente da Assembleia Legislativa, Vilson Covatti, defendeu medidas urgentes para resolver o impasse entre proprietários de terra e integrantes do MST. "O momento é preocupante, os ânimos estão muito acirrados. É preciso estabelecer a ordem e a segurança o mais rápido possível".
06.12.2003	Rossano recebe mensagens de solidariedade de lideranças de diversos pontos do Estado	Rossano recebe mensagens de solidariedade de lideranças de diversos pontos do estado, sendo sua atitude reputada como ativa e corajosa na defesa dos legítimos interesses da comunidade gabrielense e aproveitou para deplorar a postura intolerante e belicosa das lideranças do MST em relação aos produtores rurais de São Gabriel, o que despertou justa reação dos cidadãos, que lutam na defesa de suas propriedades, lares e famílias.
06.12.2003	Produtores esperam, mas poderão realizar a contramarcha na próxima quinta-feira	Cerca de 800 ruralistas, prefeitos e parlamentares se reuniram no Parque de exposições Assis Brasil, por mais de cinco horas, na tarde da última quinta-feira, dia 4. Entre as autoridades presentes, os deputados Berfram Rosado, Onix Lorenzoni, Geronino Georgen, Vilson Covatti e os prefeitos Rubens Pillar (Dom Pedrito), Gleí Cabreira Menezes (Rosário do Sul), Guilherme Bassedas (Santana do Livramento) e o prefeito em exercício de Maçambará, vereador Leomar Schimit. Também participaram vereadores de São Gabriel e de municípios da região, o presidente da FAMURS, Carlos Speroto e Presidentes dos Sindicatos da Região. A proposta da Assembleia foi definir uma série de reivindicações que irão se integrar a um documento que deverá ser entregue em mãos ao governador Germano Rigotto. Os produtores planejam entregar este documento durante uma mobilização-com a participação de ruralistas de todo o Estado-em frente ao Palácio Piratini. Os ruralistas definiram, se os sem-terra permanecerem acampados em Vacacaí, que irão realizar uma contramarcha em direção ao local do acampamento.

Tabela 2- Notícias veiculadas pelo Jornal O Imparcial nos anos de 2003 e 2009.

(Continua)

DATA	MANCHETE	RESUMO
11.12.2003	Ruralistas se reúnem no Parque de Exposições	Um dos coordenadores do acampamento do MST, Juliano Flores diz que vê com naturalidade a mobilização dos produtores."Eles estão defendendo o que acham certo. O mesmo que acontece conosco", analisou. Quanto a virar vizinho dos produtores, o líder do MST acenou com a cabeça - tudo bem."O problema vai ser para dormir. Eles ficam a noite inteira jogando fogos de artifícios e impedindo a gente de dormir".
ANO DE 2009		
DATA	MANCHETE	RESUMO
05/02/2009	Incra/RS realiza reuniões em São Gabriel	A Superintendência Regional do Rio Grande do Sul realiza, nesta semana, uma série de encontros para apresentar as ações a serem desenvolvidas nos novos assentamentos do município de São Gabriel, com foco no desenvolvimento regional. Em São Gabriel, foram desapropriadas 9 áreas em 2008. Até o momento, quatro áreas já receberam famílias. A capacidade total de assentamentos das 9 áreas é de cerca de 1.200 famílias.
10/02/2009	Agenda do Incra/RS em São Gabriel inicia hoje	Uma das vitórias do MST em São Gabriel, foi a conquista do novo assentamento "Conquista do Caiboaté", antiga Estância do Céu.
18/04/2009	MST realiza manifestos, homenagens e mantém audiência no Executivo	Integrantes do MST se deslocaram dos vários assentamentos já existentes em São Gabriel até o centro da cidade. Após o deslocamento em marcha, as famílias acamparam temporariamente em frente a Prefeitura Municipal, onde uma comissão formada pelas lideranças do movimento foi recebida pelo prefeito Municipal Rossano Gonçalves. Após se dirigiram ao INCRA com objetivo de solicitar agilidade na distribuição dos lotes para todas as famílias assentadas Uma das líderes do "Conquista do Caiboaté". Eliane Azevedo, explicou que no momento em que a BM interceptou o ônibus, e os policiais militares revistaram homens, mulheres e crianças de maneira truculenta, prenderam 4 pessoas sem mesmo dar voz de prisão. Estamos preocupados com as cerca de 250 crianças que estão estudando nos Assentamentos "Conquista do Caiboaté" e "Itaguaçu", através dos esforços dos pais que construíram as referidas condições para isso, aliados ao trabalho dos educadores dos próprios assentamentos. Queremos a garantia de que este tempo de estudo não seja perdido e nem comprometa o Ano Letivo, afirmou Eliane.
07/05/2009	MST realiza manifesto em frente ao Ministério Público	MST entrega panfleto em frente ao Ministério Público- "Jejum por Reforma Agrária e Contra a Criminalização"

Tabela 2- Notícias veiculadas pelo Jornal O Imparcial nos anos de 2003 e 2009.

(Continua)

DATA	MANCHETE	RESUMO
13/08/2009	MST invadem Fazenda Bragança e Prefeitura de São Gabriel	250 integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) acabaram invadindo a Prefeitura Municipal de São Gabriel – onde permaneceram com faixas e cartazes falando palavras de ordem no interior do prédio, assim como, espalhados por toda a extensão interna e externa da Prefeitura. Já várias lideranças do MST, confirmaram que o objetivo da ocupação na prefeitura era conseguir uma reunião com o prefeito Rossano Gonçalves, para reivindicar melhorias em saúde e educação nos assentamentos e no acampamento do MST em São Gabriel.
13/08/2009	Invasão da Fazenda Bragança foi às 5h da madrugada	MST ocupou uma área da Fazenda Southall – denominada Fazenda Bragança – situada ao lado da Antiga Estância do Céu.
13/08/2009	Reintegração de Posse é pedida pelo Executivo	Tão logo foram surpreendidos pela invasão, o Prefeito Rossano Gonçalves, através da Assessoria Jurídica do Executivo entraram imediatamente com o pedido de Reintegração de Posse do prédio da Prefeitura, bem como, do Interdito Proibitório (prédios públicos ficam preservados e não podem ser invadidos). Segundo o prefeito Rossano Gonçalves, que se recusou a receber os sem-terra, alegou já ter acolhido e encaminhado ao Governo Federal os pedidos de unidades de saúde e transporte escolar dos assentados há cerca de 2 meses. Diante disso, sugeriu que os manifestantes deveriam bater em "outra porta".
13/08/2009	Mais de 150 Policiais Militares participaram da ação	Além do efetivo de policiais da Brigada Militar de São Gabriel, segundo informações do Cap. Silveira foi solicitado reforço dos 2º RPMont de Livramento e também no início da tarde do Batalhão de Operações Especiais de Santa Maria. Exatamente as 15h38min foi colocada em prática a operação da retirada dos integrantes do MST que ainda permaneciam no interior do Prédio da Prefeitura Municipal.
15/08/2009	Prazo para MST desocupar fazenda de Southall é hoje	Cerca de 300 famílias de integrantes do MST continuam ocupando a Fazenda Bragança de propriedade do empresário rural Alfredo Southall. A ocupação ocorreu na madrugada da última quarta-feira (12). No final daquela manhã, Southall solicitou - através da Justiça a Reintegração de Posse de suas terras – sendo que após ordem judicial ter sido deferida, na tarde de quinta- feira (13), oficiais de justiça se dirigiram à fazenda e efetuaram a leitura da mesma, sendo que o prazo legal e final para a saída pacífica do MST da Fazenda Bragança termina na tarde de hoje.
18/08/2009	MST planta e amplia ocupação na Fazenda Southall	As famílias sem terra que ocupam a Fazenda Southall, em São Gabriel(RS), iniciaram o plantio na área no domingo(16). Foram semeados verduras e legumes para a alimentação das famílias. Os sem terra também plantaram árvores nativas. Cerca de 700 pessoas estão na Southall desde quarta-feira.

Tabela 2- Notícias veiculadas pelo Jornal O Imparcial nos anos de 2003 e 2009.

(Conclusão)

DATA	MANCHETE	RESUMO
18/08/2009	Após decisão judicial, MST segue em área da Fazenda Southall	No dia de ontem, a Justiça de São Gabriel determinou a retirada das cerca de 600 pessoas acampadas na Fazenda Bragança de propriedade do produtor rural Alfredo Southall. O grupo de integrantes do MST, que invadiu a fazenda na quarta-feira, dia 12, segue acampado na área, mesmo depois de uma ordem judicial para deixar o local até as 18 horas do último sábado.
18/08/2009	Ricardo Bragança diretor da CORSAN recebe Tarso Teixeira em Porto Alegre	Expressar solidariedade ao governo estadual e externar, de forma pública, o reconhecimento pelo papel da governadora Yeda no fortalecimento do agronegócio gaúcho. Esta, entre outros temas, foi uma das principais razões da visita do presidente do Sindicato Rural de São Gabriel, Tarso Teixeira ao diretor comercial da Corsan, Ricardo Bragança, em Porto Alegre. Tarso salientou a importância do atual governo na defesa da lei e no fortalecimento da agricultura empresarial. "O governo Yeda Crusius tem tido um papel firme na defesa do direito à propriedade", assinalou Tarso.
22/08/2009	Desocupação da Southall resulta em uma morte e 14 feridos	Por volta das 7 horas da manhã de ontem cerca de 300 policiais militares acompanhados de cães e cavalos, também com escudos, cercaram o acampamento do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra que encontravam-se acampados junto a Fazenda Southall com aproximadamente 500 pessoas. A BM tinha o objetivo de cumprir o mandado de reintegração de posse da área que encontrava-se expedido há vários dias, mas as condições climáticas e a dificuldade de acesso estavam impedindo o cumprimento do mesmo. No momento em que era tentado negociar a desocupação da área de forma pacífica, vários pneus foram incendiados no interior do acampamento, onde também os colonos protestavam com palavras de ordem. Logo após, os PMs conseguiram apagar o incêndio dos pneus que foram removidos por uma retroescavadeira. Durante a ação-que durou aproximadamente cinco minutos, foram momentos tensos, um integrante do MST – Elton Brum da Silva, de 44 anos, natural de Canguçu, acabou ferido - no tórax - por um disparo provavelmente de uma arma cal. 12 e acabou falecendo.
25/08/2009	MST realiza caminhada em homenagem a amigo e familiar morto na Southall	No momento em que era sepultado, integrante do MST - como é tradicional em todas as celebrações dos sem terra - amigos e familiares enchem as mãos com terra ensanguentada – tirada do local de onde Elton tombou na Fazenda Southall e despejavam sobre o caixão. O tiro da espingarda calibre 12 que matou o integrante do MST teria sido disparado a menos de um metro de distância do Sem-Terra; O atirador estaria entre os seis policiais militares que entraram pela frente do acampamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Fonte: Jornal O Imparcial.

As manchetes do Jornal O Imparcial, de circulação na cidade de São Gabriel e o único a manter suas edições arquivadas, traz reportagens que mostram o confronto entre ruralistas e MST a partir do ano de 2003.

Outro fato que se deve atentar é que o poder executivo do município de São Gabriel demonstrava publicamente que estava a serviço de apenas uma parcela da população, sendo que o prefeito chegou a ser equiparado com o herói farroupilha, Bento Gonçalves, conforme traz a notícia veiculada em 04 de dezembro de 2003.

Da análise das reportagens também se conclui que a população foi incitada a se posicionar de maneira gratuita contra o MST, a exemplo da reportagem de 04 de dezembro de 2003.

2.2 PROPRIEDADE E EDUCAÇÃO

Da luta pela terra à conquista da escola, o estudo dos espaços de conquistas do MST, campo e escola, é um dos objetos do presente estudo.

As fases históricas do Brasil - Colônia, Império e República - têm a grande extensão da propriedade de terras, o latifúndio, como característica comum a todas elas. O latifúndio é originário das sesmarias lusitanas, onde a coroa distribuía terras à nobreza, comerciantes ou militares. Essa distribuição tinha como uma de suas finalidades a ocupação do território. Por sua vez a posse da terra acarretava o controle da força de trabalho. O controle da força de trabalho determinava o domínio de classes e é raiz da grande desigualdade social e econômica ainda hoje existente.

Lefebvre (2011, p. 54) afirma que o direito sempre sancionou as relações e condições existentes para a dominação pelas classes economicamente privilegiadas. Grandes extensões de terras nas mãos de poucos proprietários garantem aos seus detentores acesso aos bens produzidos pelo capital e o privilégio social. Em contrapartida, os excluídos da terra tornam-se marginalizados e excluídos socialmente.

São os excluídos que passaram a lutar para modificar a estrutura fundiária brasileira, herança do Brasil colonial. Do Império à República o sistema capitalista²⁶, oriundo da produção em grandes extensões de terras, no modo de monocultura, foi o responsável não só pelo desenvolvimento econômico do Brasil, como também

²⁶Sistema sócio-econômico em que os meios de produção (terras, fábricas, máquinas, edifícios) e o capital (dinheiro) são propriedade privada, ou seja, tem um dono.

pela marginalização daqueles que não detinham o acesso à terra. O sistema capitalista ao acatar os interesses das classes dominantes consegue ditar as regras de acordo com os seus interesses.

A propriedade privada burguesa, segundo Marx; Engles (1848) "é a expressão última e mais consumada da geração e apropriação dos produtos que repousam em oposições de classes, na exploração de umas pelas outras". O direito à propriedade é um dos fundamentos da ordem social estabelecido nas constituições brasileiras, independentemente da época em que foram outorgadas/promulgadas (ditadura ou democracia). Mas que tipo de propriedade está se abordando? A propriedade que ao longo do tempo foi determinada pela relação produção-consumo, sendo que a cada modo de produção corresponde uma determinada forma de propriedade. A propriedade, neste sentido, traz as marcas históricas das relações de produção determinadas pelas classes sociais ao longo da história da humanidade. (AMBONI, 2014, p. 61) Assim a propriedade é aquela determinada pelas relações capitalistas de produção, que a tem como direito inalienável do homem e garantida pelo direito positivo²⁷.

2.2.1 Propriedade e educação nas Constituições Brasileiras

É o estudo do direito positivo representado pelas Constituições brasileiras o objetivo deste item especialmente no que diz respeito a propriedade e educação. As Constituições brasileiras têm como fundamento, no que diz respeito ao direito de propriedade, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, que no seu artigo 17 (dezessete) determinava:

"Como a propriedade é um direito inviolável e sagrado, ninguém dela pode ser privado, a não ser quando a necessidade pública legalmente comprovada o exigir, evidentemente e sob condição de prévia e justa indenização."

No que se refere à educação, no Brasil, todas as Constituições, em maior ou menor grau, contemplaram a educação escolar, porém, em que pese o Brasil ser considerado um país eminentemente agrário, face a sua extensão, a educação rural não foi sequer mencionada nos textos constitucionais de 1824 e 1891, o que evidencia o descaso dos dirigentes com a educação, em especial a rural.

²⁷ Direito escrito, gravado nas Leis, Códigos e na Constituição Federal.

Assim, por ser o Brasil um país agrário e via de consequência com uma significativa população rural, fazer o resgate de qual o entendimento das várias Cartas Magnas brasileiras no que se refere a propriedade e a educação e em especial a educação da população camponesa, é importante para se entender o porquê das atuais dificuldades para o exercício destes direitos.

2.2.1.1 Constituição de 1824

A concepção clássica da propriedade contida no texto da Carta Imperial estava ligada à noção de um direito abstrato de caráter perpétuo, independentemente do exercício desse direito, sem possibilidade de perda pelo não-uso, que assim dispunha:

"Artigo 179. A inviolabilidade dos Direitos Civis e Políticos dos Cidadãos Brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual e a propriedade, é garantida pela Constituição do Império, pela maneira seguinte. (...) XXII. É garantido o Direito de Propriedade em toda a sua plenitude. Se o bem público legalmente verificado exigir o uso, e emprego da Propriedade do Cidadão, será ele previamente indenizado do valor dela. A Lei marcará os casos em que terá lugar esta única exceção e dará as regras para se determinar a indenização".

Com relação à educação escolar o inciso XXXII do mesmo artigo trata sobre o tema, assegurando a gratuidade da instrução primária nos seguintes termos, porém nada se referindo no que diz respeito a educação rural.

"(...) XXXII. A instrução primária é gratuita a todos os cidadãos ²⁸."

2.2.1.2 Constituição de 1891

A Constituição Republicana de 1891, em sua Seção II – Declaração de Direitos, no artigo 72, também garantia o direito de propriedade, marcado pela individualidade.

Artigo 72 "a Constituição assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à propriedade".

Seguindo tal ideia, ditava o parágrafo 17 do artigo 72:

²⁸ Cidadão, à época, era considerado somente o homem livre, o que excluía os escravos, as mulheres e agregados.

"§ 17. O direito de propriedade mantém-se em toda a sua plenitude, salvo a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, mediante indenização prévia".

A Carta Magna de 1891, como a Constituição de 1824, silenciou a respeito da educação rural, restringindo-se os parágrafos 6 e 24 do artigo 72, no que tange à laicidade e à liberdade de ensino nas escolas públicas:

"§ 6. Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos
 § 24. É garantido o livre exercício de qualquer profissão moral, intelectual e industrial."

A Educação era garantida somente para as populações urbanas. Aos povos do campo havia a crença, que perdura até hoje, de que para trabalhar no campo não era necessária nenhuma preparação, nem mesmo a alfabetização, o que acarretava em nenhuma proposta escolar voltada aos interesses dos camponeses.

2.2.1.3 Constituição de 1934

A Constituição de 1934 trouxe importante inovação, ao afirmar, ainda que de modo indireto, a função social da propriedade. Seu artigo 113, inciso XVII, dispunha:

"É garantido o direito de propriedade, que não poderá ser exercido contra o interesse social ou coletivo, na forma que a lei determinar. A desapropriação por necessidade ou utilidade pública far-se-á nos termos da lei, mediante prévia e justa indenização. Em caso de perigo iminente, como guerra ou comoção intestina, poderão as autoridades competentes usar da propriedade particular até onde o bem público o exija, ressalvado o direito à indenização ulterior."

A legislação complementar, que daria efetividade à vedação do exercício da propriedade contra o interesse social ou coletivo, jamais foi editada e no que tange à educação, a introdução da educação rural no ordenamento jurídico brasileiro somente se deu nas primeiras décadas do século XX, motivada pelo movimento migratório campo-cidade. Dispõe o artigo 156:

"A União, os Estados e os Municípios aplicarão nunca menos de dez por cento e o Distrito Federal nunca menos de vinte por cento da renda resultante dos impostos, na manutenção e no desenvolvimento dos sistemas educativos.
 § único. Para realização do ensino nas zonas rurais, a União reservará, no mínimo, vinte por cento das cotas destinadas à educação no respectivo orçamento anual."

2.2.1.4 *Constituição de 1937*

A Constituição outorgada de 1937, marcou um retrocesso em relação ao texto anterior. No artigo 122, apenas assegurou o direito à propriedade, nada falando sobre o uso da mesma. Durante a vigência dessa Constituição, a repressão política e a contenção das lutas sociais não apenas conservou, como ampliou a estrutura fundiária brasileira nos moldes existentes.

No que se refere à educação, a Constituição Federal de 1937 indicou a importância de uma educação profissional em razão da industrialização crescente no Brasil. O artigo 129 determina que:

"É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera da sua especificidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados (...)"

A educação sofreu as consequências ideológicas do novo governo. O artigo 132 diz que é função do Estado promover a disciplina moral e o adestramento físico da juventude, de maneira a prepará-la para o cumprimento de seus deveres com a economia e a defesa da Nação.

"O Estado fundará instituições ou dará o seu auxílio e proteção às fundadas por associações civis, tendo umas e outras por fim organizar para a juventude períodos de trabalho anual nos campos e oficinas, assim como promover-lhe a disciplina moral e o adestramento físico, de maneira a prepará-la ao cumprimento dos seus deveres para com a economia e a defesa da Nação."

Assim foi dada ênfase ao ensino cívico e a política educacional assumiu um caráter centralizador, em consonância com o centralismo do Estado autoritário. (HERKENHOFF, 1989. p. 20)

2.2.1.5 *Constituição de 1946*

A Constituição de 1946, com relação ao uso da propriedade e após a omissão da Carta de 1937, estabeleceu, de modo explícito, em seu artigo 147, que:

"O uso da propriedade será condicionado ao bem-estar social. A Lei poderá, com observância do disposto no artigo 141, parágrafo 16, promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos."

O preceito supra constitui um marco jurídico²⁹, porque prevê a desapropriação por interesse social e, sobretudo, aponta um norte à legislação infraconstitucional, no sentido de assegurar a justa distribuição e igual oportunidade de acesso à propriedade. Pela primeira vez o ordenamento jurídico brasileiro passou a exigir do proprietário atos positivos, concretos, de exploração econômica do imóvel rural. Porém o direito à propriedade permaneceu inviolável. Mais uma vez fica referendada pela Lei Magna a estrutura fundiária de antanho, reforçando a pirâmide das desigualdades sociais e marginalizando os pobres do campo. (AMBONI, 2014)

De importância para compreender como se deu a evolução da oferta da educação aos povos do campo no Brasil é mencionar que em 1949 ocorre o Seminário Internacional de Educação de Adultos com a proposta da criação das Missões Rurais que consistiam em preparo intensivo dos líderes e agentes comunitários com o objetivo de combater a "doença do analfabetismo" que assolava o país. Um modelo de educação para o sujeito do meio rural que tinha como objetivo suprir a defasagem da educação formal mas sem respeitar as particularidades do homem da zona rural, considerando que o analfabetismo das massas seria a fonte da incompreensão, da indolência, da preguiça, chegando a afetar fisicamente os indivíduos.

A concepção do analfabetismo o tem ora como uma "erva daninha", ora como uma "enfermidade", ora como uma "chaga" deprimente a ser "curada" e cujos índices são estampados nas estatísticas de organismos internacionais. Essa concepção de analfabetismo é também considerada como a manifestação da "incapacidade" do povo, de sua "pouca inteligência", de sua "proverbial preguiça". (FREIRE, 2001, p. 15)

Para Freire, "[...] o analfabetismo não é nem uma "chaga", nem uma "erva daninha a ser erradicada", nem tão pouco uma "enfermidade", mas uma das expressões concretas de uma situação social injusta." (FREIRE, 2001, p. 18)

2.2.1.6 Constituição de 1967 e Emenda Constitucional de 1969

Em plena vigência da ditadura militar, a Constituição de 1967 e Emenda Constitucional de 1969, consignaram, explicitamente, que toda a propriedade

²⁹ Norma referência.

deveria cumprir com sua função social regulando inclusive a desapropriação da propriedade territorial rural.

A propriedade, elencada nos artigos 150 da Constituição Federal de 1967 e 153 da Emenda Constitucional de 1969, respectivamente, era considerada direito inviolável da pessoa humana, ao lado dos direitos à vida, à liberdade e à segurança. Pela primeira vez, a propriedade é tratada tanto no capítulo dos direitos e garantias individuais, quanto no título da ordem econômica e social. O artigo 22 da Emenda Constitucional de 1969, diz:

"é assegurado o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro, ressalvado o disposto no artigo 161, facultando-se ao expropriado aceitar o pagamento em título de dívida pública, com cláusula de exata correção monetária"

Assim, a reforma agrária passa a se dar pela lógica do mercado, isto é, compra e venda da propriedade e a Lei 4504 de 1964, Estatuto da Terra passou a regular os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola determinando que é assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta Lei.

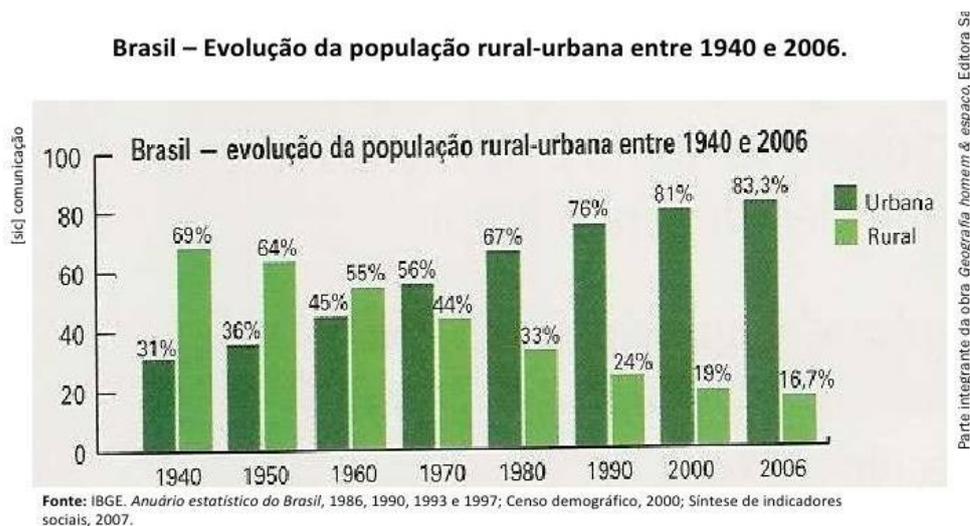
Já o artigo 2^a do Estatuto da Terra diz que a propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias; mantém níveis satisfatórios de produtividade; assegura a conservação dos recursos naturais; observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivem.

Apesar da legislação inovadora a Reforma Agrária, via Estatuto da Terra, não logrou êxito, constituindo-se em engodo da classe dominante, no caso os militares, que acenaram com a possibilidade de uma Reforma Agrária dentro dos parâmetros legais.

Foi nesse período que o Estado promoveu meios para a modernização e mecanização da agricultura, através do uso de máquinas e equipamentos, tendo a produção agrícola alcançado índices históricos e em contrapartida aumentando o êxodo rural.

O gráfico constante da figura 13 demonstra que as décadas de 60 e 70 foram aquelas que determinaram a superação da população urbana sobre a rural. Em 1960, 55% da população brasileira encontrava-se em áreas rurais. Já na década de 70, a população rural reduziu-se a 44% da população brasileira, tendo a população urbana alcançado o índice de 56%. A mecanização do campo foi fundamental para que isso ocorresse. Se por um lado a produção agrícola alcançava índices históricos, com o aumento da concentração de terras, por outro lado determinava a expulsão dos pobres da área rural. Outro contraponto que merece ser analisado é o fato de que com a modernização da agricultura os camponeses perderam gradualmente suas ocupações e seu lugar.

Figura 13 - Brasil - Evolução da população rural-urbana entre 1940-2006



Fonte: <<http://slideplayer.com.br/slide/49032/>>. Acesso em: jan, 2016

Assim os camponeses se organizaram em movimentos de luta, por meio de ocupação de terras, ganhando visibilidade junto à sociedade, trazendo a público as tensões existentes no campo e a situação de excluídos econômica e socialmente.

Em relação à educação a Constituição Federal de 1964 e Emenda Constitucional de 1969, diz:

Artigo 168 - "A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola; assegurada a igualdade de oportunidade, deve inspirar-se no princípio da unidade nacional e nos ideais de liberdade e de solidariedade humana.

§ 1º - O ensino será ministrado nos diferentes graus pelos Poderes Públicos.

§ 2º- Respeitadas as disposições legais, o ensino é livre à Iniciativa particular, a qual merecerá o amparo técnico e financeiro dos Poderes Públicos, inclusive bolsas de estudo.

§ 3º -A legislação do ensino adotará os seguintes princípios e normas:

I- o ensino primário somente será ministrado na língua nacional;

II- o ensino dos sete aos quatorze anos é obrigatório para todos e gratuito nos estabelecimentos primários oficiais;

III- o ensino oficial ulterior ao primário será, igualmente, gratuito para quantos, demonstrando efetivo aproveitamento, provarem falta ou insuficiência de recursos. Sempre que possível, o Poder Público substituirá o regime de gratuidade pelo de concessão de bolsas de estudo, exigido o posterior reembolso no caso de Ensino de grau superior;

IV - o ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas oficiais de grau primário e médio.

V - o provimento dos cargos iniciais e finais das carreiras do magistério de grau médio e superior será feito, sempre, mediante prova de habilitação, consistindo em concurso público de provas e títulos quando se tratar de ensino oficial;

VI -é garantida a liberdade de cátedra."

Como o problema do analfabetismo nesse período era muito grande, o Governo Militar propôs um projeto de alfabetização que diminuísse o índice de analfabetos no país. Dessa forma nasce o Movimento Brasileiro de Alfabetização, conhecido por MOBRAL.

Tabela 3 - Analfabetismo no Brasil na faixa de 15 anos ou mais –1900/2000

População de 15 anos ou mais			
Ano	Total⁽¹⁾	Analfabeta⁽¹⁾	Taxa de analfabetismo
1900	9.728	6.348	65,3
1920	17.564	11.409	65,0
1940	23.648	13.269	56,1
1950	30.188	15.272	50,6
1960	40.233	15.964	39,7
1970	53.633	18.100	33,7
1980	74.600	19.356	25,9
1991	94.891	18.682	19,7
2000	119.533	16.295	13,6

Fonte: IBGE, Censo Demográfico.

Disponível em <<http://www.oei.es/quipu/brasil/estadisticas/analfabetismo2003.pdf>. Acesso em: out, 2015. Nota:(1) Em milhares

A Tabela 3, de acordo com dados do IBGE, traz que em 1960 cerca de 39,7% da população brasileira, com 15 anos ou mais, era analfabeta. Tinha-se um universo de 40.233.000 (quarenta milhões, duzentos e trinta e três mil) pessoas no Brasil, com 15 anos ou mais, desse total 15.964.000 (quinze milhões, novecentos e sessenta e quatro mil) eram analfabetas, o que corresponde a mais de um terço da população dessa faixa etária, sem saber ler ou escrever, índice que determinou a implantação do projeto de Movimento Brasileiro de Alfabetização.

Também no contexto do regime militar, foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 5692/71. No documento aprovado foi citada a educação do campo, mas sem garantias das condições necessárias para sua execução, documento que vigiu até o ano de 1996, quando foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96.

2.2.1.7 Constituição de 1988

A Constituição de 1988 novamente reafirma o direito à propriedade privada e à sua função social, agora arrolados, de modo significativo, entre os direitos fundamentais.

Artigo 5º "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...)
XXII - é garantido o direito de propriedade;
XXIII - a propriedade atenderá a sua função social;"

Diz a Constituição de 1988 que a propriedade atenderá sua função social. A partir daí grandes debates foram travados para determinar-se qual a função social da terra e a quem cabe julgar se a propriedade cumpre tal função social. Independentemente de tais debates, os interesses dos camponeses são sobrepujados pelos interesses dos grandes proprietários ao serem criados mecanismos infraconstitucionais que dificultaram o acesso à terra pelos excluídos. Souza Filho (2003) defende a tese de que a garantia da propriedade privada esteja subordinada à atuação da função social. Portanto a terra deve cumprir sua função social e a obrigação de fazê-la cumprir é do proprietário da terra, caso contrário, perde seus direitos, e, em consequência a proteção jurídica de seu título de

propriedade, ou seja, não há direito de propriedade para quem não faz a terra cumprir sua função social. (SOUZA FILHO, 2003)

No mesmo sentido Scottini (2012) afirma que:

Na realidade quem cumpre uma função social não é a propriedade, mas a terra e a ação humana ao intervir na terra, independentemente do título de propriedade que o Direito ou o Estado lhe outorgue.[...] Por isso a função social é relativa ao bem e ao seu uso, e não ao direito. Neste sentido, a Constituição nos leva a certeza de que é protegida pela Constituição a propriedade que faz a terra cumprir sua função social, porque a ocupação que não a cumpre, por mais rentável que seja, incorre em ilegalidade. (SCOTTINI, 2012)

Assim a luta pela terra, portanto, se opõe ao direito burguês de propriedade constituído em lei como direito inalienável e põe em dúvida a certeza da inviolabilidade do direito à propriedade da terra para o homem na sociedade capitalista.

Verifica-se portanto, que a propriedade da terra perpassa por todas as Constituições do Brasil, como direito inviolável, sistema que provocou e ainda provoca uma elevada taxa de concentração fundiária. Veja-se o quadro de evolução da Estrutura Agrária no Brasil.

Tabela 4 - Evolução da Estrutura Agrária no Brasil

PROPRIEDADES	1966	1972	1978	1992
Até 100ha	22,4%	16,4%	13,5%	17,9%
Mais de 1000ha	45,1%	48,3%	55,5%	50,0%

Fonte: INCRA

No Brasil, em 1966, 45,1% dos imóveis cadastrados possuíam mais de 1000 hectares. Já no cadastro de 1978, 55,5% das propriedades possuíam tais dimensões. E, no cadastramento de 1992, verifica-se um total de 50 % de propriedades rurais com mais de 1000 hectares, o que denota a grande taxa de concentração fundiária no Brasil.

Ocorre que muitas dessas grandes propriedades não têm nenhum vínculo com a produção agrária, servindo apenas como patrimônio reserva. E mais, as grandes extensões de terras, além de servirem como patrimônio reserva, servem

também como fonte de prestígio e poder, pois em muitas regiões do Brasil, o controle das terras corresponde a dominação das classes.

Esses dados são básicos para se compreender o porquê da explosão da luta pela terra³⁰, que teve como marco as ocupações das Fazendas Macali e Brilhante, no município de Ronda Alta, no Rio Grande do Sul, com a consequente criação do MST no ano de 1984.

No que se refere à educação a Constituição Federal de 1988 proclama a educação como um direito de todos e dever do Estado, independentemente de residirem em áreas urbanas ou rurais. Foi esse dispositivo constitucional que possibilitou a construção de referenciais da Educação do Campo.

Assim, com relação à educação as Constituições brasileiras sempre abordaram superficialmente a educação escolar do campo, que esteve à margem das grandes preocupações nacionais, o que se refletia nas conjunturas específicas de cada época e os interesses dos grupos hegemônicos da sociedade.

Após essas reflexões relativamente ao direito da educação, especificamente a educação rural, nas cartas Constitucionais brasileiras, pode-se afirmar que para a educação do campo a falta de legislação específica e efetiva gerou omissão que intensificou as desigualdades sociais existentes no país. As modificações no que tange à educação do campo no dispositivo constitucional de 1988 decorrem das pressões impostas pelos movimentos socioterritoriais do campo no cenário nacional e que vieram atreladas à luta pela terra.

³⁰ Interessante para melhor se entender a história das ocupações de terras no Rio Grande do Sul ler o artigo Ocupações de terra, acampamentos e demandas ao Estado: uma análise em perspectiva comparada de Lygia Sigaud; Marcelo Rosa; Marcelo Hernandez Macedo.

3 MOVIMENTO SOCIOTERRITORIAL E EDUCAÇÃO DO CAMPO

“(...) todo amanhã se cria num ontem, através de um hoje (...). Temos de saber o que fomos, para saber o que seremos?”
— Paulo Freire

3.1 MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS E A EDUCAÇÃO

A luta pela terra e pela reforma agrária não é recente, e, ao longo dos anos os movimentos socioterritoriais passaram a fazer parte dessa luta. Para estudá-los torna-se necessário entender o que são movimentos socioterritoriais. O conceito de movimento socioterritorial é novo pois somente na década de 90, Bernardo Mançano Fernandes publica as primeiras reflexões sobre o assunto, desta vez sob o olhar geográfico. Antes os movimentos sociais eram estudados pela sociologia e com a renovação da geografia, com referências advindas daquela, passaram a ser estudados por esta, recebendo a denominação de movimentos socioterritoriais. Assim, os movimentos socioterritoriais são aqueles que têm o território como trunfo, sendo essencial para sua existência, ou seja, “dizem respeito ao conjunto de mobilizações populares que, além da conquista do território, têm sua existência condicionada à manutenção de sua territorialidade”. (PEDON, 2009)

Para Fernandes (2004) é no espaço geográfico que são criados os territórios e dentro dos mesmos são constituídas diferentes territorialidades, bem como identidades. Mais uma vez torna-se necessário conceituar território, o que se faz com a definição de Fernandes (2004):

Território, por sua vez, e para fins de posicionamento acadêmico, significa espaço social em suas diversas dimensões: culturais, políticas, econômicas, históricas, ou seja, as relações sociais em sua complexidade, espacialidade e temporalidade. Inclusive no plano das ideias, da construção de conhecimentos e suas diferentes leituras das realidades, do sentido e do significado, das divergências e convergências, do diálogo e do conflito. Esse é seu sentido relacional, subjetivo, abstrato, representável e indeterminado. (FERNANDES, 2004, p. 263)

As pressões no campo, através das ocupações, das manifestações, das marchas, das concentrações, forçam o Estado, para que esse, dentro de suas atribuições, promova políticas públicas satisfativas aos interesses daquela coletividade. Assim os movimentos socioterritoriais, constroem espaços e territórios, que por sua vez criam suas territorialidades frente ao capital.

Diante disso se faz necessário discorrer sobre o capital e de como este se realiza desenvolvendo sua própria relação social. Fernandes descreve que:

A relação capitalista se realiza em si mesma e pela reprodução de suas contradições. Esta é a marca de seu poder, cuja capacidade extraordinária de superação tem como fundamento o controle político das relações econômicas. O controle político é explicitado pelas regras que regem o mercado, construídos a partir da lógica do capital. Desse modo, mercado torna-se território do capital. Essas regras são determinadas por lei, a partir dos princípios que representam os interesses de uma classe, e são votadas no Congresso Nacional pela maior parte dos parlamentares eleitos democraticamente. Assim, os capitalistas, também denominados ruralistas, procuram sempre que possível deslocar as políticas relativas à questão agrária para o mercado. (FERNANDES, 2004, p.228)

Gohn (2012) vem complementar o raciocínio ao afirmar que:

O desenvolvimento explorador e espoliativo do capitalismo, a massificação das relações sociais, o descompasso entre o alto desenvolvimento tecnológico e a miséria social, o desrespeito à dignidade humana, entre outros, são elementos de um cenário que cria um novo ator histórico enquanto agente de mobilização e pressão por mudanças sociais.(Gohn, 2012)

Esse novo ator histórico que Gohn (2012) se refere pode ser exemplificado quando em 1981, surge no Estado do Rio Grande do Sul, na Encruzilhada Natalino, no município de Ronda Alta, acampamento de excluídos que se "tornou símbolo da luta de resistência à ditadura militar, agregando em torno de si a sociedade civil que exigia um regime democrático. Eram posseiros, arrendatários, assalariados, meeiros, atingidos por barragens e que desejavam um pedaço de terra para viver.

Porém, desejar um pedaço de terra para viver implicava romper com o modelo agrário existente até então, no tocante à terra e à propriedade, modelo agrário que tem origem nas doações de sesmarias que determinou a exclusão e marginalização social dos homens do campo em detrimento dos interesses de classes dominantes.

Da ocupação das Fazendas Macali e Brilhante, passando pelo acampamento de Encruzilhada Natalino, nasce no ano de 1984, em Cascavel, estado do Paraná, o MST, que de acordo com seus fundadores é um movimento social plural, que nasceu das lutas sociais do campo pela reforma agrária, em plena ditadura militar, com 3 (três) objetivos principais: lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país. Nasce o novo ator histórico de Gohn.

Uma das características principais do MST é de primar pela igualdade de direitos que são concedidos a todos os componentes de uma família. Assim, em uma sociedade excludente, homens, mulheres, velhos e jovens tem o mesmo direito de voto.

Portanto, a família é de suma importância para o MST desde antes de sua criação. Uma aluna da escola em estudo, em produção textual relata que:

Fazemos parte de uma organização que luta para transformar a sociedade e a situação de injustiça e desigualdade que vivemos (...) onde casais com filhos fazem parte da luta pela terra.

No Acampamento símbolo da resistência à ditadura militar, no município de Ronda Alta, na localidade de Encruzilhada Natalino, acamparam mais de 500 (quinhentas) famílias de agricultores - conforme consta no primeiro boletim Sem Terra (Figura 3) - que viviam no norte do Rio Grande do Sul, todos identificados pela mesma causa: a falta de terra e em busca de um pedaço de chão para tirar seu sustento. A luta era e continua sendo de todos.

Caldart (2012, p. 501) sustenta que uma das características da forma de luta deste movimento camponês é a de ser feita por famílias inteiras, o que acaba gerando outras demandas que não apenas a conquista da terra propriamente dita. (...) O MST movido pelas circunstâncias históricas que o produziram, foi tomando decisões políticas que aos poucos compuseram sua forma de luta e organização coletiva. Uma dessas decisões foi a de organizar e articular o trabalho de educação, pois a preocupação educacional de crianças e jovens que participam do movimento sempre foi uma constante.

Foi assim que surgiu nos acampamentos e assentamentos do MST a Escola Itinerante³¹. Seu nome demonstra sua dinamicidade, uma vez que sempre em movimento. A primeira professora de Escolas Itinerantes do país foi Maria Salete Campigotto, que no Acampamento Encruzilhada Natalino, desde o seu primeiro momento, já coordenava as crianças acampadas. Nesse momento, não se pensava, ainda, em escola para as crianças do acampamento. Porém, havia uma preocupação constante em discutir com elas os perigos que enfrentavam por estarem acampados à beira de uma estrada e a necessidade da luta pela terra, da qual estavam participando, obrigatoriamente, juntamente com seus familiares. Os resultados dessas discussões foram imediatos, pois as crianças passaram a

³¹ Denominação dada às escolas em acampamentos e assentamentos do MST e assim denominadas porque acompanham a luta por reforma agrária

engrossar a luta, fazendo coro pela conquista da cidadania e da reforma agrária que seus pais tanto desejavam.

Essa escola teria que ser uma escola "diferente". E foi lá no acampamento da Encruzilhada Natalino que iniciaram-se experiências de uma escola que valorizasse a luta das famílias. Assim, tiveram início as primeiras articulações entre os acampados para a construção, no próprio acampamento, de uma escola pública de 1ª a 4ª séries, para atender as "180 (cento e oitenta) crianças em idade escolar, sendo 112 (cento e doze) delas para ingresso na 1ª série, ou seja, prontas para serem alfabetizadas". (MST, história)

O funcionamento das Escolas Itinerantes foi aprovado pelo Parecer 1313 do Conselho Estadual de Educação, no ano de 1996. Elas tiveram funcionamento autorizado até o ano de 2009, no Rio Grande do Sul, quando Governo Estadual de Yeda Crussius e Ministério Público assinaram Termo de Ajustamento de Conduta, onde foi decidido pelo fechamento das Escolas Itinerantes.

Para Salete Campigotto³², o grande desafio para se construir uma "escola diferente" estava nas mãos da comunidade, pois só ela seria capaz de exigir a mudança de como se ensinar e o que deveria ser ensinado. Todavia, o desejo de se criar uma escola diferente não ficou restrito apenas às primeiras experiências e se estendeu a todo o MST, gerando a luta pela Educação do Campo. A formação do setor de educação do MST é resultado de organicidade de professores e pais, que passaram a assumir a questão educacional como prioridade para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Uma vez desautorizado o funcionamento das Escolas Itinerantes crianças e jovens passaram a frequentar as escolas da rede pública do Estado e Municípios. Mas que escola? Como chegar até elas? Essas escolas atendiam aos interesses dessas famílias?

É sabido que a escola como está estruturada no Brasil é reflexo dos interesses e aspirações das classes dominantes, ou seja, da classe burguesa e a escola de classe burguesa não interessa ao MST, pois não atende às necessidades de formação dos seus membros. Na sociedade de classes, a educação existente é a educação das classes dominantes, ainda que a ideologia pedagógica oficial apresente-se travestida na forma de conhecimentos, valores e habilidades

³² Conversa que pesquisadora teve com a professora por ocasião visita em 20 de novembro de 2014, dia de campo.

universais, aparentando uma pretensa neutralidade escolar. As escolas dos espaços rurais sempre tiveram seus currículos e calendários adaptados ao ensino ministrado na zona urbana. A idealização da cidade fez com que a educação do campo fosse apenas uma adaptação da escola urbana às condições dos estudantes camponeses, pois é uma escola que não educa diretamente para o trabalho na produção, mas para que o estudante converta-se numa força de trabalho habilitada.

O Parecer 36/2001 do Conselho Nacional de Educação afirma que o Rio Grande do Sul foi a primeira unidade da Federação que colocou a educação do campo num contexto de políticas públicas, na tentativa de superar as políticas compensatórias até então havidas. Isso deve-se à luta dos educadores e educadoras da reforma agrária, a luta do setor de educação do MST e das próprias famílias assentadas/ acampadas no Rio Grande do Sul.

Estabelece a Constituição Estadual do Rio Grande do Sul, no inciso IV, do artigo 217, que o Estado elaborará política para o ensino fundamental e médio de orientação e formação profissional, visando a auxiliar, através do ensino agrícola, na implantação da reforma agrária. Porém, deve-se salientar que não basta apenas a previsão legal, deve haver, efetivamente, a implantação de políticas públicas para que tal dispositivo saia do papel e passe a fazer parte efetiva da vida das crianças e jovens acampados/assentados.

A escola desejada pelo MST é a escola do trabalho, pois segundo Stédile; Fernandes (2005), distribuir conhecimento é tão importante quanto distribuir a terra. Não basta receber a terra, é preciso viver bem no campo. Só assim fica garantida a permanência dos sujeitos no campo, como território de vida e de trabalho. Se a terra representa a possibilidade de trabalhar e viver dignamente, a educação e o conhecimento possibilitam a continuidade da luta pelos camponeses.

Após 30 (trinta) anos de existência do MST, no VI Congresso do MST, realizado em 2014, foram reafirmados, dentre outros, os seguintes compromissos/objetivos:

- todas as pessoas que vivem no campo têm o direito à educação pública, gratuita, de qualidade e em todos os níveis, no local em que residem
- o campo deve ser um lugar bom de viver, onde as pessoas tenham seus direitos respeitados e condições dignas de vida.

Portanto, conhecimento e vida digna estão inteiramente ligados. A dignidade de vida obtém-se não só através do trabalho, mas também através do conhecimento e por isso a educação tornou-se prioridade do MST. Uma das principais características das escolas do MST ou das que estão sob a sua territorialidade é o vínculo direto entre o ensino e o trabalho, tendo o educando o direito de receber também os conhecimentos produzidos pela humanidade.

O propósito das escolas de assentamentos ou acampamentos do MST não é habilitar os estudantes para compor o mercado, embora os formados devam estar preparados para isso e possam fazê-lo. O trabalhador estudante, ao terminar seu período de estudo, traz o conhecimento necessário para o desenvolvimento de sua comunidade. O trabalhador estudante diferencia-se dos demais pois "sabe e sente", ou seja, detém o conhecimento e compreende as necessidades dos seus pares, com a capacidade de transformação, com a capacidade de tornar-se sujeito de sua história.

Mas que escola é esta? É uma escola que ficou traçada a partir do Boletim de Educação nº 1, publicado em 1992, com o lema Ocupar, Resistir e Produzir também na Educação. O Boletim de Educação nº 1 tornou-se um marco na elaboração teórica sobre educação do campo. Já o Caderno de Educação nº 8, publicado em 1996, veio apurar as ideias contidas no Boletim de Educação nº 1, sob o argumento de que:

A organização de que fazemos parte está cada vez maior e mais complexa. A luta dos trabalhadores e trabalhadoras cresce em necessidade e força. Por isso, os desafios também aumentam e ficam mais complexos. A educação precisa assumir as tarefas que lhe cabem nesse processo de fortalecimento da nossa organicidade, de clareza do projeto político dos trabalhadores e de construção prática e cotidiana da sociedade, da justiça social e da dignidade humana, em nosso país, em nosso continente, no mundo todo. (MST- Caderno de Educação)

O Caderno de Educação nº 8, também traça os seguintes princípios filosóficos para a educação, quais sejam:

1. Educação para a transformação social
2. Educação para o trabalho e a cooperação
3. Educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana
4. Educação com/para valores humanistas e socialistas
5. Educação como um processo permanente de formação humana

Além dos princípios filosóficos, o mesmo Boletim de Educação traça os princípios pedagógicos para a educação:

1. Relação entre prática e teoria

2. Combinação metodológica entre processos de ensino e de capacitação
3. A realidade como base da produção do conhecimento
4. Conteúdos formativos socialmente úteis
5. Educação para o trabalho e pelo trabalho
6. Vínculo orgânico entre processos educativos e processos políticos
7. Vínculo orgânico entre processos educativos e processos econômicos
8. Vínculo orgânico entre educação e cultura
9. Gestão democrática
10. Auto-organização dos/das estudantes
11. Criação de coletivos pedagógicos e formação permanente dos educadores/das educadoras
12. Atitude e habilidade de pesquisa

Em consequência de suas lutas, os povos do campo conquistaram a Escola do Campo, contemplada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996 e Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, de 2001. Onze anos depois, em 2012, nova política Pública é lançada, chamada de Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO), estruturada nos seguintes eixos: I - Gestão e práticas pedagógicas, II - Formação de Professores, III - Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional e Tecnológica e IV - Infraestrutura Física e Tecnológica. (MEC-PRONACAMPO)

As políticas públicas implementadas são insuficientes para enfrentar as falhas da Educação do Campo. O MST, incansavelmente, vem exercendo pressão para que a Educação do Campo seja implementada pois a luta por uma Educação do Campo de qualidade não se restringe a transmissão de conteúdo. Segundo Gohn (2012), a educação se dá em vários planos e dimensões que se articulam sem grau de prioridade, planos que são:

- Organização política: é através do conhecimento sobre quais são seus direitos e deveres que se gera a organização do grupo.
- Cultura política: experiências vividas no passado são resgatadas no imaginário coletivo e fornecem subsídios para o presente. Com a cultura política aprende-se a, entre outros, acreditar no poder da fala e das ideias, quando expressas em lugares e ocasiões certas
- Sócio-espacial: a consciência gerada pela participação em um movimento social leva ao conhecimento e reconhecimento das condições de vida de parcela da população. (GOHN, 2012)

3.2 COMO FOI CONSTRUÍDA A LEGISLAÇÃO DA ESCOLA DO CAMPO

A conquista do marco educacional legal, ou seja, a Lei de Diretrizes e Base da Educação - LDB 9394/96, não significou que os povos do campo tivessem de imediato a oferta de educação básica, ofertada pelo Estado por intermédio de suas

políticas públicas. Muitas lutas, reivindicações e encontros de professores e educadores da reforma agrária foram realizados em todo o Brasil para que políticas públicas tornassem, o que já estava instituído em lei, uma realidade.

Em 1997 no I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária – I ENERA os educadores e educadoras do campo mostraram ao país a educação que se ofertava aos camponeses, ou *a contrário sensu*, a educação que não se ofertava. Mostraram ainda a capacidade organizativa dos assentamentos e acampamentos para transformarem-se em espaços educacionais.

Assim "nasceu a escola do campo", modalidade de escola gestada nos acampamentos do MST, nas salas de aula improvisadas, à sombra das árvores, ao longo das rodovias, em cima de caminhões. A ferro e fogo, literalmente, os camponeses que ousaram confrontar a capacidade hegemônica do capital no campo brasileiro, em luta por Reforma Agrária, ousaram também na educação. (MST-II ENERA)

Nesse Encontro foram determinadas as bases para forjar o conceito de educação do campo que temos hoje.

A ideia de Educação do Campo nasceu em julho de 1997, quando da realização do Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (ENERA) [...] No processo de construção dessa ideia, foram realizados estudos e pesquisas a respeito das diferentes realidades do campo. A partir dessas práxis, começamos a cunhar o conceito de Educação do Campo [...] em 1988. (FERNANDES, MOLINA)

O I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária - I ENERA, tinha o tema "Com Escola, Terra e Dignidade" e nele foi cunhado o que segue:

Democratizar o acesso à escola, qualificar trabalhadores rurais e possibilitar a permanência deles no campo são tarefas essenciais para o movimento. Por isso, os princípios que norteiam a prática pedagógica estão voltados para a construção de uma nova escola consolidada em valores como a democracia, a solidariedade e o trabalho. (MST - história)

Foi o I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária - I ENERA que possibilitou a realização da 1ª Conferência Nacional de Educação do Campo, a criação do Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária (PRONERA) e a criação de políticas públicas para uma Educação do Campo. Com isso a escola pública, passou a ser espaço e território em disputa a partir da educação do campo. Os povos do campo passaram a receber a atenção do gestor público e a ser sujeitos de direitos, ou seja, a educação do campo torna-se um direito dos povos do campo e um dever do Estado. Uma vez tendo os seus direitos

em relação a educação contemplados em lei, os movimentos socioterritoriais passam a lutar pela territorialização das escolas e assim escrevem a história, lutando pela terra e pela escola em seu território.

É o início da transformação, pois historicamente as políticas públicas educacionais brasileiras vêm de um processo de negação da cultura e da identidade dos povos que habitam o espaço rural. Tal negação se dá por mecanismos que tentam impedir os trabalhadores de usufruírem o direito à educação e é neste contexto que 18 (dezoito) anos após o I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária - I ENERA, se realizou em 2015, o II Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária II ENERA, que vem para "reavivar em nossa memória que as desigualdades educacionais persistem e que a política educacional hegemônica pouco os reconhece". (MST - II ENERA)

Em decorrência do II Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária - II ENERA foi lançado manifesto em que se afirma que o grande desafio dos povos camponeses é construir uma unidade em torno de uma educação pública e popular e onde assumem compromissos que, entre outros, destaca-se o de:

Seguir na construção de uma escola ligada à vida das pessoas, que tome o trabalho socialmente produtivo, a luta social, a organização coletiva, a cultura e a história como matrizes organizadoras do ambiente educativo da escola, com participação da comunidade e auto-organização dos educandos e educandas, e de educadores e educadoras. (MST-II ENERA/manifesto)

Após forjado o termo Educação do Campo e seu conceito consolidado, a luta dos movimentos socioterritoriais passou a ser pela construção de políticas públicas com a finalidade de tornar real a educação do campo. Para o MST, a luta por reforma agrária também se constituiu em luta pela escola, que será a responsável pela construção de um novo futuro para os sujeitos do campo que carregam consigo a coragem de transformar em realidade o que antes era sonho.

Coragem e sonho é o que mantém o trabalhador Sem Terra mobilizado, é o que leva famílias inteiras, marginalizadas pela sociedade capitalista e destinadas à pobreza, a lutar por uma vida melhor. Terra e escola é o sonho que se transformará em realidade para que os povos do campo consigam sair da marginalidade que lhes é imposta, da pecha de trabalhadores desqualificados e ignorantes.

Uma vez contemplada pela legislação, a educação básica para a população rural tornou-se um dever do Estado e direito das populações envolvidas, o que

fundamentou a luta dos movimentos socioterritoriais por uma escola pública no campo, em consonância com os preceitos legais - Constituição e Lei de Diretrizes e Base da Educação - e mais, uma escola pautada nos interesses do coletivo e na formação humana emancipatória.

Quando se fala de Estado se faz referência a uma forma de organização social soberana que tem o poder administrativo e de regulação sobre um determinado território, através de instituições que sejam capazes de manter sua autoridade, tornando-o um país soberano, tendo estrutura própria e sendo politicamente organizado, numa área territorial perfeitamente delimitada por fronteiras respeitadas internacionalmente. São três os poderes estabelecidos para uma perfeita governabilidade: o Poder Executivo, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário, órgãos que devem ser independentes para que seja exercido um poder efetivamente democrático.

Porém, Marx sustenta que o Estado é uma unidade de exercício dos interesses da classe social dominante e que usa as instituições que o compõe como instrumento de controle social.

Vivemos em um estado democrático de direito³³, conforme ditado pela Constituição Federal vigente, carregado de contradições entre aqueles que detém a propriedade burguesa de produção e os que detém a força de trabalho. O Estado, por meio do direito, garante, assim, que a liberdade individual (da classe burguesa) seja protegida. Em assim sendo, se por um lado, o Estado exerce o domínio por meio da legislação, que exprime a vontade da classe dominante, por outro lado o Estado permite a expressão dos interesses das classes dominadas. (LEFEVBRE, 2011)

Assim, o Estado exerce seu domínio por meio da legislação que exprime a vontade das classes dominantes, mas procura minimizar as contradições existentes entre capital e trabalho, flexibilizando essas mesmas leis, implementando políticas públicas de caráter compensatório, ajustando-as às reivindicações das classes dominadas na tentativa de transparecer como agente neutro entre as classes.

Na Constituição Federal de 1988, no seu artigo 205, o direito à educação foi assim redigido:

³³ Podemos sintetizar o Estado Democrático de Direito, apresentado no *caput* do artigo 1º da Constituição Federal do Brasil de 1988, como: Estado que deve reger-se por normas democráticas, assegurando a justiça social e fundado no princípio máximo da dignidade da pessoa humana, com eleições livres, periódicas e pelo povo, respeitando as autoridades públicas, os direitos e garantias fundamentais e o meio ambiente.

"Educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho."

A partir desse dispositivo legal os movimentos socioterritoriais, em especial o MST, passaram a lutar pela efetivação desse direito, com a institucionalização da Educação do Campo na gestão pública. Ocorre que no Brasil, a concepção que sempre predominou em relação à educação foi a de negação de educação para os povos do campo, e mais, a negação da existência de cultura e identidade daqueles que habitam o espaço rural, fortalecendo a crença de que o ser humano só se realizaria se o fosse no espaço urbano.

Romper o estereótipo do campo como um lugar de atraso, lugar de gente incapaz, de preguiçosos e sem direitos, foi e continua sendo ponto de luta dos movimentos socioterritoriais do campo, em especial o MST, ao demonstrar que estes povos são portadores de direitos e garantias constitucionais, sendo o campo como espaço de cultura.

Portanto, o campo é um espaço de cultura diferentemente do que está instalado no inconsciente popular de que o homem do campo não precisa de estudo para trabalhar na lavoura, pensamento esse difundido pela classe ruralista.

Historicamente a Educação do Campo sempre ocupou lugar de somenos importância nas políticas públicas do Estado, pois havia a concepção de que o homem do campo não necessitava de estudo para trabalhar na terra, destinando-os ao isolamento social e à marginalização, ou seja, a falta de políticas públicas para a educação do campo, reduzia-a a uma "escolinha rural, à uma professora desqualificada e a uma massa de analfabetos." (NASCIMENTO, 2006)

Nesse diapasão, da trajetória excludente e discriminatória da educação aos povos do campo passa a se constituir em dívida que precisa ser assumida pela sociedade brasileira e a contextualização do município:

Evidencia limitações, possibilidades e potencialidades, contudo, traz para reflexão o processo histórico que concebe a educação do campo como uma educação perpassada pela concepção de escola urbana, com currículo estandarizado, ou seja, como uma doação aos ditos "ignorantes" - os colonos. (ROCHA; VALENTINI, 2015)

A territorialização da educação pelo MST se fez e se faz através dos estudos, na prática da solidariedade, na auto-organização, no trabalho cooperado, nas

marchas, mobilizações e lutas dos trabalhadores do campo, ocupando espaços, tencionando o Estado para a efetivação da Educação do Campo, ou seja, pressionando o Estado, de maneira organizada, para que este apresente respostas quanto às demandas propostas.

O MST tem o campo como espaço de resistência e tem a Educação do Campo como uma ferramenta para discutir as contradições da sociedade de classes e pressionar o Estado a implementar políticas públicas que garantam o direito à educação.

A ocupação³⁴ da escola vem atrelada ao processo de organização do acampamento e ou do assentamento, e com ela, a luta pelo reconhecimento e implantação da educação como um direito inscrito na Carta Constitucional de 1988.

Da Constituição Federal de 1988 à Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 transcorreu um longo período de debates e lutas para que os sujeitos do campo conquistassem seu reconhecimento, de suas histórias e culturas.

Ao consagrar, na Lei de Diretrizes e Base da Educação - LDB 9394/96, o reconhecimento do campo, de seus sujeitos, de suas particularidades de trabalho e de sua organização cultural, as lutas pela Educação do Campo saem da esfera do sonho para se transformar em realidade, pois o instrumento legal que faltava aos movimentos socioterritoriais foi sancionado em forma de Lei em 1996, passando a fazer parte da agenda política do país.

Deve-se levar em consideração que o campo brasileiro apresenta grandes contradições e são essas contradições que fomentam os movimentos socioterritoriais, pois, por um lado o campo produz muitas riquezas e por outro, muita miséria, o que o caracteriza como parte da sociedade capitalista de produção.

É nesse campo (que produz a riqueza de alguns e a miséria de outros) que se formam os sujeitos do campo e que a partir de suas individualidades constroem novas relações, baseadas na cooperação, na solidariedade, no compromisso, o que provoca o surgimento de um novo sujeito, o sujeito coletivo.

Assim o campo, a partir do MST, tem o propósito de educar em outra ótica cultural e política, que não a capitalista, onde a terra, o trabalho, a moradia, a educação levam a refletir, a construir e a lutar por políticas oficiais, não compensatórias, que reconheçam os direitos desses sujeitos, dentre elas, políticas educacionais. (VERDÉRIO, 2011). Até o momento da mobilização do MST, a

³⁴ Ocupar implica o direito de estar lá, enquanto invadir significa espoliar o direito do outro.

educação para suas crianças e jovens, as políticas sociais educacionais eram realizadas pela sociedade capitalista e para a aplicação de seus fins.

Ações educacionais, aparentemente fora do mercado, mas com consequências diretas a ele, se davam no sentido de fortalecer o sistema do capital. Aos povos do campo o mínimo era ofertado no tocante à educação. Esse mínimo ofertado era o máximo possuído, o que determinava a disparidade entre o direito à educação urbana e rural.

No Brasil, para Mallmann, a década de 80, foi considerada pelos economistas e representantes da classe burguesa como a década perdida, em razão da recessão econômica que se instalou no país. Porém, no campo das lutas sociais, foi intenso o embate com o propósito de se obter reabertura política, redemocratização do Estado, reforma agrária e educação, haja vista o nascimento e a consolidação do MST.

Nesse período, no campo, as lutas por Reforma Agrária tomaram corpo e os excluídos e marginalizados, trabalhadores sem terra, sem meios para produzir os itens mínimos necessários à sobrevivência, se organizaram alicerçados nos princípios de coletividade e solidariedade, na tentativa de oportunizar uma vida mais digna a todos. Assim, as instituições democráticas, além de servirem como instrumento de dominação ideológica da burguesia sobre o proletariado, também se constituem em importantes espaços de reflexão em relação aos direitos das classes populares.

Falar sobre a Educação do Campo pode resignificar o sentido de direito universal à educação, já que os sujeitos do campo, ao debater sobre o assunto, desejam para os seus uma educação pautada nos princípios da coletividade e solidariedade e considerando o contexto político, econômico, social e cultural em que estão inseridos. Nesse sentido a Educação do Campo gira em torno de uma escola que se contrapõe à escola da classe dominante, ainda que está se apresente na forma de conhecimentos, valores e habilidades universais.

Assim o MST, ao ocupar as escolas, quer uma educação que valorize os sujeitos do campo, nas suas dimensões culturais, políticas, sociais e de produção da vida material, ou seja, vinculada aos interesses da cultura, da vida e do trabalho no campo, uma vez que os sujeitos do campo trazem para a escola uma gama de experiências de vida, cultura e trabalho que devem ser valorizadas, sem deixar de receber a produção cultural produzida pela humanidade e sistematizada na forma de conhecimento.

O marco legal que possibilitou o início do processo de institucionalização da Educação do Campo foi o artigo 205 da Constituição Federal. Já o artigo 206 da Constituição Federal dispõe que o ensino será ministrado com base nos princípios da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, dentre outros. A Lei de Diretrizes e Base da Educação - LDB no seu artigo 28 é o marco institucional³⁵ da educação do campo, que concede às escolas localizadas no meio rural o respeito às diversidades dos povos do campo.

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Parágrafo único. O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar. (Incluído pela Lei nº 12.960, de 2014)

O campo não aceita mais uma simples adaptação do ensino urbano, pois demanda o respeito à diversidade, acolhendo-se as diferenças sem transformá-las em desigualdade, possibilitando uma nova visão quanto a educação do campo, rompendo com uma trajetória instituída, desde sempre no Brasil.

Com o Parecer do Conselho Nacional de Educação - CNE 36/2001; Resolução Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Básica - CNE/CEB 01/2002; Parecer do Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Básica - CNE/CEB 01/2006; Parecer do Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Básica - CNE/CEB 03/2008 e Resolução do Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Básica - CNE/CEB 02/2008 determinaram-se os contornos de uma política pública específica para uma Educação do Campo, sendo que o Parecer do Conselho Nacional de Educação - CNE 36/2001 determina as diretrizes operacionais para a educação Básica do Campo; a Resolução do Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Básica CNE/CEB - 01/2002, institui as diretrizes Operacionais para uma educação básica nas escolas do Campo; o Parecer do Conselho Nacional de Educação /

³⁵ Norma referência de uma determinada instituição.

Câmara de Educação Básica – CNE/CEB 01/2006 tem por assunto a Pedagogia da Alternância nos Centros Familiares de Formação por Alternância; por sua vez o Parecer do Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Básica - CNE/CEB 03/2008 traz novas orientações para o atendimento da Educação do Campo, reexaminando o Parecer do Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Básica - CNE/CEB 23/2007 e por fim a Resolução do Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Básica - CNE/CEB 02/2008 estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da educação Básica do Campo.

Passados 27 (vinte e sete) anos da Constituição Federal de 1988 e 13 anos do Parecer 36/2001 finalmente é aprovado o Plano Nacional de Educação para o decênio 2014-2024 em que a Educação do Campo passa a aparecer como meta, já que no Plano Nacional de Educação - PNE decênio 2001-2010, a Educação do Campo não constara como meta nacional.

Na Lei 13.005/2014, conhecida como Lei do Plano Nacional de Educação - PNE, foram traçadas dez diretrizes (além de 20 (vinte) metas e 254 (duzentos e cinquenta e quatro) estratégias), em seu artigo 2º, quais sejam:

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV - melhoria da qualidade da educação;
- V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;
- VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- IX - valorização dos (as) profissionais da educação;
- X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

O inciso II, do parágrafo 1º do artigo 8º determina que sejam consideradas as necessidades específicas das populações do campo, asseguradas a equidade educacional e a diversidade cultural pelos entes federados, estados e municípios ao elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas.

A Lei 13.005/2014 traça também 20 (vinte) metas a serem cumpridas no decênio 2014-2024, sendo que a meta 8 (oito) traz em seu enunciado a Educação do Campo, no que se refere a escolaridade média da população brasileira, qual seja, elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

As metas 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 10, 11, 12, 14, 15 e 18 da Lei 13.005/2014, conhecida como Plano Nacional de Educação, PNE/14, trazem em suas estratégias citações sobre a Educação do Campo. Ressalta-se que a Lei 13.005/2014 traça 20 metas a serem cumpridas no decênio 2014-2024 e relativas a educação no Brasil.

O Plano Nacional de Educação - PNE é uma Lei viva, que contém ações que devem conduzir aos propósitos do artigo 214 da Constituição Federal e trata-se de lei-referência para o setor educacional, constituindo-se um marco inicial de um processo de 10 (dez) anos, com o potencial de trazer avanços para a educação brasileira, e em especial a Educação do Campo.

3.3 A EDUCAÇÃO NA CONCEPÇÃO DO MST

A educação entrou para a agenda do MST pela infância. Antes mesmo da sua fundação, em 1984, as famílias sem terra, acampadas na Encruzilhada Natalino, perceberam a educação da infância como uma questão, um desafio. A necessidade do cuidado pedagógico das crianças dos acampamentos de luta pela terra e certa intuição, já das primeiras famílias em luta, sobre ser a escola e acesso ao conhecimento um direito de todos, foram, portanto, o motor do surgimento do trabalho em educação do MST. (CALDART, 2012)

Aos poucos foram tomadas decisões que compuseram a forma de luta e a organização coletiva do MST, sendo uma delas elaborar uma proposta pedagógica específica para as escolas dos acampamentos e assentamentos. Um longo caminho foi percorrido no que se refere à educação de crianças em luta pela reforma agrária e aos poucos tomou-se consciência de que os camponeses têm direito à educação e de que deve haver políticas públicas que garantam esse direito. Oficialmente o Setor de Educação do MST nasceu em 1987, no primeiro encontro Nacional de Educação do MST, em São Mateus, Espírito Santo, com o objetivo de encaminhar a luta no sentido de ocupar a escola, de produzir os princípios pedagógicos e filosóficos da escola que o MST se propõe a construir, princípios que vigem até os dias de hoje.

A partir do I Encontro Nacional dos Educadores da Reforma Agrária, ocorrido em 1997 e dos compromissos assumidos na Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, de 1998, ganhou visibilidade a necessidade de construir uma política nacional para a Educação do Campo. Arroyo (2008) escreveu, que:

Historicamente, a educação só evolui quando cresce a consciência dos direitos políticos e sociais e é isso que está acontecendo no campo. Por isso estamos num dos momentos em que podemos pensar sim na construção de um sistema de educação para o campo. Porque há dinâmica no campo, há vida, luta, gritos de liberdade no campo; enfim, há sujeitos de direitos no campo e uma educação somente pode ser construída como espaço público e de direitos. (ARROYO, 2008)

Até então, a escola do campo foi um lugar distante da realidade e segundo Meurer (2010) a comunidade na qual a escola encontra-se inserida, no campo, com

possibilidades e saberes acumulados por agricultores e agricultoras, aparenta estar desconectada dos conhecimentos apresentados pelos educadores, destoando da comunidade, dos seus ritmos, ritos e cultura. A mesma autora constata o motivo de tal distância: O que muitos não percebem é que a escola também é um espaço de formação que interessa ao sistema capitalista, na tentativa de estabelecer controles sociais e formar consumidores, que alimentam a produção desse sistema.

Por sua vez Wiznieiwsky (2010) afirma, com relação às escolas do campo, que o desencontro entre a escola e os anseios da comunidade é o resultado de ações e políticas públicas, que, historicamente, promoveram a valorização de ambiências mais ligadas ao urbano, relegando o campo e os seus sujeitos a um plano secundário, considerados por muitos como marginal.

Foi a partir da organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que se oportunizou, por meio das lutas, novas políticas públicas para a transformação da educação dos povos do campo. Neste sentido, foram feitos intensos debates voltados à construção de um projeto de educação que efetivamente atendesse aos interesses e necessidades dos sujeitos da terra.

É o grande objetivo do MST com relação à educação: a formação de sujeitos históricos capazes de trabalhar e lutar pela modificação da sociedade e pela sua transformação emancipatória. À escola cabe a tarefa de educar e de formar um ser humano na sua integralidade, com um projeto pensado e aberto aos interesses dos sujeitos que a integram.

A concepção de escola do campo nasce e se desenvolve no bojo do movimento da Educação do Campo, a partir das experiências de formação humana desenvolvidas no contexto de luta dos movimentos sociais camponeses por terra e educação. Trata-se, portanto, de uma concepção que emerge das contradições da luta social e das práticas de educação dos trabalhadores do e no campo. (MOLINA; SÁ, 2012)

Em seu percurso, o MST construiu várias histórias, dentre elas a da concepção de educação, que de acordo com Caldart; Kolling (2012) é um método de fazer a formação das pessoas, uma concepção de escola, em diálogo com teorias sociais e pedagógicas produzidas por outras práticas de educação dos trabalhadores em diferentes lugares e tempos históricos.

Os primeiros acampamentos Sem Terra, além da luta pela terra, trouxeram também luta pela escola, já que também consistia em um mecanismo de

territorialização, daqueles que foram submetidos a um processo de marginalização social. Para Amboni (2014, p.125)

A luta pela terra e a luta pela escola caminham juntas no interior do MST. Neste sentido, para o MST, a escola traz a palavra de ordem "ocupar" como processo de fortalecimento e de unidade na formação das crianças e, ao mesmo tempo, criar bases de formação do militante. Portanto, em circunstâncias adversas à produção da vida, a conquista da escola é fruto da luta pela terra. (AMBONI, 2014)

Os acampamentos, cidades de lona, construídas com a finalidade de marcar o território para a conquista da terra, têm um processo de organização, determinada por seus ocupantes, que criam setores que consideram necessários para o bom andamento do acampamento. Assim, coletivamente, surge uma espécie de regimento interno da vida em comunidade onde basicamente existem núcleos familiares e em cada núcleo um coordenador. Existem ainda setores de saúde, educação, comunicação, produção. A direção do acampamento é formada pelos coordenadores dos núcleos familiares. Constata-se que na vida do acampado há precariedade de todas as necessidades básicas. O que faz superar estas dificuldades é a organização de vida coletiva, deixando de existir o sujeito individual e passando a existir o sujeito coletivo pois a necessidade de unir a disciplina coletiva com a iniciativa individual resolve de maneira prática, dentro do domínio limitado, mas profundamente real da ação, o velho conflito entre individual e coletivo. (LEFEBVRE, 2011, p.57) Nos acampamentos do MST, tudo é decidido de maneira coletiva e foi nesse processo de construção de seu universo social, que constatou-se a necessidade de educação formal para crianças e jovens acampados/assentados, que estavam privadas desse direito.

Primeiro buscaram escolas nas cidades próximas aos acampamentos e ou assentamentos. Grandes dificuldades foram encontradas como a distância, o transporte e a discriminação sofrida pelas crianças nas escolas da cidade, o que muitas vezes inviabilizava a educação escolar. A solução, com a ausência da escola, foi a criação de escolas dentro dos acampamentos e dentro dos princípios e diretrizes do MST. Foi assim que surgiu a escola pautada na organização da vida coletiva, pois se a escola não vem ao campo, o campo se move para trazer a escola ao campo. (AMBONI, 2014, p. 130)

Da luta pela terra à luta pela escola, das escolas improvisadas nos acampamentos e assentamentos às escolas itinerantes, do chão batido às salas de

aula, assim foi criada a escola que denota que o rompimento das cercas do latifúndio também perpassa pelo rompimento das cercas da ignorância.

Assim nasce oficialmente a Escola Itinerante, em 1996, no Rio Grande do Sul, como escola pública no território do MST, mas não uma escola encaixotada nos moldes da escola urbana, e sim uma escola com um projeto-político pedagógico vinculado às causas, aos desafios, aos sonhos, à história e à cultura do povo trabalhador do campo. (KOLLING et al, 1999)

A Escola Itinerante recebeu esse nome porque se movimenta e se realiza nos espaços marcados pelas lutas socioterritoriais. É escola nas marchas, nas ocupações, nas manifestações, nos acampamentos e assentamentos. Camini (2009) descreve que a “escola acompanhava a luta pela terra e transformava o conteúdo da luta e o conteúdo da dor em pedagogia”.

A base legal das Escolas Itinerantes está no artigo 64 da Lei de Diretrizes e Bases, que diz que os Conselhos Estaduais de Educação "poderão autorizar experiências pedagógicas, com regimes diversos dos prescritos na presente Lei". O Conselho Estadual de Educação do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Parecer 1.313/96, autorizou o funcionamento das Escolas Itinerantes nos acampamentos do MST, como experiência pedagógica e com isso regularizou o processo de escolarização das crianças e jovens assentadas/acampadas. O reconhecimento das escolas itinerantes representou um marco de territorialização do MST nas fronteiras da educação burguesa, uma vez que o caráter itinerante da escola não interrompe o processo de escolarização dos educandos, uma vez que o processo pedagógico não cessa a cada vez que o acampamento se move. É uma escola passageira, mas não de passagem e após conquistada a terra passará a ser uma escola de assentamento ou uma escola do campo.

A escola Itinerante possuía, portanto, um Projeto Político Pedagógico próprio e diferenciado e era vinculada a uma escola sede, denominada escola base, que tinha o papel de acompanhar e dar suporte legal à vida escolar de alunos e professores das escolas itinerantes. Para ser aprovada pelo Conselho Estadual de Educação a experiência pedagógica chamada Escola Itinerante, foi designada como escola base a Escola Estadual de 1º grau Nova Sociedade, do Assentamento Itapuí, do Município de Nova Santa Rita, do Estado do Rio Grande do Sul.

Para o MST ter uma escola sua, tendo o Estado como parceiro não significava a submissão ao Estado, mas sim significava ter conquistado uma escola,

com objetivos e práticas escolares específicas, construída com os seus pares e não simplesmente uma escola para cumprir com uma obrigação formal do Estado. Visavam uma escola que possuísse uma formação ideológica diferente da socialmente aceita, que aceitasse as crianças sem discriminação pelo fato de ser filho de Sem Terra e que entendesse o fato de que muitas vezes os alunos não tinham água para tomar banho ou de que suas roupas eram desgastadas pelo uso contínuo, sem preconceitos ou estigmas. Uma escola que lutasse por uma sociedade mais justa e menos excludente.

Na produção textual feita por alunos assentados tendo como título "Minha vida social no movimento do MST uma aluna escreve:

"é muito importante para o MST, que as famílias tenham escolas próximas ao assentamento, de maneira que as crianças não precisem ir para a cidade, desta forma, fixando as famílias no assentamento"

O relato dessa aluna demonstra a importância da escola na luta pela terra. Seu relato é evidência empírica que sustenta a interpretação dada pelo MST de que a luta pela terra é uma luta de todos.

Contudo no ano de 2009, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, juntamente com o Ministério Público Estadual, fechou totalmente as Escolas Itinerantes e as crianças passaram a estudar nas escolas das redes públicas estaduais ou municipais. Isso gerou uma série de consequências:

- a grande maioria das escolas que recebeu os alunos advindos das escolas itinerantes não possuíam infra-estrutura para receber o número de alunos,
- as escolas eram longe dos acampamentos/assentamentos, fazendo com que crianças tivessem que caminhar vários quilômetros diários para chegar à escola, sob sol escaldante ou frio avassalador,
- quando e se tivessem transporte escolar, a conservação das estradas e do próprio meio de transporte utilizada para o transporte de alunos, era precária, o que fazia com que muitas vezes o transporte escolar não conseguisse chegar à escola,
- os professores e gestores das escolas não possuíam formação para receber os alunos vindos das Escolas Itinerantes;
- o projeto de Educação do Campo não era conhecido pelos professores da escola estudada e

- por fim, mas sem exaurir todas as consequências que o fechamento das Escolas Itinerantes acarretou, os alunos acampados/assentados eram muitas vezes marginalizados pela nova comunidade escolar.

Em São Gabriel essa concepção de educação, essa escola denominada Escola do Campo, somente passou a ser pensada com a criação de assentamentos rurais do MST. Embora os dados do censo populacional de 2010 informem que a população brasileira seja predominantemente urbana, o município de São Gabriel/RS possui características rurais e com a criação de 8 assentamentos rurais do MST a população rural só tende a crescer. Um exemplo disso é a estimativa de crescimento da população de São Gabriel, pelo IBGE, para 2015 de 62.785 (sessenta e dois mil, seiscentos e noventa e dois) habitantes, contra os 60.425 (sessenta mil, quatrocentos e vinte e cinco) recenseados em 2010, com um crescimento populacional de 2.267 (dois mil, duzentos e sessenta e sete) pessoas. A vinda de aproximadamente 600 (seiscentas) famílias de assentados é o grande fator para esse crescimento populacional. Deve-se salientar que os assentamentos em São Gabriel, têm uma capacidade total para 635 (seiscentas e trinta e cinco) famílias. (INCRA)

É de se lembrar que juntamente com as famílias assentadas surgiu a necessidade de educação de suas crianças, agora em uma escola, vinculada à concepção de educação e de conhecimento desejada pelos camponeses, o que implica transformar a escola atual, projetada com finalidades históricas bem diferentes. Porém, uma escola não se transforma sozinha, a sociedade que a instituiu precisa mudar, entender a nova forma de educar, redesenhar seus projetos. Em síntese, entender os desejos e anseios da comunidade que atende.

A exclusão frente a pobreza material é o menor dos males sofridos pelas crianças acampadas/assentadas que sofrem também o ódio da classe do latifúndio, que não aceita a desconcentração da propriedade (AMBONI, 2014, p. 169) e o panfleto distribuído quando da chegada do MST em São Gabriel, e transcrito na figura 10 é o exemplo mais claro do ódio de classes.

Dezoito anos depois do I ENERA a comunidade escolar da reforma agrária se mobilizou para a realização do II ENERA. Como preparação para o II ENERA foram realizadas etapas regionais e estaduais, círculo de estudos e debates. A Escola de Ensino Fundamental Ataliba Rodrigues das Chagas, sediou a etapa regional com a participação de pais, professores, alunos, lideranças do MST e interessados,

aprovando o Manifesto das Educadoras e dos Educadores da Reforma Agrária, versão preliminar, que foi encaminhada para a Etapa Estadual e, posteriormente, com as devidas alterações, para o Encontro Nacional.

Assim, "*pari passu* a educação do campo vai ganhando forma e solidez" (AMBONI, 2014, p. 119), vindicando e reivindicando aquilo que é do homem do campo, por direito, qual seja, políticas públicas suficientes para dar conta da demanda, que envolve a Educação do Campo, que está norteada por princípios filosóficos específicos: Educação para a transformação social; Educação para o trabalho e a cooperação; Educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana; Educação com/para valores humanistas e socialistas e Educação como um processo permanente de formação humana.

Nesse contexto a escola para o MST é o polo que traz a formação do novo homem para a construção da nova sociedade. Stédile, em resposta à pergunta feita pela autora, na palestra feita no 11º Acampamento Estadual da Juventude, realizado em São Gabriel, afirmou que há uma importância estratégica da educação na luta pela reforma agrária, na viabilização dos assentamentos, na construção de novas formas de convivência para poderem participar democraticamente na vida política do país e na construção de uma nova sociedade. Assim a escola territorializada pelo MST está sempre presente nas lutas, no processo de formação do homem novo.

Portanto, da escola diferente, pensada na Encruzilhada Natalino, surgiu a Educação do Campo, com o suporte legal da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases, Lei 9394/96. Uma escola pensada para os jovens acampados e posteriormente assentados e que se torna referência de uma escola mais humana, comprometida com os sujeitos da terra, com uma prática pedagógica voltada para a realidade social e cultural e que deve formar a pessoa em sua totalidade.

Após exposto, é de se indagar: Essa escola sonhada e idealizada no longínquo ano de 1981 na Encruzilhada Natalino pelos camponeses, se tornou realidade na Escola Estadual de Ensino Fundamental Ataliba Rodrigues das Chagas?

3.4 DESCRIÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL E ABORDAGEM HISTÓRICA

Segundo IBGE, (2010) São Gabriel é considerado o 5º maior município do Rio Grande do Sul e o 307º município brasileiro em área territorial, com um território atual de 5.019.646 km².

Pertenceram a São Gabriel os hoje municípios de Cacequi e Santa Margarida do Sul, que foram desmembrados em 1944 e 1994, respectivamente. Portanto, antes desses desmembramentos o município de São Gabriel possuía 2.369.949 km² e 956.148 km², a mais, referente às áreas territoriais dos municípios desmembrados (IBGE-cidades).

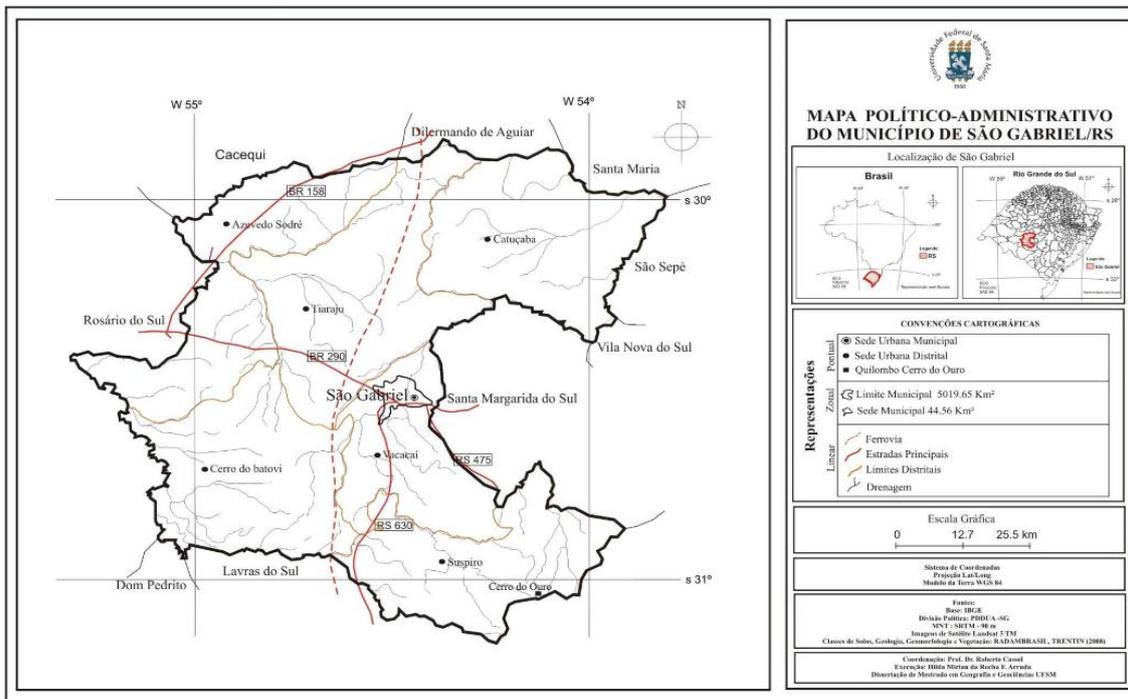
São Gabriel está situado na mesorregião geográfica sudoeste do Estado do Rio Grande do Sul – Brasil, na região denominada Campanha Gaúcha (figura 14).

Figura 14 - Mapa de localização do Município de São Gabriel



Está dividido em 7 (sete) distritos (figura 15), quais sejam Catuçaba, Tiarajú, Azevedo Sodré, Vacacaí, Cerro do Ouro, Batovi e Suspiro. A sede do município localiza-se no distrito do Vacacaí.

Figura 15 - Mapa Político administrativo do município de São Gabriel.



Fonte: ARRUDA, H. M da R. (2012)

Inicialmente as regiões eram concebidas em razão de suas características naturais ou do espaço físico. Assim, a campanha está associada à área de domínio de campos limpos, de paisagem relativamente uniforme e herança cultural luso-espanhola, com a prática de vida ligada às lides do campo. (COSTA,1988). Aliado a isso há o caráter político militar fronteiriço, onde muitas cidades foram criadas com o intuito de defender o território. É o caso de São Gabriel por onde os Tratados de Madrid e Santo Ildefonso fizeram limites. Um último fator a ser analisado é a questão da distribuição de terras. Desde a sua origem, São Gabriel destaca-se por ser um dos municípios com a maior concentração de terras em mãos de poucos proprietários.

Segundo SANTOS (2012), no município de São Gabriel, em 2010, os imóveis rurais acima de 500 hectares, grandes propriedades, correspondiam a apenas 6,4% de propriedades do total de imóveis rurais do município e ocupavam 55,3% da área

total. Por sua vez, os imóveis de até 100 hectares, pequenas propriedades, representavam 74,1 % de propriedades do total de imóveis rurais e ocupavam apenas 14,1% da área total. Essas pequenas propriedades indicam, por um lado, a presença camponesa no espaço rural e por outro, a condição de subalternidade vivenciada por esses sujeitos em função do espaço exíguo que possuem para se reproduzir socialmente.

Assim os fatores de características regionais, de caráter político-militar e de concentração de terras, contribuíram para que São Gabriel fosse um dos últimos redutos a receber assentados do MST e por esses motivos passou a ser conhecida como Coração do Latifúndio.

Ao se estudar São Gabriel, dentro do contexto de lutas territoriais, percebe-se que fica reduzido nos seus primeiros anos de existência a um verdadeiro acampamento militar, em razão de sua posição estratégica, estabelecendo um *modus vivendi* peculiar e que se estende até os dias atuais. Terras foram concedidas a estancieiros que também passaram a ocupar cargos militares e a apropriação econômica da terra passou a ser acompanhada de apropriação militar. Os cargos ocupados por esses estancieiros eram, muitas vezes, usados em proveito da consolidação e ampliação de suas riquezas e o comportamento da população gabrielense, em relação à terra, tornou-se peculiar, pois a situação opressiva do latifúndio passou a ser considerada normal.

Os espanhóis foram os primeiros homens brancos a explorarem tais terras, seguidos pelos portugueses. Marcos naturais eram disputados palmo a palmo, acidentes naturais, como o divisor de águas existente em São Gabriel, tornaram-se referência para delimitar terras portuguesas e/ou espanholas.

Em território de conquista espanhola, com constantes atritos, avanços, recuos entre portugueses, espanhóis e índios nativos, forma-se o corpo social no extremo sul do Brasil. Assim, São Gabriel, já no século XVI, era território disputado em um quadro de intolerância e violência de todas as partes.

No princípio, os espanhóis, a fim de colonizar os territórios conquistados, fundaram em 1620, reduções jesuíticas no Paraná e no Rio Grande do Sul. Essas aldeias foram destruídas por bandeirantes paulistas. Em 1680, retomando a colonização dos territórios conquistados, os espanhóis jesuítas, fundaram os Sete Povos das Missões, no noroeste do Rio Grande do Sul.

São Gabriel, era de fundamental importância aos jesuítas. Era uma de suas principais vacarias³⁶, a Vacaria de San Miguel e na época em que os jesuítas espanhóis dominavam grande parte do Rio Grande do Sul, os índios aldeados em San Miguel das Missões, possuíam uma estância nas margens do Rio Vacacaí. (IBGE-histórico-São Gabriel)

Foi o Cerro do Batovi a origem dos dois primeiros povoados de São Gabriel. No ano de 1687 foi erguida uma capela, no posto avançado espanhol e da estância missioneira de San Miguel, na então Estância do Batovi.

Figura 16 - Mosaico de fotografias: (a) - Cerro do Batovi (b) - Estância do Batovi datada de 1687.



Fonte: Arquivo pessoal Karyn Horst

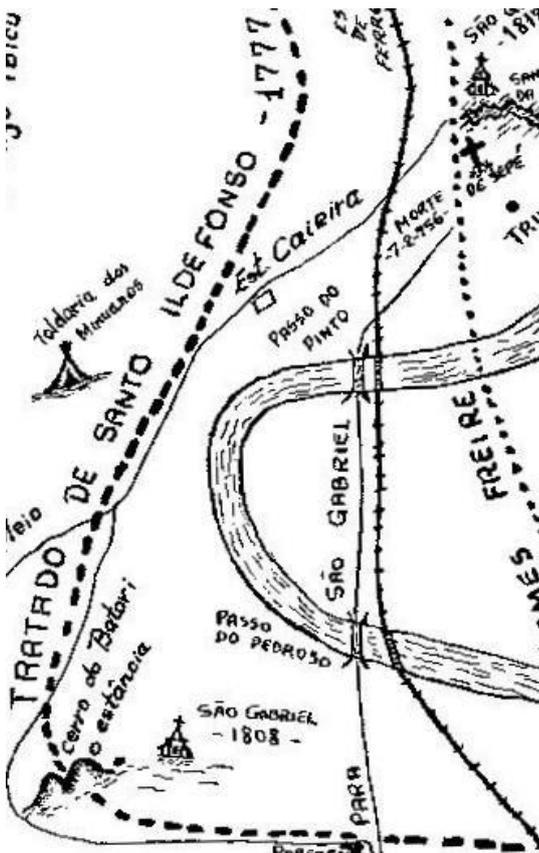
Com o tratado de Madrid de 1750, o divisor de águas existente em São Gabriel, tornou-se fronteira entre Portugal e Espanha. Consta que em 1788, entre os

³⁶ Local de criação de gado para os Jesuítas.

rios Vacacaí, Cambai, Cambaizinho e Divisa, foram concedidas as primeiras sesmarias pela Coroa Portuguesa, em território da hoje São Gabriel, no intuito de garantir a posse do território, numa região submetida a constantes lutas fronteiriça. Foi nesse período que surgiram as grandes propriedades em São Gabriel, ou seja através da concessão de sesmarias pela coroa portuguesa, a posseiros, proprietários de gado ou em "pagamento" a feitos militares.

Posteriormente, com o Tratado de Santo Ildefonso, de 1777 e na demarcação feita em 1784, por José de Saldanha, foram colocados os 3º e 4º marcos castelhanos em terras gabrielenses e os correspondentes marcos portugueses foram fixados em São Gabriel (IBGE-histórico e SALDANHA, 1786-1937), passando o Cerro do Batovi a ser marco de divisão territorial entre Portugal e Espanha.

Figura 17 - Croqui descritivo do Tratado de Santo Ildefonso, Cerro do Batovi e Estância do Batovi.



Fonte :FIGUEIREDO, O. 1984 e SANTOS, A. L. M. (2011)

Em 1800, Félix de Azara funda a primeira povoação, oriunda de um posto de guarda espanhola de fronteira, em nome da coroa espanhola, aos pés do Cerro do

Batovi. O nome da povoação é uma homenagem ao Vice-Rei do Rio da Prata, Don Gabriel. (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL, 2015)

Arruda (2011) noticia que essa povoação foi arrasada e destruída em 1801, por tropas portuguesas, tendo a população remanescente se reagrupado a 6 km da povoação original. Ambas povoações eram situadas em território disputado pelas duas coroas com constantes atritos, avanços, recuos entre portugueses, espanhóis e índios nativos. Nesse contexto, São Gabriel era território disputado em um quadro de intolerância e violência de todas as partes, ora sendo dominada por um, ora por outro.

Em 1807 é criada a Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul, consolidando-se o território estudado em mãos portuguesas, com divisão administrativa em 4 (quatro) municípios: Santo Antonio da Patrulha, Rio Grande, Porto Alegre e Rio Pardo, sendo São Gabriel pertencente a esse último e já indicado no mapa de 1809.

Figura 18 - Mapa da Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul datado de 1809



São várias as versões para a fundação de São Gabriel no local em que hoje se encontra, todas elas escritas por historiadores gaúchos e ou gabrielenses, como Aristóteles Vaz de Carvalho e Silva, Osório Santana Figueiredo, Fortunato Pimentel. Uma dessas versões relata que São Gabriel teria se originado da desapropriação de terras de Antônio Alves Trilha.

Mas como trazer consistência a essa versão?

Sabe-se que era avô de Antônio Alves Trilha, o senhor Diogo Trilha, espanhol, nascido em Antiquera, um dos primeiros tropeiros de mulas do Rio Grande do Sul. (PEREIRA, 2006, p. 7-10)

Em 16 de dezembro de 1813, o Governador da Capitania do Rio Grande do Sul manda ofício ao Juiz da Sesmaria de Rio Pardo, para demarcar meia légua em quadra da sesmaria de Antônio Alves Trilha, o que foi feito em 07 de dezembro de 1814, ou seja, onde hoje está a cidade de São Gabriel. Quando da demarcação, Antônio Alves Trilha estava presente no local, sendo-lhe solicitado que apresentasse “os títulos do terreno de que se achava de posse, declarou que não havia algum em seu poder”. (SILVA, A. 1963, p 32)

A transferência de São Gabriel do Batovi para a margem esquerda do rio Vacacaí ocorreu em 1817, sob comando de João de Deus Menna Barreto, já com a área demarcada e desapropriada para a instalação do futuro povoado. (FIGUEIREDO, 1984, p. 50)

Assim, tomando-se como base os relatos desses historiadores pode-se concluir que São Gabriel originou-se como fruto de demarcação em razão de desapropriação. Aqui tem-se por desapropriação cessão ao domínio público de propriedade pertencente a um particular e por propriedade o bem cuja posse pertence a alguém. Salienta-se que os conceitos de desapropriação, propriedade e posse no século XIX eram diferentes dos significados jurídicos atuais.

Corroborando esses entendimentos, existem documentos dando conhecimento que Antônio Alves Trilha encaminhou pedido de concessão de sesmarias, no ano de 1815, nos campos de Inhatium, hoje situados entre São Gabriel e Rosário do Sul:

Diz Antonio Alves Trilha morador na Fronteira do Rio Pardo, que elle,[...] se acha estabelecido com Coxos, curraes e porção [...] de Animaes Vaccuns e Cavallares em um Campo citto na mesma fronteira, o qual se [...]pelo Norte com hum Banhado que nasce na Coxilha do Inhatium, e com uma quebrada grande que nasce da mesma Coxilha, e vão

desaguar no mencionado Arroio Inhatihum, dividindo[...] com campos do Sargento Mor Thomás; pelo Sul, e Leste fáz fundo Vacacahi e Este com huã sanga que nasce da [...]Coxilha, formando banhados que desaguão no dito Vacacahi, e outra Sanga que nasce das cabeceiras daquela, e vai desaguar em huã dita mais principal, que nasce do Capão do Inhatihum [...] não tem obtido concessão [...] por mercê, e deseja[...] o referido Campo com legítimos títulos, por tanto: Para V. Exa se digne conceder-lhe huã Sesmaria de tres legoas de comprido e huã de largura no dito Campo (ARQUIVO HISTÓRICO DO RS)

Também a seu irmão José Alves Trilha, foram concedidas quadras de sesmaria nos campos do Vacacaí, cujo título de sesmaria encontra-se arquivado no Instituto Histórico do Rio Grande do Sul.

Assim depreende-se que a família Trilha era proprietária de sesmarias ou mantinha a posse de campos onde hoje fica situada a cidade de São Gabriel. Deve-se levar em consideração que a concessão de sesmarias geralmente ocorria posteriormente à posse, porque o beneficiado já deveria, preliminarmente, estar estabelecido com criação de animais e lavouras, conforme se vê das justificativas estabelecidas por Antônio Alves Trilha, solicitante no pedido de concessão de sesmarias e transcrito acima.

Nesse contexto, aliando-se os relatos de historiadores com os documentos que se conhece e acima descritos, conclui-se que potencialmente verdadeiros os fatos narrados por historiadores com relação a desapropriação de terras para instalação do povoado de São Gabriel, em 1817.

E mais, em pesquisa feita no Registro de Imóveis de São Gabriel, analisando-se os primeiros assentos imobiliários da cidade, consta que são oriundos do imóvel pertencente à Sucessão de Antonio Alves Trilha, ou seja, os imóveis existentes onde hoje fica situada a cidade de São Gabriel pertenceram originariamente a Antônio Alves Trilha. Por último e para dar consistência à tese de que São Gabriel teria se originado por desapropriação é de se dizer que existe ainda hoje, próximo a RS 630, a Estância do Trilha, que serviu de residência a Antônio Alves Trilha e que hoje pertence ao Município de São Gabriel.

Figura 19 - Mosaico de fotografias da Estância de Antônio Alves Trilha



Fonte: arquivo pessoal de Karyn Horst

Parte das terras pertencentes a esse imóvel foram destinadas ao Programa Federal Minha Casa Minha Vida³⁷, onde está edificado o Residencial Antônio Trilha, com cerca de 300 imóveis que passaram a servir a comunidade gabrielense, no ano de 2014.

Retomando a história de São Gabriel, em 1815, esta é elevada à categoria de Capela Curada, com um sacerdote permanente. A construção mais antiga de alvenaria de São Gabriel é a Igreja Nossa Senhora do Rosário do Bonfim, conhecida

³⁷ Iniciativa do Governo Federal que oferece condições atrativas para o financiamento de moradias nas áreas urbanas para famílias de baixa renda em parceria com estados, municípios, empresas e entidades sem fins lucrativos.

legalista comandado por Luiz Alves de Lima e Silva. (FONTOURA, 2014) Onde hoje localiza-se a 13ª Companhia de Comunicação Mecanizada, uma das unidades militares que formam a Guarnição Federal em São Gabriel, era o local do quartel-general do futuro Duque de Caxias.

Devido à sua importância estratégica em 04 de abril de 1846 a povoação de São Gabriel foi elevada à categoria de vila, pela Lei Provincial nº 8, com uma Câmara de Vereadores, cujo presidente exercia o Poder Executivo. No mesmo ano São Gabriel recebeu a visita do Imperador D. Pedro II.

São Gabriel está situada na zona de fronteira³⁸ e possui 3 (três) unidades militares³⁹, quais sejam: 13ª Companhia de Comunicações, 9º Regimento de Cavalaria Blindado e 6º Batalhão de Engenharia e Combate.

Consta no Histórico do 6º Batalhão de Engenharia e Combate

A atual Organização Militar, onde hoje é sede do 6º BE Cmb, denomina-se "Quartel Velho"⁴⁰ por ser o mais antigo do Estado do Rio Grande do Sul, cuja construção remonta o ano de 1846, sem que nunca perdesse a sua forma quadrilátera original. No entanto ao longo da existência do "Quartel Velho", consagraram-se nele uma plêiade de valorosos e brilhantes Oficiais do Exército Brasileiro, com larga projeção de serviços prestados ao país. Devido a essa gama de oficiais que de uma forma ou de outra estiveram integrados ao "Quartel Velho", este foi denominado de "Caserna de Bravos". (6º BATALHÃO DE ENGENHARIA E COMBATE - histórico)

Assim verifica-se que o município está ligado historicamente às armas e que por sua vocação militar recebeu o título de "Terra dos Marechais", pois berço de militares que atingiram o posto de marechal, a mais alta patente do exército brasileiro, sendo eles Marechal João Propício Menna Barreto, Barão de São Gabriel; Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca; Marechal João Baptista Mascarenhas de Moraes e Marechal Fábio Patrício Azambuja.

De acordo com Santos (2014)

A insígnia atribuída a São Gabriel, de Terra dos Marechais é reveladora, pois explicita como a propriedade da terra tornou-se um exercício de

³⁸ Zona de fronteira no Brasil é constituída por uma linha imaginária numa uma faixa interna de terras, que se estende de 0 a 150 km, paralela a linha divisória terrestre do território nacional e é considerada como zona de segurança nacional (Lei 6.634/79).

³⁹ Uma unidade militar é uma organização que integra a estrutura operacional ou administrativa de umas forças armadas.

⁴⁰ Denominam-se organizações militares as organizações do Exército Brasileiro que possuem denominação oficial, quadro de organização, ou quadro de lotação de pessoal militar e quadro de distribuição de efetivos, próprios. (Decreto 93.188/86)

poder, compondo um amálgama entre o poder político-militar, poder econômico e poder ideológico-cultural, desde o processo de ocupação da fronteira oeste do Rio Grande do Sul, no qual a concessão de sesmarias foi o instrumento que permitiu a um pequeno grupo de sujeitos, em sua maioria militares, ser agraciados com imensas extensões de terras. (SANTOS, 2014)

Estâncias até hoje existentes em São Gabriel, quase uma centena, são originadas de doação de sesmarias. Estâncias que ao longo do tempo proporcionaram uma sensação de "proteção" a todos a ela ligados, dominantes e dominados, proprietários de terra ou seus subordinados e também à população em geral da cidade de São Gabriel, pois que dependente economicamente, culturalmente e ideologicamente destas.

São Estâncias em São Gabriel: 1. Estância do Trilha; 2. Estância da Casa Branca; 3. Estância Campestre; 3. Estância Bom Retiro; 4. Estância Santa Amália; 5. Estância Santa Marta; 6. Estância Santa Helena; 7. Estância San Izidro; 8. Estância São Marcos; 9. Estância das Paredes; 10. Estância Santa Clara do Batovi; 11. Estância do Meio; 12. Estância dos Galpões; 13. Estância da Barra; 14. Estância Jaguary; 15. Estância Santa Cecília; 16. Estância do Talhaço; 17. Estância Boa Vista; 18. Estância da Conceição; 19. Estância São Miguel; 20. Estância Boa Fé; 21. Estância Bela Vista; 22. Estância Giruá; 23. Estância São João; 24. Estância Santa Catharina; 25. Estância do Suspiro; 26. Estância do Sobrado; 27. Estância São Francisco de Paula; 28. Estância Velha; 29. Estância Jaguari; 30. Estância Santa Inácia; 31. Estância do Cerro; 32. Estância Santa Luzia; 33. Estância da Vigia; 34. Estância do Guabiju; 35. Estância São Luiz; 36. Estância Bom Retiro; 37. Estância Retiro da Palma; 38. Estância do Céu; 39. Estância do Panorama; 40. Estância Cerro do Ouro; 41. Estância Santa Clara; 42. Estância do Boqueirão; 43. Estância Santo Expedito; 44. Estância do Posto Queimado; 45. Estância Nova Era; 46. Estância do Canta Galo; 47. Estância do Pavão; 48. Estância Bela União; 49. Estância da Caieira; 50. Estância do Piraí; 51. Estância Santa Lorena; 52. Estância Mascarenhas; 53. Estância do Ispinilho; 54. Estância Vera Cruz; 55. Estância Santa Fé; 56. Estância Santa Cruz; 57. Estância Capão Alto; 58. Estância Coxilha De Nossa Senhora; 59. Estância São Luis; 60. Estância Casa Nova; 61. Estância Santa Guilhermina; 62. Estância Santa Therezinha; 63. Estância São Manoel; 64. Estância São José; 65. Estância Santa Tereza; 66. Estância do Pau Fincado; 67. Estância do Inhatium; 68. Estância do Descanso; 69. Estância Vista Alegre; 70. Estância Tejupá; 71. Estância Santa Adelaide; 72. Estância do Barro Preto; 73. Estância da Estrela; 74. Estância do

Itacolomi; 75.Estância do Bom Retiro; 76.Estância do Jacaré; 77.Estância São Filipinho; 78.Estância Posto das Diligências; 79.Estância da Acácia e 80. Estância São Felipe. (RIETH, 2010).

Nesse contexto, a terra ao ser apropriada material e simbolicamente pelas classes dominantes, transformou-se em território de exercício de poder na região. (SANTOS, 2014)

É o território que Rafestinn (1993) conceituou como espaço que revela relações marcadas pelo poder. Um poder que para Santos (2014) pode ser tanto material como simbólico em função das relações socioeconômicas, ideológicas e culturais entre a classe dominante e a subalterna, respectivamente.

Saquet (2007), por sua vez, diz que o território deve ser trabalhado como unidade processual, relacional e como mediação para estudos dos fenômenos econômicos, políticos, culturais e externos, considerando-se tanto os aspectos materiais ou imateriais.

O território de São Gabriel, para o império brasileiro (1822-1889) era considerado ponto estratégico. Tanto que, por suas atuações em defesa do território, muitos foram agraciados com imensas extensões de terras, o que deu origem a muitas das estâncias ainda existentes neste município. Além disso, por atuações em defesa do território, em especial as situadas onde hoje fica São Gabriel, várias pessoas receberam títulos de nobreza. Pode-se citar alguns: Luiz Alves de Lima e Silva - Duque de Caxias; Antônio Martins da Cruz Jobim - Barão de Cambai; Ana Maria de Souza Brasil, Baronesa de Cambai; José Maria da Gama d'Eça - Barão de Saicã; João de Deus Menna Barreto - 1º Barão de São Gabriel; João Propício Menna Barreto - 2º Barão de São Gabriel; Luiz Gonçalves das Chagas - Barão de Candiota.

O recebimento de um título de nobreza somente gerava status e distinção de nobreza, ao contrário do que acontecia em países da Europa onde um título de nobreza gerava privilégios jurídicos e estatuto próprio. Porém, o fato de ser agraciado com um título nobiliárquico no Império Brasileiro acarretava uma distinção e um status muito grande. O título de nobreza permaneceu no tempo como um aspecto de poder simbólico. Até os dias atuais muitas famílias continuam sendo distinguidas, agora pelo aspecto de poder e pela subserviência que tais distinções produziram e continuam produzindo, pois alguns desses nobres tem descendentes em São Gabriel, proprietárias de terras e com grande distinção na sociedade.

Com isso pode-se concluir que o poder, tanto material como simbolicamente, exercido pela classe dominante, marcou indelevelmente toda uma população, mais especificamente a população que vive onde hoje se situa a cidade de São Gabriel, ora estudada e que Santos (2014) tão bem descreve:

O município de São Gabriel, adentra o século XXI marcado por inúmeras contradições sobretudo no que diz respeito à presença de sistemas hierárquicos de poder, de desigualdades sócioeconômicas e conflitos sociopolíticos e culturais. Sendo que a presença do latifúndio pastoril (a estância) enquanto base de sustentação material e simbólica da região, o caráter político-militar que a condição de fronteira denota, a formação de um bloco de poder regional; são elementos fundamentais para compreender a natureza de tais contradições. (SANTOS, 2014)

Desta feita, é nesta São Gabriel que o MST se territorializou, em um espaço que Fernandes (2005), em relação aos movimentos sociais de luta pela terra, diz que:

O território é espaço de vida e morte, de liberdade e resistência. A transformação de espaço em território acontece por meio da conflitualidade, definida pelo estado permanente de conflitos no enfrentamento entre as forças políticas que procuram criar, conquistar e controlar seus territórios. Os territórios se movimentam também pela conflitualidade. (FERNANDES, 2005)

E é também nessa seara da evolução da definição do conceito de território que se insere este estudo, ou seja, saber como foram construídas as diferentes leituras territoriais, a maneira como a sociedade se apropria e sente o território da Campanha Gaúcha, mais especificamente de São Gabriel.

Como dito, ao longo dos séculos um sentido de poder sobre a terra desenvolveu-se na Campanha Riograndense. A maneira como o gabrielense sentiu sua terra foi como espaço de vida e de morte, de liberdade e resistência (FERNANDES, 2005) que chegou ao limite, no final do século XX, início do século XXI. Esse sentido de poder sobre a terra era tanto que muitas vezes levava os proprietários a não exercerem os atos inerentes à propriedade da terra. O comportamento da população gabrielense, em relação à terra, tornou-se peculiar e a situação opressiva do latifúndio passou a ser considerada normal.

São Gabriel, considerando-se a data de 04 de abril de 1846, quando foi elevada à categoria de município pela Lei Provincial nº 08, tem 170 (cento e setenta) anos e sua economia é baseada na produção agropecuária, onde predominam a produção de arroz, soja e gado de corte. A produção de soja ocupa 32.000 hectares, de arroz 30.000 hectares e de milho 3.000 hectares, aproximadamente. A pecuária

apresenta bovinocultura de leite e carne (450.000 (quatrocentos e cinquenta mil) cabeças) e a ovinocultura (130.000 (cento e trinta mil) cabeças) aproximadamente. Ainda há a prestação de serviços, comércio e indústria como base da economia. (SÃO GABRIEL, 2015)

A participação do município no PIB do Estado, tendo como ano base 2010, tem uma participação de 2,90% referente ao agronegócio. Já o setor de indústria tem uma participação de apenas 0,26% do PIB estadual. O agronegócio é o único setor a crescer, sendo que o restante da economia gabrielense está estagnada e/ou atrelada aos lucros advindos do agronegócio. (IBGE-2013)

Com uma população de 60.425 (sessenta mil, quatrocentos e vinte e cinco) habitantes, segundo o senso demográfico de 2010, 6.650 (seis mil, seiscentos e cinquenta) residiam em área rural e 53.775 (cinquenta e três mil, setecentos e setenta e cinco) residiam em área urbana. (IBGE-2010) Deve-se destacar que a partir de 2008, foram criados 7 (sete) assentamentos do MST, com a possibilidade de vinda de cerca 580 famílias para a área rural de São Gabriel. (INCRA-2016)

Contando-se com a média de 4 (quatro) pessoas por família, tem-se aproximadamente 2.540 (dois mil, quinhentos e quarenta) pessoas a mais no município estudado e residentes na área rural e muitas não foram contempladas na contagem do senso de 2010, pois estavam em fase de transferência de domicílio. Ressalta-se que no ano de 1996, já fora criado outro assentamento em São Gabriel, com área de 1474,34 ha, dividida em 55 (cinquenta e cinco) lotes e destinados a 50 (cinquenta) famílias assentadas. Veja-se que à época do senso 2010 muitas famílias ainda estavam acampadas.

Embora criados assentamentos do MST em sua maioria em 2008, a fase de instalação⁴¹ de famílias nos assentamentos, chamada fase de implantação, só ocorreu tempos após a criação do assentamento.

No setor educacional, tomando-se como base o senso educacional de 2012, São Gabriel possuía 11.280 (onze mil, duzentos e oitenta) crianças e jovens em idade escolar, sendo 8.832 (oito mil, oitocentos e trinta e dois) matriculados no ensino fundamental e 2.228 (dois mil, duzentos e vinte e oito) matriculados no

⁴¹ Existem 3 fases iniciais para se formar um assentamento. A primeira é a fase de criação, que é feita através de portaria, onde constam os dados do imóvel, a capacidade estimada de famílias e o nome do projeto de assentamento, a segunda fase é a de implantação, onde são divididos os lotes, instaladas as famílias e concedidos os primeiros créditos, a última fase é a de estruturação, onde há a construção de casas, instalação de energia elétrica, e estradas. (INCRA)

ensino médio. No município existiam 45 (quarenta e cinco) escolas, destas 36 (trinta e seis), de ensino fundamental. (IBGE-cidades)

Apesar de já ter recebido o título de Atenas Rio-grandense - tal a efervescência cultural em meados do século XIX - São Gabriel atual possui altos índices de analfabetismo, atingindo a faixa de 8,1% entre os adultos. (IBGE) Se comparada à média de analfabetismo adulto no Rio Grande do Sul, que é de 1% (IBGE), conclui-se que São Gabriel está em descompasso com a média do estado, tudo tomando-se por base o ano de 2010. Portanto São Gabriel, com uma população de 60.425 (sessenta mil, quatrocentos e vinte e cinco) habitantes tinha 4.895 (quatro mil, oitocentos e noventa e cinco) adultos analfabetos em 2010.

Foi nesse município que foram criados 8 (oito) assentamentos rurais destinados a Reforma Agrária, sendo que, 5 (cinco) estão localizados no Distrito do Batovi; 1 (um) localizado no Distrito do Vacacaí; 1 (um) no Distrito de Catuçaba e outro no Distrito do Suspiro.

Da área total de 501.964.600 ha de São Gabriel, 12.615,07 ha foram destinados à reforma agrária, a partir do ano de 2008, sendo considerados os 7 (sete) assentamentos, quais sejam, Conquista do Caiboaté, Zambeze, Madre terra, Novo Rumo, União pela Terra e Cristo Rei, com a formação de 580 lotes que atualmente assentam 549 (quinhentos e quarenta e nove) famílias.

Tabela 5 - Assentamentos de São Gabriel

ASSENTAMENTO	DATA DE CRIAÇÃO	AREA	Nº de lotes	Nº de famílias assentadas
CONQUISTA DO CAIBOATÉ	11.12.2008	4953,13ha	225	222
ZAMBEZE	21.05.2009	873,70ha	47	50
MADRE TERRA	03.08.2009	2252,79ha	100	82
NOVO RUMO	05.12.2008	122,33ha	6	5
ITAGUAÇU	11.12.2008	2037,83ha	99	97
UNIÃO PELA TERRA	05.12.2008	548,70ha	25	24
CRISTO REI	16.03.2010	1837,59ha	78	69
TOTAL		12615,07ha	580	549

Fonte: INCRA

Assim o Assentamento Conquista do Caiboaté, criado em 11 de dezembro de 2008, que tem uma área de 4.953,13 ha, é composto por 225 lotes e assenta 222 (duzentos e vinte e dois) famílias. (Figura 30)

Já o assentamento Zambeze, criado em 21 de maio de 2009, com uma área de 873,70 ha, tem 47 (quarenta e sete) lotes e abriga 50 (cinquenta) famílias. (Figura 35)

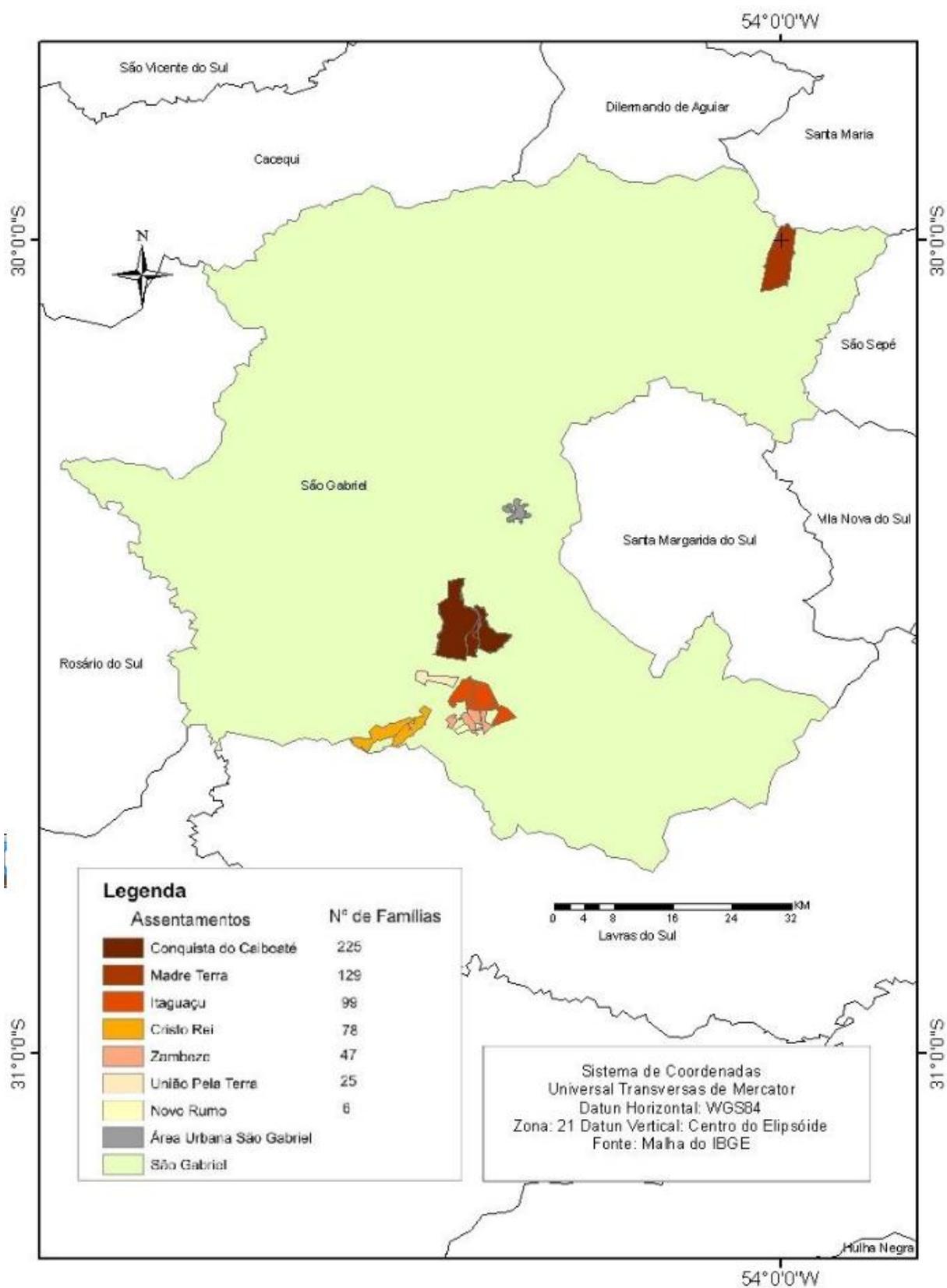
Por sua vez, o Assentamento Madre Terra, foi criado em 03 de agosto de 2009, com área de 2.252,79 ha, tem 100 (cem) lotes, com 82 (oitenta e dois) famílias assentadas. (Figura 33)

Os assentamentos Novo Rumo, Itaguaçu e União Pela Terra, foram criados no mês de dezembro de 2008, com 122,33 ha, 2037,83 ha e 548,70 ha, respectivamente, com 5 (cinco), 97 (noventa e sete) e 24 (vinte e quatro) lotes cada um, com 5 (cinco) famílias assentadas no Assentamento Novo Rumo, 97 (noventa e sete) no Assentamento Itaguaçu e 24 (vinte e quatro) famílias no Assentamento União Pela Terra. (Figuras 36, 32, 34)

O último Assentamento criado em São Gabriel foi o Assentamento Cristo Rei, em 16 de março de 2010, que tem uma área de 1837,59 ha, com 78 (setenta e oito) lotes e 69 (sessenta e nove) famílias assentadas. (Figura 31)

Traz-se o mapa constante da figura 21 que mostra a localização dos assentamentos rurais de São Gabriel, criados entre os anos de 2008 e 2010.

Figura 21 - Mapa de Localização dos Assentamentos Rurais formados em São Gabriel- 2008 e 2010



É de se consignar que em 19 de maio de 1996 foi criado o assentamento Guajuviras, que fica fora da área estudada, com 1474,34 ha, 55 (cinquenta e cinco) lotes e 50 (cinquenta) famílias assentadas, situado no distrito de Catuçaba-SG. (Figura 37) Os jovens e crianças do assentamento Guajuviras são atendidos pela Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria Manoela. Os demais assentamentos, criados a partir de 2008, tem como escola que atende seus jovens e crianças à Escola Estadual de Ensino Fundamental Ataliba Rodrigues das Chagas, objeto de estudo da presente pesquisa acadêmica. Embora não seja esse o problema do presente trabalho é de se indagar: Com a criação do Assentamento Guajuviras, no ano de 1996, no município de São Gabriel também houve toda a problemática ocorrida com a Criação do Assentamento Conquista do Caiboaté em 2003? O que motivou as ações tanto de ruralistas, como do MST no ano de 2003? Não posso e nem devo me dirigir a essa seara, que pode ser tema de outras pesquisas acadêmicas. Porém, divergências políticas, divergências de poder entre dominadores e dominados ocorreram no ano de 2003, que resultaram nos conflitos entre ruralistas e integrantes do MST.

4 DE UMA ESCOLA NO CAMPO PARA UMA ESCOLA DO CAMPO?

“Num país como o Brasil, manter a esperança viva é em si um ato revolucionário.”
— Paulo Freire

4.1 TRAJETÓRIA DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL ATALIBA RODRIGUES DAS CHAGAS

Em 2008, foi oficializado pelo INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - desapropriação e compra de terras em São Gabriel para a criação de 7 (sete) assentamentos e junto com esses a vinda de 549 (quinhentas e quarenta e nove) famílias.

As crianças e adolescentes, filhos de acampados e/ou assentados em São Gabriel, com o fim das Escolas Itinerantes, no início do ano de 2009, fechadas por ordem do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, passaram a frequentar aulas na rede pública de ensino.

A hoje Escola Estadual de Ensino Fundamental Ataliba Rodrigues das Chagas, até o processo de territorialização do MST no espaço rural de São Gabriel, atendia filhos de pequenos agricultores, bem como de trabalhadores rurais assalariados, residentes no Distrito do Batovi - São Gabriel/RS.

Sendo assim, a instituição educacional atendia no ambiente pedagógico multisseriado em média 20 (vinte) estudantes, buscando cumprir a sua função quanto a iniciação escolar da grande maioria dos sujeitos da terra. Marcada pela heterogeneidade, implantou práticas educacionais com o objetivo de dar conta das múltiplas facetas do processo de ensino-aprendizagem com práticas pedagógicas inerentes às exigências da comunidade escolar e à sociedade em que estava inserida.

Segundo Fontoura (2014, p. 60)

"até a territorialização dos assentamentos, a instituição era regulamentada pela Secretaria Estadual de Educação. A partir desse novo contexto, na qual a escola absorve os educandos e educandas da reforma agrária, a comunidade escolar vivenciou um processo de municipalização." (FONTOURA, 2014, p. 60)

Como a municipalização da escola não atendeu às demandas da nova comunidade escolar, no ano de 2012, a unidade de ensino passou novamente à categoria estadual. Em pesquisas realizadas por Fontoura e Meurer (2011) em

assentamentos e acampamentos no município de São Gabriel, constataram haver conflitos entre Secretaria de Educação do Município e o MST decorrentes de diferenças ideológicas na esfera política e a concepção referente ao uso social da terra. Em razão de tais diferenças os mesmos pesquisadores destacam que membros do MST

"mencionaram que as escolas, que seus filhos passaram a estudar, encontram-se descomprometidas com a luta pela reforma agrária, uma vez que não desenvolvem ações voltadas para o trabalho coletivo, e tampouco, à educação do campo." (FONTOURA; MEURER, 2011)

Assim, à Escola Ataliba coube absorver essa nova comunidade escolar com anseios e objetivos diferentes, com relação a educação de seus filhos, dos que tinha até então. (HORST; FONTOURA, 2016) De uma escola multisseriada, com no máximo 20 (vinte) alunos, com estrutura formal, um substancial processo de mudança passou a ser vivenciado. Em 2016 a escola atende cerca de 270 (duzentos e setenta) alunos (Figura 26) muitos nascidos em acampamentos do MST e egressos de escolas itinerantes.

Juntamente com a vinda das famílias assentadas começou-se a pensar em Escolas do Campo, agora na perspectiva dos movimentos socioterritoriais em São Gabriel. Freire (1996), resume o que os movimentos socioterritoriais, mais especificamente o MST, pensam sobre a educação do campo: "não basta saber ler que Eva viu a uva, é preciso compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir a uva e quem lucra com esse trabalho." É o conhecimento com compromisso social.

Essa é a educação pretendida pelos movimentos socioterritoriais, uma educação conectada com a realidade, construída sobre marcos emancipatórios e que tem como uma de suas influências principais a pedagogia libertadora de Paulo Freire, pedagogia esta condizente com a luta travada pelos movimentos camponeses.

4.1.1 Escola Don Félix de Azara, o início da Escola Estadual de Ensino Fundamental Ataliba Rodrigues das Chagas

Consta do livro de atas do Piquete de Tradições Gaúchas Batovi a existência de escola denominada Don Félix de Azara, no distrito do Batovi, no município de

São Gabriel, Rio Grande do Sul. Na ata de número 5 (cinco), de 30 (trinta) de abril de 1967, entre outras disposições está a conservação do colégio Don Félix de Azara. Uma grande preocupação da comunidade Batoviense com relação a educação está registrada nas 37 (trinta e sete) atas existentes e era essa mesma comunidade que mantinha a escola ali existente. Segundo Dalbeci Zambrano a Escola Don Félix de Azara localizava-se no lugar denominado "Pedreira", distrito do Batovi, município de São Gabriel e foi o início da Escola Estadual de Ensino Fundamental Ataliba Rodrigues das Chagas.

Em 03 de fevereiro de 1964, através do Decreto Estadual nº 16.436, foi criada a Escola Isolada em Ferrugem. Os alunos da Escola Don Felix de Azara foram transferidos para o novo educandário, construído no Corredor de Ferrugem, ao lado do Piquete de Tradições Gaúchas Batovi. Atas escolares antigas, existentes no arquivo morto da Escola Ataliba, contém as denominações de Escola Don Félix de Azara e Escola de Ferrugem, sendo que em algumas atas as denominações foram utilizadas concomitantemente

As provas documentais foram corroboradas por entrevistas com antigos moradores do local. A senhora Celanira Souto, conhecida por Tia Lita, relata que veio morar no Batovi com seus pais, aos sete anos. A entrevista foi feita em frente à Escola Ataliba, à sombra dos cinamomos.

"Hoje tenho 63 anos e estudei na Escola Don Félix de Azara, que ficava na Pedreira, com 12 anos. Ainda deve ter a calçadinha da escola por ali" e aponta para o local da pedreira "É bem lá, na beira do arame, perto dos eucaliptos. Era uma escola de madeira, frente Sul. Depois veio para cá, aí passou a ser Ferrugem e só depois foi construída a Ataliba. Hoje meus netos estudam aqui."

Sabe-se através da consulta de livro de atas, documentos da escola, fotografias e entrevistas com antigas professoras, que no ano de 1983, existia no imóvel da atual escola, uma antiga escola de madeira, conhecida por Brizoleta. Era a Escola da Ferrugem, cujos degraus ainda existem no local. São usados para descanso e lazer pelos atuais alunos da Escola Estadual de Ensino Fundamental Ataliba Rodrigues das Chagas.

Figura 22 - Degraus da antiga Escola da Ferrugem



Fonte: Arquivo Pessoal de Karyn Horst

Ao que se depreende pelo estudo da documentação existente, o prédio, as instalações e equipamentos da Escola da Ferrugem eram deficientes, pois em 1983, pelo Parecer 416 emitido pelo Conselho Estadual de Educação do Estado do Rio Grande do Sul, concedeu-se o prazo de 5 anos para a Escola Rural em Ferrugem, sanar as deficiências de prédio, instalações e equipamentos. Esse documento também informa que a Escola atendia de 1ª a 4ª série, e 5ª série, a título precário.

Figura 23 - Prédio da Escola Ataliba Rodrigues das Chagas inaugurado em 1989



Fonte: Arquivo Pessoal de Karyn Horst

Em 1989, um novo prédio foi construído, constando de duas salas de aula, uma cozinha, um refeitório, uma sala de direção e dois banheiros

Figura 25 - Placa de Inauguração da Escola Estadual de 1º Grau Incompleto Ataliba Rodrigues das Chagas, em 23 de agosto de 1991



Fonte: Arquivo Pessoal de Karyn Horst

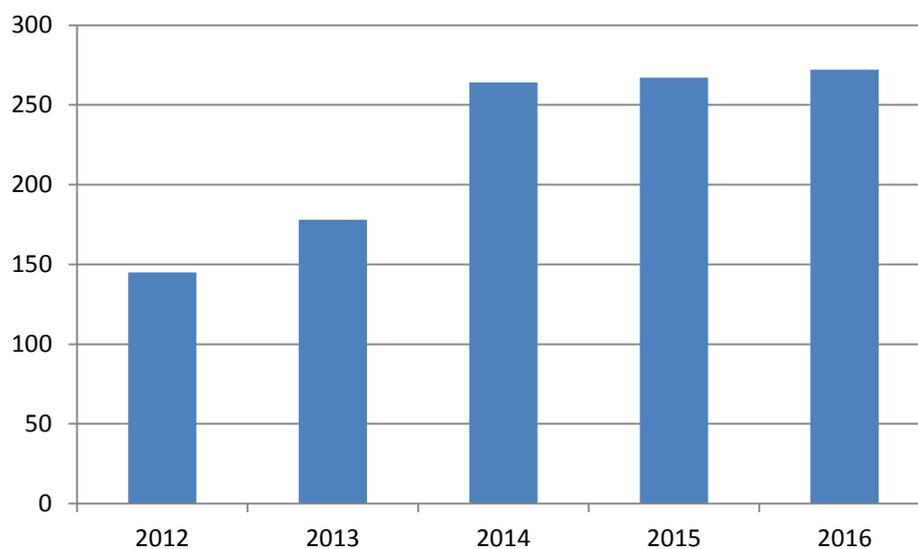
Vale lembrar que até o processo de territorialização do MST, no espaço rural de São Gabriel, essa unidade de ensino atendia, em média, 20 (vinte) alunos por ano e sua estrutura física era limitada a essa demanda e a escola regulamentada pela Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Sul. A partir desse novo contexto, no qual a escola absorve os educandos da reforma agrária, a comunidade vivenciou um processo de municipalização. (FONTOURA, 2014)

Desta maneira a escola em estudo passa a ser uma escola municipal, vinculada à Escola Municipal Dom Pedro II, localizada na Vila Santa Clara, município de São Gabriel, assim permanecendo nos anos de 2010 e 2011.

Como nenhuma melhora foi efetivada na escola para o atendimento das necessidades da nova comunidade escolar, que aumentava ano a ano, com um acréscimo na demanda de discentes de mais de 1000%, a escola retorna à categoria estadual. O quadro abaixo indica o crescimento do número de alunos matriculados, a partir da estadualização na escola em estudo, no ano de 2012. De 145 (cento e quarenta e cinco) alunos matriculados em 2012, passou para uma matrícula de 178 (cento e setenta e oito) alunos em 2013; 264 (duzentos e sessenta e quatro) alunos em 2014 e 267 (duzentos e sessenta e sete) alunos em 2015, de

acordo com o censo escolar de cada ano. Em 2016, contabiliza em março de 2016 com uma matrícula de 272 (duzentos e setenta e dois) alunos.

Figura 26 - Número Absoluto de Matrículas da Escola Estadual de Ensino Fundamental Ataliba Rodrigues das Chagas - 2012 a 2016



Fonte: Secretaria da Escola Estadual de Ensino Fundamental Ataliba Rodrigues das Chagas

A partir da estadualização da escola sensíveis modificações ocorreram no ambiente escolar, faltas consideradas impossíveis de existir no século XXI, foram supridas, quais sejam:

- Com a construção de poço artesiano a escola passa a ter água, pois até então era abastecida por um antigo poço, construído pelo Piquete de Tradições Gaúchas Batovi, no ano de 1971, com água imprópria para o consumo humano. Até então a água para alunos e professores era transportada da cidade para a escola, diariamente, pela equipe diretiva, em bombonas de 20 litros de água.

- Sinal de internet e telefone celular foram instalados, no ano de 2013. Até o ano de 2012, era necessário resolver os problemas da escola em horários alternativos, pois durante o período de aulas não havia comunicação de espécie alguma.

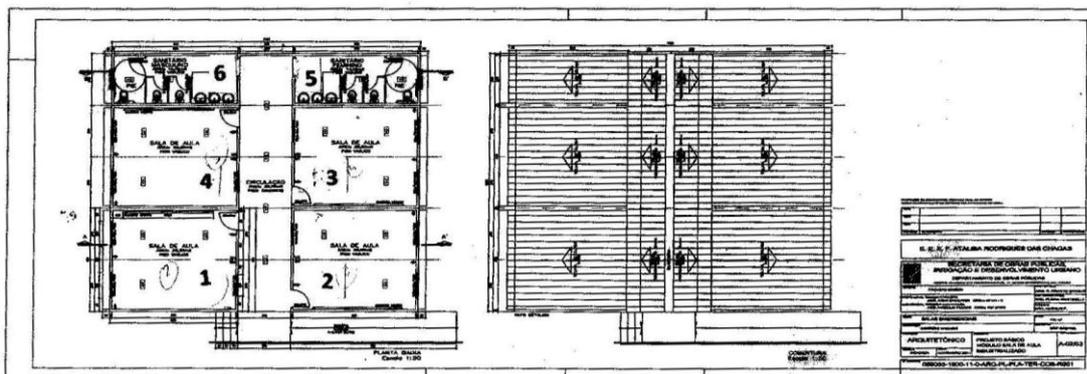
- Em 2012, passou a atender, em caráter emergencial as turmas de 6ª a 8ª séries, conforme Resolução 320, de 18 de janeiro de 2012.

- Somente em 30 de abril de 2014, através do Parecer 352/14, a escola foi credenciada para atender as turmas de 6ª a 8ª séries do ensino fundamental

- Também no ano de 2012 iniciou-se a regularização da área de domínio do Estado do Rio Grande do Sul onde está edificada a escola. Através da Carta de Doação de 25 de outubro de 2012 foi doada à área de 2.072,32 m² à Escola Estadual de Ensino Fundamental Ataliba Rodrigues das Chagas, pelo Piquete de Tradições Gaúchas Batovi. Na referida Carta de doação consta que “o referido imóvel já encontra-se na posse e domínio do Estado do Rio Grande do Sul há mais de 30 (trinta) anos, onde está edificada a Escola Estadual de Ensino Fundamental Ataliba Rodrigues das Chagas.

- Foi construído no terreno da escola um prédio emergencial composto de mais 4 (quatro) salas de aulas e banheiros, conforme Termo de Recebimento Definitivo, de 17 de setembro de 2013.

Figura 27 - Planta Baixa do Prédio Emergencial de Escola Estadual de Ensino Fundamental Ataliba Rodrigues das Chagas



Fonte: Secretaria da Escola Estadual Ataliba Rodrigues das Chagas

- A Escola situada no distrito do Batovi, passa a funcionar na modalidade de escola em rede, sendo esta a Escola Sede. Foram criadas Escolas Unidades nos Assentamentos Cristo Rei, Madre Terra e Itaguaçu, oficialmente entregues à comunidade escolar em 17 de setembro de 2014.

- Apesar da entrega oficial ser datada dos anos de 2013 e 2014 o prédio emergencial e escolas unidades iniciaram suas atividades já nos anos de 2012 e 2013.

Deste modo, analisando-se as ações do Estado, para que a Escola Ataliba pudesse atender às necessidades básicas da demanda escolar, constata-se o estado de profundo abandono e desinteresse a que estava relegada pelo poder

público, ou seja, existiam políticas públicas para atender a comunidade escolar que não foram implementadas pelos diversos governos, uma vez que não eram consideradas prioritárias.

De outro lado, analisando-se as atas do Piquete de Tradições Gaúchas Batovi, desde a sua fundação, até o ano de 2012, num total de 37 (trinta e sete) atas, constata-se a grande preocupação da comunidade do Batovi com a educação de seus filhos e o responsável pelo funcionamento do antigo Colégio Dom Félix de Azara e da Escola Ataliba, até esta passar à administração pública.

4.1.2 Do fechamento das Escolas Itinerantes à Escola Estadual de Ensino Fundamental Ataliba Rodrigues das Chagas

Como dito anteriormente, a educação entrou na Agenda do MST pela infância. Antes mesmo da fundação do MST em 1984, as famílias sem-terra, acampadas na Encruzilhada Natalino, Rio Grande do Sul (1981), perceberam a importância da educação para suas crianças e jovens, pois é através da educação que ocorre a transformação da sociedade. Para o MST a educação deve ser voltada para a realidade do meio rural e que ajude a construir reais alternativas de permanência no campo e de melhor qualidade de vida para esta população. (MST-Caderno de Educação)

Falar da história da Escola Ataliba é falar sobre o processo de territorialização do MST em relação à dita escola. Para se entender o processo de territorialização da Escola Ataliba, pelo MST, devemos relatar que os assentamentos estudados no presente trabalho foram criados em São Gabriel a partir do ano de 2008, através de publicação de portaria, onde constam os dados do imóvel, a capacidade estimada de famílias no assentamento, o nome do projeto de assentamento (vide Nota de Rodapé nº 41)

O próximo passo foi o da implantação do assentamento. Nessa fase são divididos os lotes e instaladas as famílias, que receberam seus lotes sem qualquer infraestrutura, ou seja, sem casas, estradas, escolas, sem fornecimento de energia elétrica, entre outros. A infraestrutura somente será feita na fase de estruturação dos assentamentos. Assim quando as famílias dos 7 (sete) assentamentos tratados nesta dissertação, cujas crianças são atendidas pela Escola Ataliba, foram instaladas nos assentamentos em São Gabriel, não havia a mínima estrutura

estabelecida, tais como água, luz, casas, saúde, escola, transporte escolar e até mesmo os lotes não estavam totalmente demarcados. Em trabalho de produção textual, um aluno relata como viveu sua realidade

Deram o lote 52 para nós, mas não tinha água, luz, nem açude perto para dar água para os animais. Trocamos de lote (...) ficamos com água, agora temos vacas, porcos, galinhas, estrada perto de casa (...) moto, carro e um cavalo.

É de se salientar que a fase de estruturação dos assentamentos em São Gabriel ainda está em andamento, já possuindo estradas vicinais, luz, casas de madeira e alguns com casas de alvenaria do projeto Minha Casa Minha Vida (vide nota de rodapé 33). Todas as crianças assentadas estão matriculadas em escolas e é oferecido transporte escolar.

Porém, antes de 2013 e no que tange à educação, as crianças dos assentamentos Conquista do Caiboaté, Cristo Rei, Zambeze, Itaguaçu, Novo Rumo, Madre Terra e União pela Terra precisavam caminhar vários quilômetros por dia para ir à escola, ou melhor, para chegar até a estrada geral, para só então tomarem o ônibus de transporte escolar e ir até a escola. As crianças dos assentamentos Conquista do Caiboaté, Cristo Rei, Zambeze, Itaguaçu, União pela Terra e Novo Rumo, eram atendidas pela Escola Ataliba, na época municipalizada e as crianças do assentamento Madre Terra eram atendidas pela Escola Municipal de Ensino Fundamental Ernesto José Annonni.

Em relato com aluno, em uma conversa informal, que viveu tais condições, temos:

A gente acordava às 5h30 da manhã. Tinha que sair de casa até as 6h, caminhava de 5 a 6 km para pegar o ônibus, pelo meio do campo, mato, plantação, água. Pelas 8 pegava o ônibus até a escola. Na volta caminhava mais 5, 6 quilômetros. (Aluno Egresso da Escola Ataliba e morador do Assentamento Itaguaçu)

Mesmo caminhando vários quilômetros por dia, para ter acesso ao transporte escolar e mesmo sendo a escola deficitária em sua estrutura, a família camponesa sabia da importância da mesma para seus filhos. Conta um dos professores da então Escola Municipal Ataliba Rodrigues das Chagas que transportava os professores e as professoras da cidade para a Escola Ataliba, que:

Em um dia, o ônibus foi parado na estrada e cercado por assentados, com bandeiras do MST, algumas armas e gritos de palavras de ordem. Os professores, com receio do que poderia ocorrer, inclusive

preocupados com sua integridade física, foram falar com os manifestantes e receberam a seguinte resposta: professores, não se preocupem, nós precisamos de vocês e nada irá acontecer com os professores de nossos filhos. O que queremos é escola para todas as crianças e como está, somente alguns estão frequentando a escola. O ônibus só foi liberado horas depois, quando chegaram ao local autoridades para tratar sobre políticas públicas em relação a educação formal de todas as crianças assentadas. (Professor da Escola Ataliba Rodrigues das Chagas quando sob a administração do Município de São Gabriel)

Fica visível que a luta dos assentados pela educação de seus jovens sempre foi acompanhada da luta por saúde, estradas, transporte escolar, casas, energia elétrica e demais elementos de infraestrutura. Assim, fechadas as Escolas Itinerantes crianças e jovens assentados passaram a ser atendidos pela Escola Ataliba, na época municipal, que tinha uma estrutura deficitária para a demanda: duas salas de aula e um banheiro para professores, alunos e funcionários, abastecida de água através de um velho poço e imprópria ao consumo humano, incomunicável com a cidade, pois não tinha nem telefone fixo, nem sinal de telefone celular, muito menos internet. Foi nessa escola que passaram a estudar cerca de 200 (duzentos) alunos assentados. Além das deficiências já apontadas conta uma aluna:

A gente não tinha mesas e cadeiras para todos, se estudava sentado no chão, em volta de árvores, em cima de sacos. Era assim: os grandes tinham aula todo o dia na segunda, quarta e sexta e os pequenos na terça, quinta e sexta. A sexta-feira era uma para os grandes e uma para os pequenos. (Aluna da Escola Ataliba Rodrigues das Chagas e assentada no Assentamento União pela Terra)

Como se vê a escola não possuía mesas nem cadeiras suficientes para a demanda de alunos, além de não atender o preceito legal de 200 (duzentos) dias letivos e 800 (oitocentos) horas anuais, pois atendia seus alunos em apenas três vezes por semana, em dias alternados, o que também demandava um planejamento da escola para atender os alunos durante o intervalo - entre o turno da manhã e da tarde - além de se responsabilizar pelos alunos durante esse período. Não bastasse essa estrutura deficiente da escola, muitas crianças ficavam privadas de educação formal pois, ou não possuíam condições de caminhar até sete quilômetros para alcançar a estrada geral, por onde passava o ônibus escolar ou ainda não se viam em condições de frequentar escola em razão de se sentirem excluídos devido a agressiva "recepção" que tiveram ao chegar em São Gabriel. Assim é de se considerar a preocupação com relação a preconceitos contra crianças e adolescentes assentados em São Gabriel.

A partir dessa realidade, pais e mães dessas crianças, juntamente com o setor de educação do MST, passaram a se mobilizar e lutar por um direito constitucional que é o da educação formal para suas crianças. Após várias denúncias ao Ministério Público, lutas, ocupações, tentativas de diálogo com o Executivo Municipal de São Gabriel da época e sua Secretaria Municipal de Educação, reuniões com a Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul e 19ª Coordenadoria de Ensino, o caso de abandono dos estudantes assentados ganhou visibilidade. Entre os anos de 2012 e 2013, foram realizadas cerca de 10 (dez) reuniões no sentido de estabelecer um diálogo interinstitucional para discutir ações conjuntas que visassem a melhoria das condições de vida dos assentados do Movimento Sem Terra em São Gabriel, com foco em três prioridades: garantia do direito à educação, condições das estradas internas dos assentamentos e acesso à água". (BASTIANI, 2014)

A cada reunião eram apresentadas as ações realizadas, no intuito de atender as três prioridades acima descritas, bem como as situações que se encontravam pendentes à época de cada reunião, com a participação do Ministério Público Estadual e Federal, Secretaria da Justiça e Direitos Humanos, Representante do Gabinete do Governador Tarso Genro, Procuradoria do Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria do Desenvolvimento Regional, Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul, Prefeito de São Gabriel, Secretaria Municipal de Educação, representantes do MST, Secretaria de Obras Públicas, 19ª Coordenadoria Regional de Educação, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos, Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, Gestores da Escola Ataliba, Unipampa, Secretaria Municipal de Obras e Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem

Em razão da luta do MST, desde o ano de 2003, para desbravar a Terra dos Marechais, e, após a conquista dos assentamentos em 2008 e fechamento das escolas Itinerantes em 2009, a luta para que seus filhos tivessem acesso à educação formal ganhou grande visibilidade tanto Estadual como Nacional e em decorrência, os problemas de infraestrutura dos assentamentos, incluindo a educação para crianças e jovens assentados, passaram a receber a atenção dos órgãos competentes. Dentre as ações destaca-se a transferência da então Escola Municipal Ataliba para a rede estadual de ensino.

A passagem da escola para a rede estadual de ensino foi fruto do movimento de territorialização do MST conforme conta a professora responsável pelas Escolas do Campo junto a 19ª Coordenadoria Regional de Educação, gestão 2011 a 2015:

O MST tinha o grande interesse legítimo de acomodar todas as suas crianças na escola, pois Educação é Direito do cidadão e dever do Estado e a Escola Ataliba nas condições em que estava não podia acolher a demanda de alunos assentados. Entrevistado 01 (Segmento Secretaria Estadual de Educação - 19ª - CRE - administração 2011 a 2015)

Depoimento corroborado pela Coordenadora de Educação do 19ª Coordenadoria Regional de Educação, na gestão 2011 a 2015, que reafirma a participação do setor de educação do MST para que a Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul tomasse conhecimento da situação irregular da Escola Ataliba e de seus educandos e educandas:

Em 2011, quando assumimos a 19ª CRE, encontramos as Escolas do Campo com muitas dificuldades financeiras, pedagógicas e estruturais. A Escola Ataliba, pode-se afirmar, encontrava-se em piores condições. Estava em processo de municipalização e a Prefeitura de São Gabriel já responsável pela administração. Na primeira reunião com os Diretores das Escolas Estaduais de São Gabriel fomos contatados pela setorial de Educação do MST, informando as dificuldades de acesso, transporte, vagas e atendimento às crianças dos assentamentos próximos a Escola Ataliba. Entrevistado 02 (Segmento Secretaria Estadual de Educação - 19ª - CRE - administração 2011 a 2015)

Em produção textual uns alunos da Escola Ataliba, um aluno relata a situação de injustiça que vivia, em relação a sua educação formal:

Perdi um ano, porque o ônibus não subia para a cidade.

Para atender às necessidades e a demanda de alunos foi construído um módulo emergencial junto a Escola Ataliba que passou a ser a Escola Sede e mais 3 (três) módulos escolares, Escolas Unidade, nos assentamentos Cristo Rei, Madre Terra e Itaguaçu, passando a escola a funcionar no sistema de escola em rede.

Os trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra, na sua luta pela territorialização da Escola Ataliba, iniciaram por reivindicar escola para os seus filhos e filhas em idade escolar. Porém o diálogo com o Prefeito de São Gabriel, à época, o mesmo que liderou a contramarcha dos ruralistas contra o MST, era praticamente impossível. Relatam os assentados que por várias vezes procuraram marcar uma audiência com o Prefeito Municipal para tratar sobre o tema, mas nunca foram recebidos. A solução

foi, em uma das manifestações, ocupar a Prefeitura Municipal e com isso denunciar a situação das crianças assentadas em relação a educação formal. Como a ocupação da Prefeitura de São Gabriel recebeu espaço na mídia municipal e estadual a situação da falta de educação formal para as crianças e jovens assentados recebeu a atenção, chegando ao conhecimento dos governantes. Ressalta-se que o jornal O Imparcial trouxe a palavra “invadem” na manchete de 13 agosto de 2009 (figura 28) quando da ocupação da Prefeitura Municipal de São Gabriel.

Figura 28 - Ocupação da Prefeitura Municipal de São Gabriel, pelo MST, em 2009



Fonte: Jornal O Imparcial, edição de 13 de agosto de 2009

As reivindicações do MST, com relação a educação e que motivaram as ações acima citadas eram fundamentadas no descumprimento da Constituição e descumprimento do LDB. Além disso as metas propostas na Lei 10.172 (PNE 2001 a 2011) também não estavam sendo cumpridas, como por exemplo a meta 01 (um) que propõe universalizar o ensino fundamental. A conquista de políticas públicas que viabilizassem educação escolar para crianças e adolescentes assentados, que até então estavam sendo desprovidos de estudar por falta de políticas públicas que garantissem esse direito, se deu em decorrências do movimento de territorialização do MST.

Não a solução definitiva, mas um grande passo, ou seja a garantia de que seus jovens assentados tivessem direito à escola, em uma primeira etapa e em uma segunda etapa, a conquista de transporte escolar, que humanizou um pouco a saga dos jovens que precisavam caminhar vários quilômetros por dia para poder estudar. Essencial para tanto, foi a participação do MST, para que fosse rompida, dessa vez, "a cerca da ignorância", a que eram submetidos jovens assentados.

Concomitantemente com a luta pela escola para a crianças e jovens assentadas iniciou-se a luta por transporte escolar. Como visto, os alunos precisavam andar muitos quilômetros até chegarem à estrada geral, pontos de embarque do transporte escolar e a partir desse ponto viajar outros tantos quilômetros, o que tornava praticamente impossível o aprendizado, conforme demonstra a tabela abaixo.

Tabela 6 - Distâncias entre assentamentos de São Gabriel, cujas crianças são atendidas pela Escola Estadual de Ensino Fundamental Ataliba Rodrigues das Chagas, considerando os pontos de embarque no ônibus de transporte escolar na estrada geral e a escola estudada e total de quilometragem de estradas internas de cada assentamento

NOME DO ASSENTAMENTO	DISTÂNCIA COM A ESCOLA	ESTRADAS INTERNAS DOS ASSENTAMENTOS*
Conquista do Caiboaté	28km	54km
Cristo Rei	10km	24km
Itaguaçu	5km	33km
Zambeze	12km	14km
Novo Rumo	12km	01km
União Pela Terra	11km	10km
Madre terra	133km	28km

Fonte: Secretaria de Transporte do Município de São Gabriel

* valores aproximados

Para se dimensionar o tanto que as crianças assentadas/acampadas em São Gabriel padeciam para poderem estudar deve-se considerar que até a conquista do transporte escolar no ano de 2015, os alunos da Escola Ataliba, necessitavam caminhar vários quilômetros, cortando campos, passando por plantações, matas, barragens, até encontrar o ponto de embarque do ônibus de transporte escolar, uma vez que não havia transporte escolar dentro dos assentamentos. Já no ônibus,

precisavam, muitas vezes, dividir os bancos com mais duas ou três crianças, e em caso de estarem todos os bancos lotados, ir de pé até a escola para só então iniciar sua formação escolar.

O mapa da Figura 29, abaixo, procura oferecer uma visão da localização dos assentamentos, em relação à sede do município e em relação à escola-centro, para se ter uma ideia das distâncias percorridas, diariamente, pelos alunos da Escola Ataliba. Para tanto, deve-se levar em consideração:

- que até meados do ano de 2014, não existia transporte escolar dentro dos assentamentos.

- repetindo, que em assim sendo, as crianças e os jovens assentadas necessitavam caminhar até 7 quilômetros por dia para atingir a estrada geral para só então embarcar no transporte escolar.

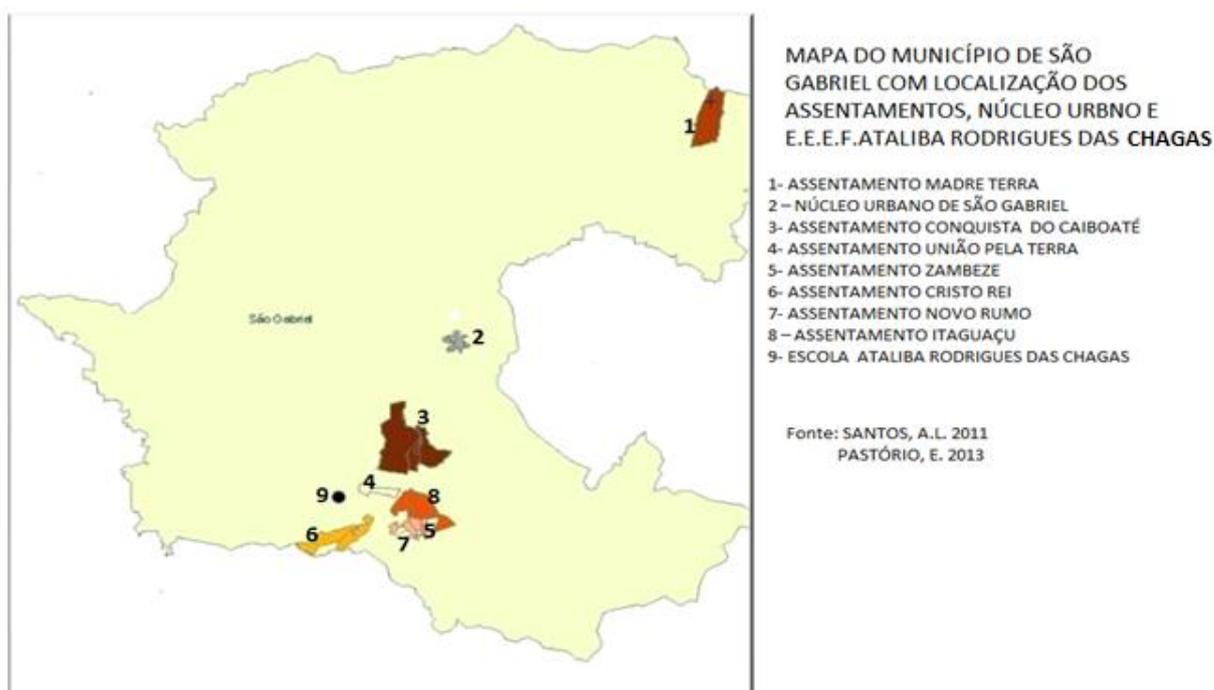
- que, com exceção das crianças assentadas no Assentamento Madre Terra, que estudavam na Escola Municipal Ernesto José Annonni, as demais crianças estudavam na Escola Ataliba

- dependendo de onde suas famílias estavam assentadas e de onde eram seus lotes além de caminhar por vários quilômetros também enfrentavam as distâncias percorridas pelo ônibus escolar, o que demandava outras tantas horas de viagem.

- que somente no ano de 2013, começaram a funcionar as Escolas Unidade nos assentamentos Itaguaçu, Cristo Rei e Madre Terra, o que diminuiu a distância entre residência e escola para crianças e jovens dos assentamentos contemplados.

- que a partir da oferta de transporte escolar, as crianças e jovens deixaram de "cortar os campos" a pé, mas passaram a ficar dentro do transporte escolar várias horas por dia.

Figura 29 - Mapa do município de São Gabriel, com localização de assentamentos, escola e núcleo urbano



Fonte: SANTOS, A. L. 2011; PASTÓRIO, E. 2013

Para exemplificar: tomemos uma criança que reside em um dos últimos lotes atendidos pelo transporte escolar, de um assentamento com 54 km de estradas internas, como o Assentamento Conquista do Caiboaté. Essa criança fica por horas sem fim dentro do transporte escolar.

A luta por oferta de transporte escolar dentro dos parâmetros que a lei estabelece, diminuiu, mas não terminou com a luta dos alunos da Escola Ataliba, para obter sua educação formal, luta essa que passou a fazer parte do movimento de territorialização do MST.

A Constituição Federal de 1988 assegura ao aluno da escola pública o direito ao transporte escolar, como forma de facilitar seu acesso à educação. A Lei nº 9.394/96, mais conhecida como LDB, também prevê o direito do aluno no uso do transporte escolar, mediante a obrigação de estado e municípios, conforme transcrição abaixo:

Artigo 208. "O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:
 VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de

Programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde." (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

O transporte escolar, nesse sentido, foi motivo das reuniões interinstitucionais havidas em São Gabriel, em razão de Ministério Público ter se mobilizado na defesa dos interesses coletivos, no caso específico e ora estudado, da educação escolar, direito previsto constitucionalmente. Em decorrência das reuniões interinstitucionais a Prefeitura do Município de São Gabriel ficou responsável para gerir e promover o acesso ao Transporte Escolar para comunidade que o presente estudo abrange.

Assim necessário se faz um estudo mais detalhado de quem faz parte do alunado da Escola Ataliba. Em pesquisa feita junto à secretaria da Escola Ataliba de 267 (duzentos e sessenta e sete) alunos matriculados e que terminaram o ano de 2015 na escola, temos que 222 (duzentos e vinte e dois) são residentes em assentamentos, 1 (um) residente na cidade e 44 (quarenta e quatro) residentes na comunidade local, totalizando 267 (duzentos e sessenta e sete) matrículas.

4.1.2.1 Mapas dos Assentamentos de São Gabriel e breve relacionamento com a Escola Estadual de Ensino Fundamental Ataliba Rodrigues das Chagas

Para que o presente estudo consiga transmitir a relevância do movimento socioterritorial ocorrido em São Gabriel com a conquista dos assentamentos rurais pelo MST e seu processo de territorialização, far-se-á o relato dos seguintes dados coletados:

- o número de alunos da Escola Ataliba residentes em cada Assentamento rural, tomando-se por base o número de matrículas do ano de 2015.
- a quilometragem entre o ponto de embarque dos alunos na estrada geral até a referida escola,
- quilometragem de estradas internas de cada assentamento - o que dá noção a distância de casas de alunos até a estrada geral
- para tanto se traz o mapa de cada assentamento para que se tenha noção da distância que os estudantes precisavam caminhar até o ponto de embarque na estrada geral antes da obtenção de transporte escolar dentro do assentamento e que hoje precisam percorrer no transporte escolar.

4.1.2.1.1 Assentamento Conquista do Caiboaté

Dos alunos matriculados 117 (cento e dezessete) são residentes no Assentamento (sete) na Escola Unidade Itaguaçu. Esse assentamento fica a uma distância de 28 km da escola, contados da entrada principal do mesmo. A Estrada Geral passa pelo meio do assentamento Conquista do Caiboaté e internamente há 54 km de estradas (Figura 30).

4.1.2.1.2 Assentamento Cristo Rei

A Escola Ataliba tinha, no ano de 2015, 30 (trinta) alunos residentes no Assentamento Cristo Rei, destes 01 (um) estudava na Escola Unidade Itaguaçu, 21 (vinte e um) na Escola Unidade Cristo Rei e 08 (oito) na Escola Central. O Assentamento Cristo Rei dista 10 km da Escola Central, a partir do Eixo Geral, com 24 km de estradas internas. (Figura 31).

4.1.2.1.3 Assentamento Itaguaçu

Do Assentamento Itaguaçu, havia 40 (quarenta) matriculados na Escola estudada, sendo 05 (cinco) matriculados na Escola Central e 35 (trinta e cinco) na Escola Unidade Itaguaçu. O Assentamento possui 33 km de estradas internas e dista 5 km da Escola Central, a partir do Eixo Geral. (Figura 32)

Em substituição a Escola Unidade do Itaguaçu será construída a Escola Estadual do Campo, com oferta de Ensino Fundamental, Médio e Educação Profissional, conforme Decreto nº 52.007, de 13 de novembro de 2014, publicado no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, em 14 de novembro de 2014. O projeto de construção de referida escola está em processo de Implantação junto a Coordenadoria de Reformas e Obras Públicas do Rio Grande do Sul de nº 057807-19.00/11-8.

Para a construção desta escola. O INCRA assinou Termo de Cessão de Uso INCRA/RS/Nº 014/2011celebrado entre Instituto Nacional de reforma Agrária - INCRA e Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul - SEDUC onde o INCRA cede área de 4,4366 hectares, contrato publicado no Diário Oficial da União em 19 de novembro de 2011.

Embora haja área para a edificação de Escola Estadual do Campo, com oferta de Ensino Fundamental, Médio e Educação Profissional, com decreto de criação pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul a escola mencionada encontra-se apenas no papel. Após esses dois atos não houve mais ações públicas para tornar realidade a construção da escola criada.

4.1.2.1.4 Assentamento Madre Terra

No Assentamento Madre Terra, há uma Escola Unidade da Escola Ataliba em que havia 14 (quatorze) crianças matriculadas, no ano de 2015. Essa Escola Unidade dista 133 km da Escola Central Ataliba, sendo que destes, mais de 80% são feitos em estrada de terra e com grande dificuldade de acesso entre as duas. No assentamento Madre Terra há 28 km de estradas internas. (Figura 33)

A comunicação entre as escolas somente é feita através de telefones particulares dos professores e funcionários, quando possível. A gestão da escola, juntamente com os assentados do Assentamento Madre Terra está solicitando junto a 19ª CRE e SEDUC a emancipação de referida escola, pois a distância e a dificuldade de comunicação tornam praticamente impossível a gestão escolar.

4.1.2.1.5 Assentamento União pela Terra

Já o assentamento União pela Terra possuía, em 2015, 17 (dezessete) crianças matriculadas, todas na Escola Central da instituição de ensino estudada e fica a uma distância de 11 km a partir do eixo geral. Tem 11 km de estradas internas. (Figura 34)

4.1.2.1.6 Assentamento Zambeze

Eram 4 (quatro) os alunos matriculados em 2015, oriundos do Assentamento Zambeze que fica a uma distância de 12 km da Escola Central Ataliba, contados do Eixo Geral, sendo que destes, 3 (três) alunos estudavam na Escola Central e 01 (um) na Escola Unidade do Itaguaçu. Esse assentamento tem 14 km de estradas internas. (Figura 35)

4.1.2.1.7 Assentamento Novo Rumo

Apenas 01 (um) aluno estudava em 2015 na Escola Central Ataliba, oriundo do Assentamento Novo Rumo, que fica a uma distância 12 km a partir do Eixo Geral, da Escola Ataliba. O Assentamento Novo Rumo tem 1 km de estradas internas. (Figura 36)

4.1.2.1.8 Assentamento Guajuviras

Assentamento Guajuviras, não faz parte do presente estudo, pois é atendido pela Escola Municipal Maria Manoela, mas entende-se importante colocar o mapa de referido assentamento para que se tenha uma visão da totalidade das conquistas obtidas pelo MST, no Coração do Latifúndio. (Figura 37)

Figura 31 - Mapa do Assentamento Cristo Rei

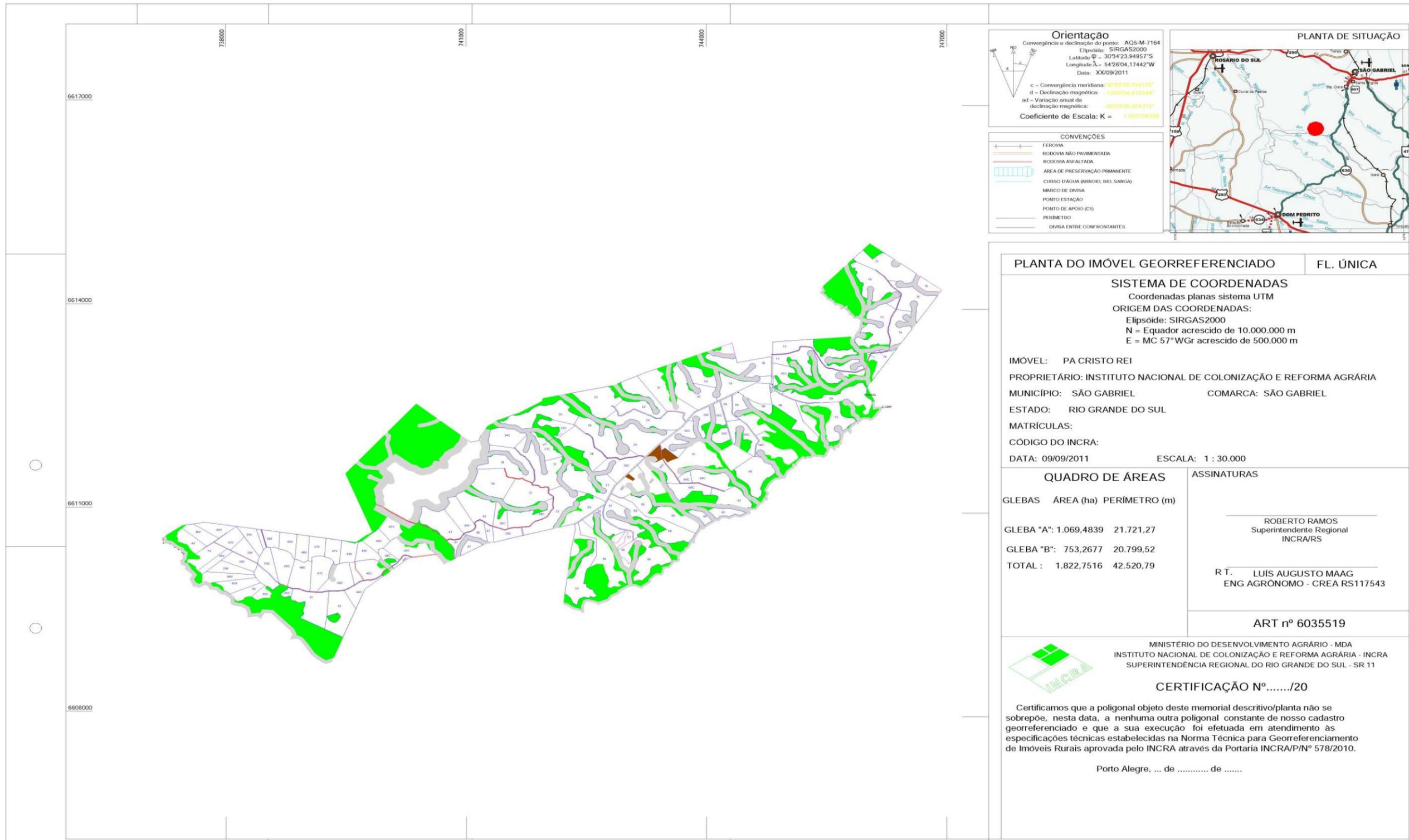
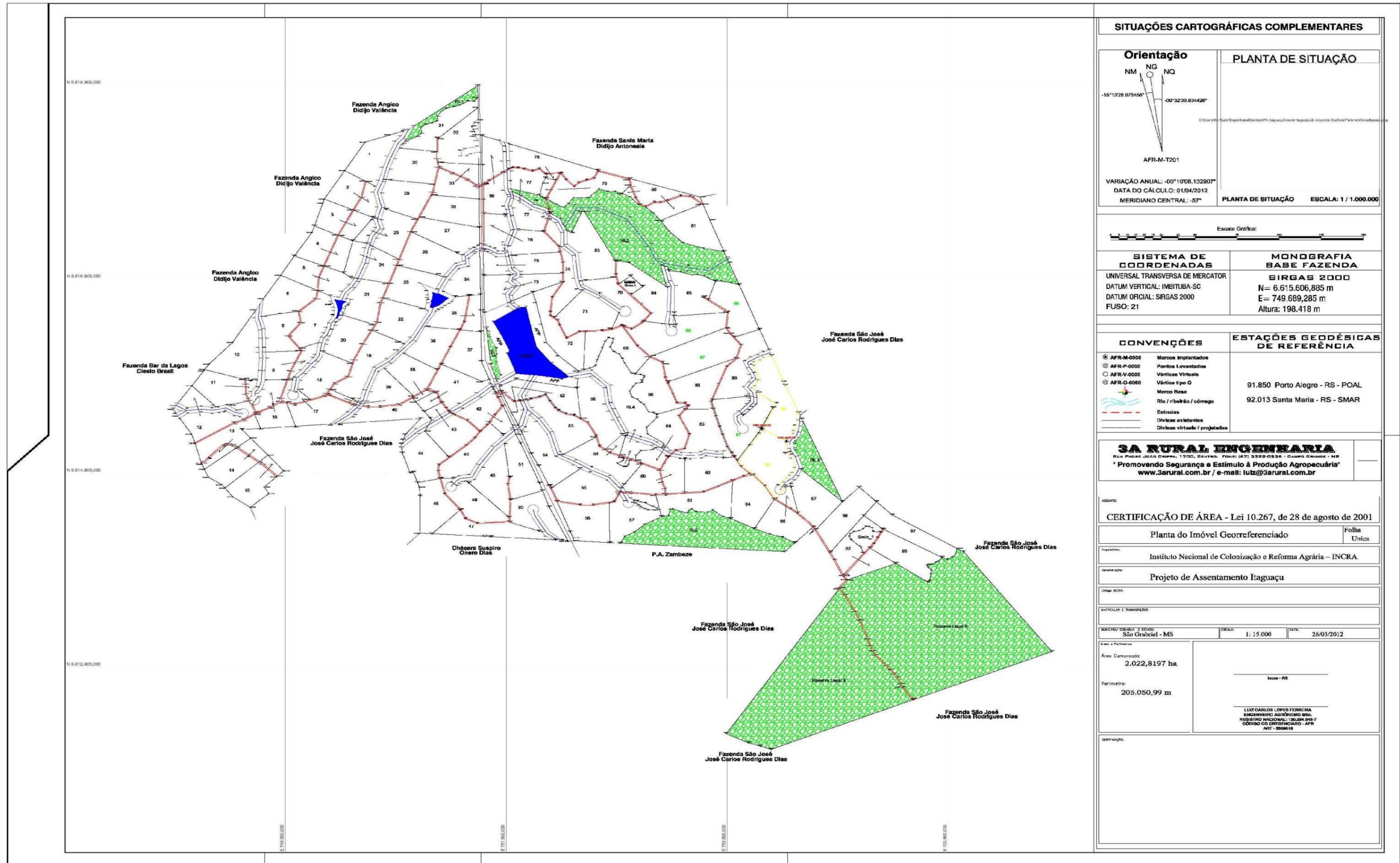


Figura 32 - Mapa do Assentamento Itaguaçu

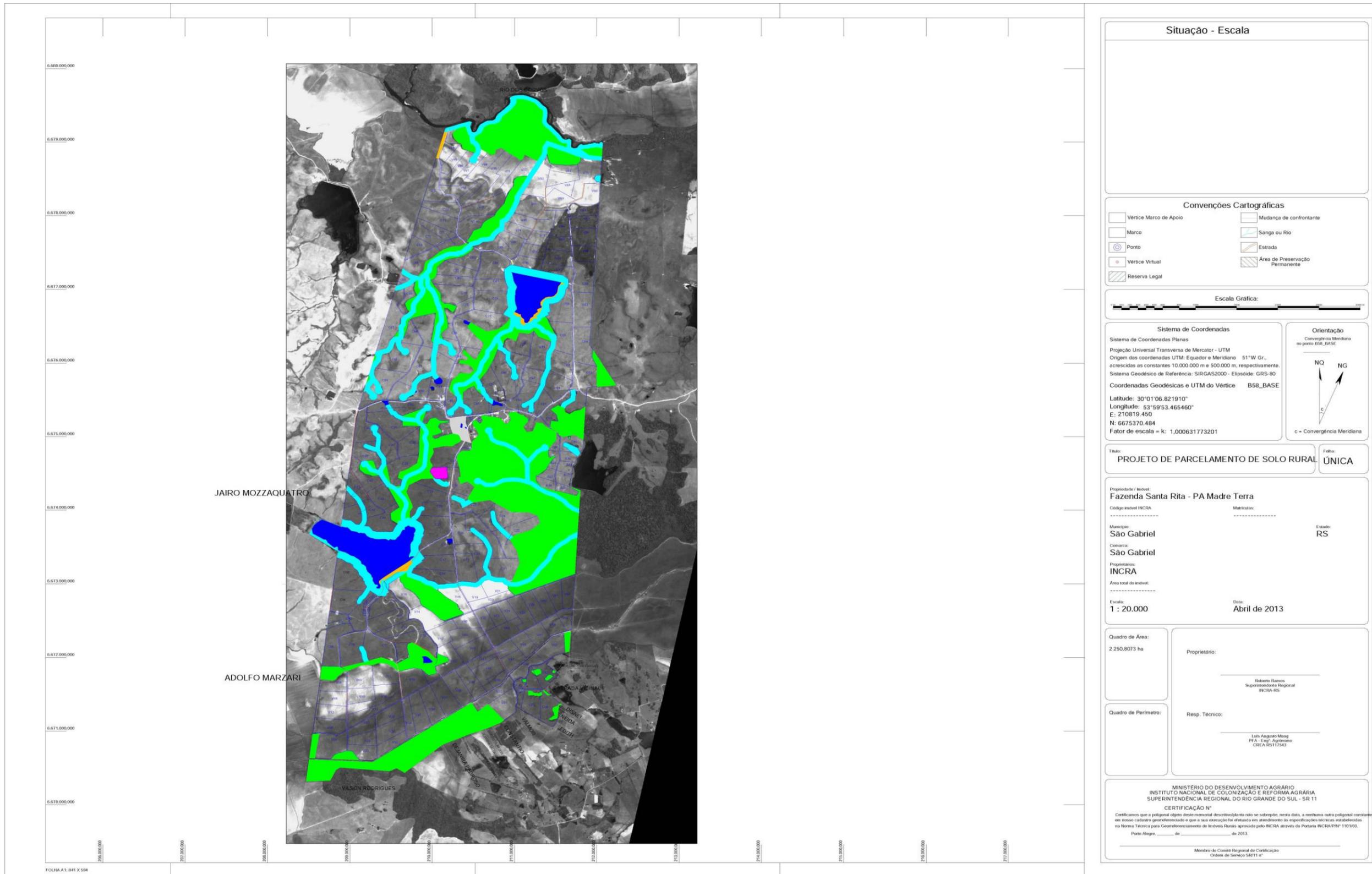


SITUAÇÕES CARTOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

<p>Orientação</p> <p>AFR-M-T201</p> <p>VARIAÇÃO ANUAL: -00°10'06.132907" DATA DO CÁLCULO: 01/04/2012 MERIDIANO CENTRAL: -57°</p>		<p>PLANTA DE SITUAÇÃO</p> <p>PLANTA DE SITUAÇÃO ESCALA: 1 / 1.000.000</p>
<p>Escola Gráfica:</p>		
<p>SISTEMA DE COORDENADAS</p> <p>UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR</p> <p>DATUM VERTICAL: IMBITUBA-SC DATUM OFICIAL: SIRGAS 2000 FUSO: 21</p>	<p>MONOGRAFIA BASE FAZENDA</p> <p>SIRGAS 2000</p> <p>N= 6.615.606,885 m E= 749.689,285 m Altura: 198.418 m</p>	
<p>CONVENÇÕES</p> <ul style="list-style-type: none"> ⊙ AFR-M-0000 Marcos Implantados ⊙ AFR-P-0000 Pontos Levantados ⊙ AFR-V-0000 Vértices Virtuais ⊙ AFR-O-0000 Vértice tipo O ⊙ Marco Base ~ Rio / ribeirão / córrego - - - Estradas - - - Divisões existentes - - - Divisões virtuais / projetadas 	<p>ESTAÇÕES GEODÉSICAS DE REFERÊNCIA</p> <p>91.850 Porto Alegre - RS - POAL 92.013 Santa Maria - RS - SMAR</p>	
<p>3A RURAL ENGENHARIA RUA PADRE JESUS OBIEDA, 1700, BENTON, FONE: (67) 3385-0536 - CAMPO GRANDE - MS "Promovendo Segurança e Estímulo à Produção Agropecuária" www.3arural.com.br / e-mail: lutz@3arural.com.br</p>		
<p>ASSUNTO:</p> <p>CERTIFICAÇÃO DE ÁREA - Lei 10.267, de 28 de agosto de 2001</p> <p>Planta do Imóvel Georreferenciado Folha Única</p> <p>Responsável:</p> <p>Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA</p> <p>Denominação:</p> <p>Projeto de Assentamento Itaguaçu</p> <p>Outra Nota:</p> <p>ARTICULAS E TRANSCRIÇÕES:</p>		
<p>MUNICÍPIO ORÇANÇO E ESTADO:</p> <p>São Gabriel - MS</p>	<p>ESCALA:</p> <p>1: 15.000</p>	<p>DATA:</p> <p>26/03/2012</p>
<p>Área = Polígono:</p> <p>2.022,8197 ha</p>	<p>Perímetro:</p> <p>205.050,99 m</p>	
<p>Assinatura:</p> <p>_____ LUIZ CARLOS LOPES FERREIRA ENGENHEIRO AGRÔNOMO BRAS. REGISTRO NACIONAL: 160.384-016-7 CÓDIGO DO CREDENCIADO - AFR ART. 290/916</p>		<p>_____ Inscrit. - RR</p>

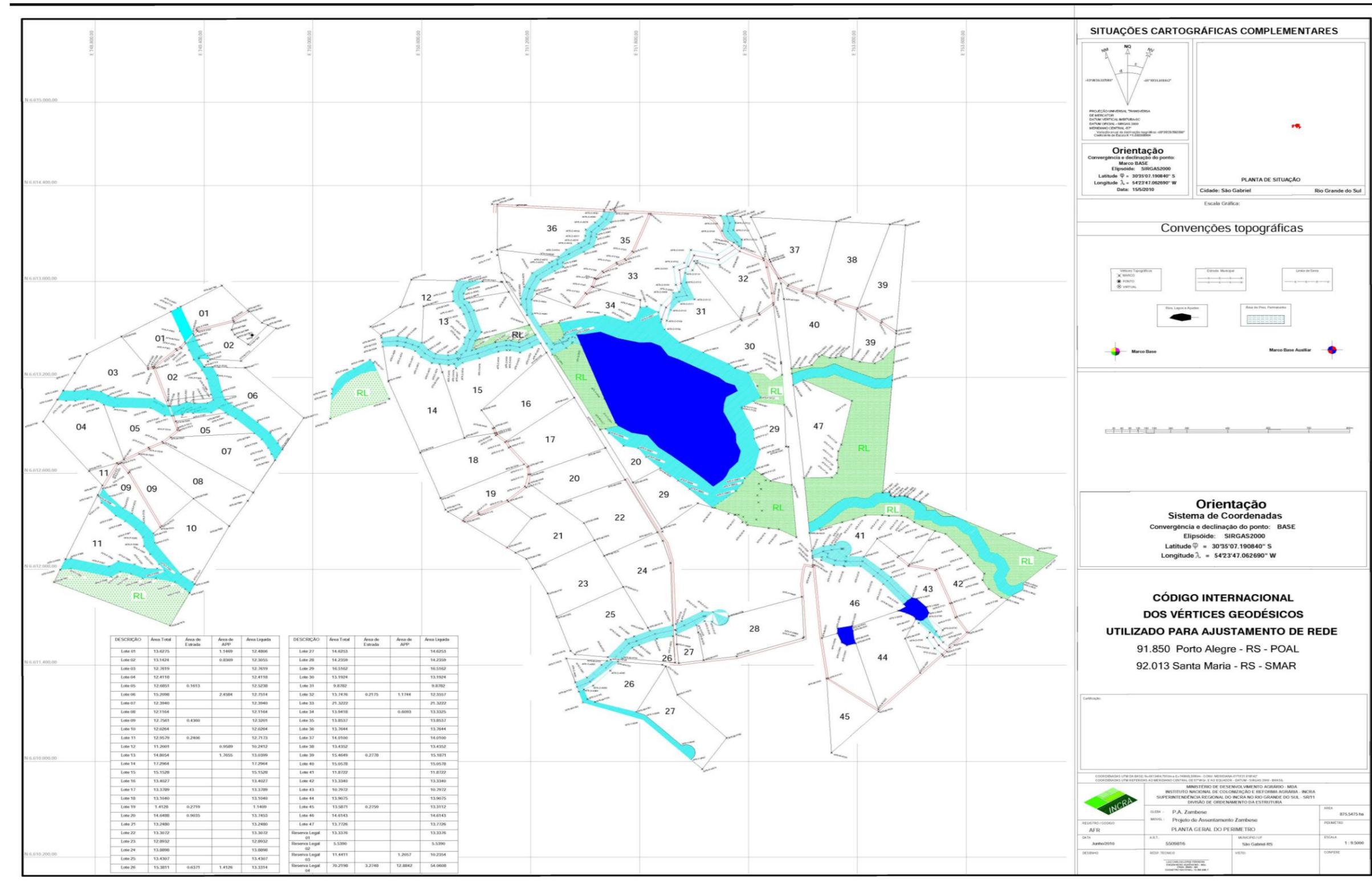
Fonte: Incra

Figura 33 - Mapa do Assentamento Madre Terra



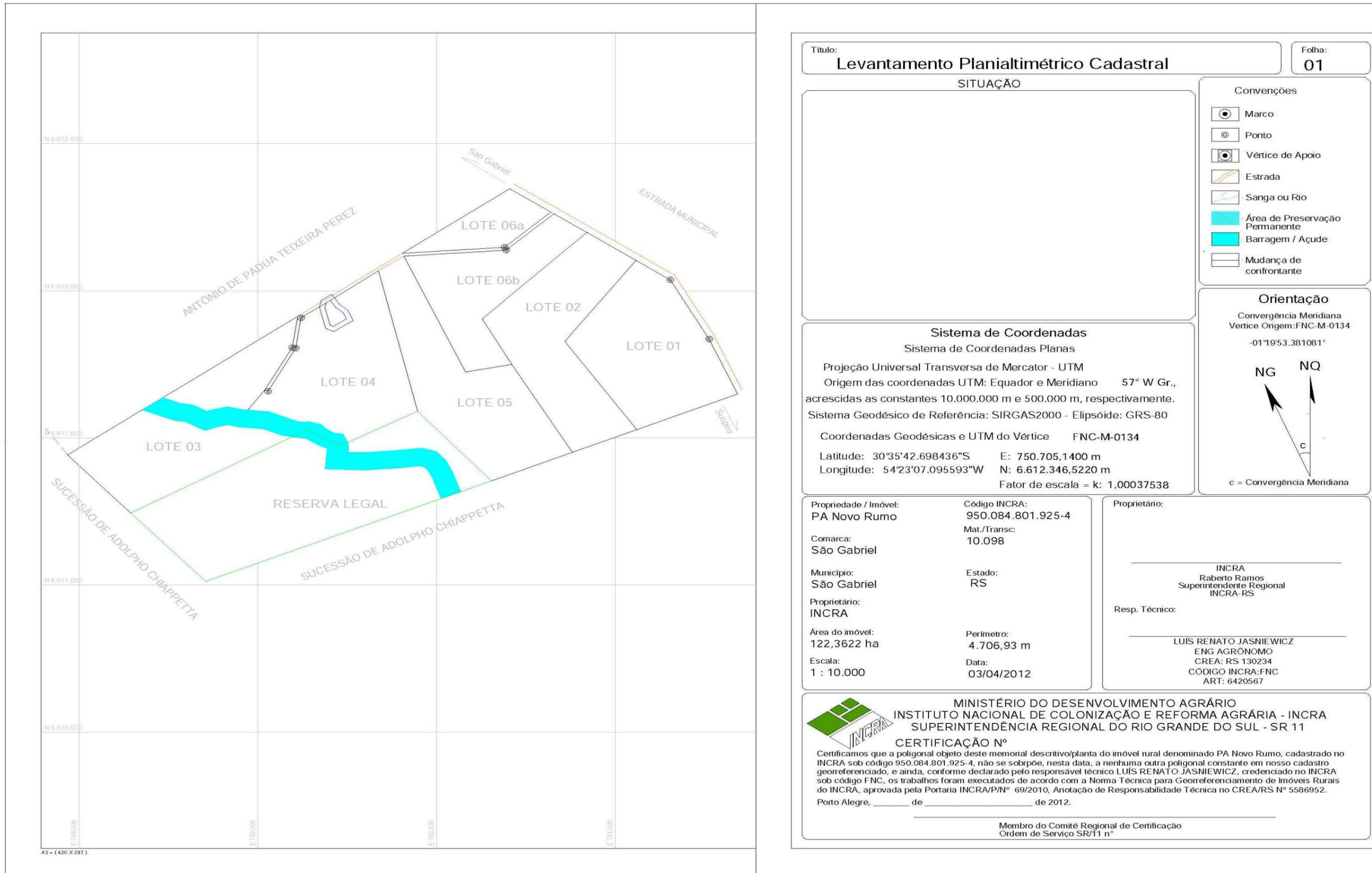
Fonte: Incra

Figura 35 - Mapa do Assentamento Zambeze



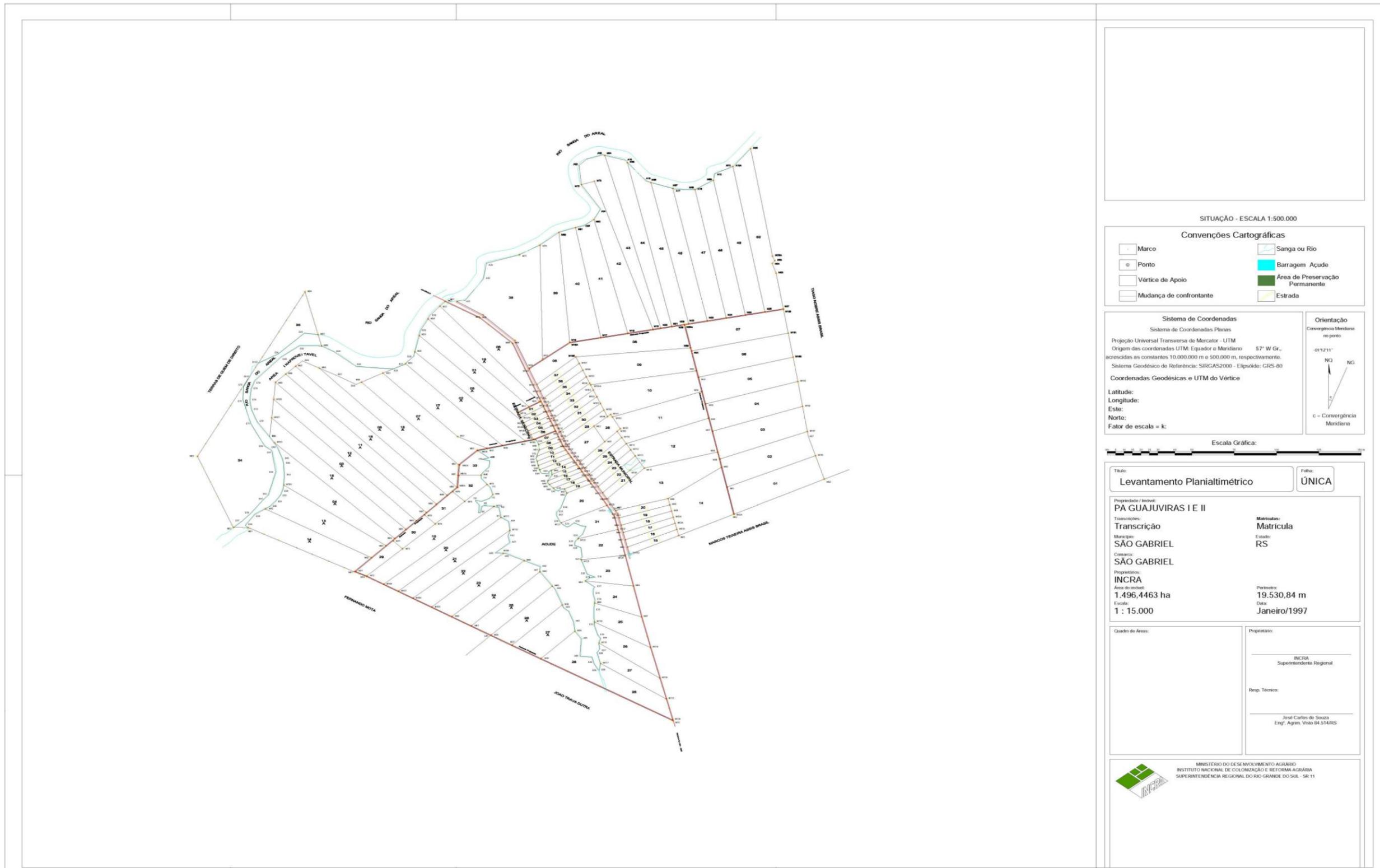
Fonte: Incra

Figura 36 - Mapa do Assentamento Novo Rumo



Fonte: Incra

Figura 37 - Mapa do Assentamento Guajuviras



Fonte: Incra

4.2 COMO FUNCIONA A ESCOLA ATALIBA HOJE - UMA VISÃO DOS VÁRIOS SEGMENTOS ESTUDADOS

No ano de 2013, a Escola Ataliba passou por um processo de transição de um sistema de ensino seriado, para o sistema de ensino organizado por ciclos de formação, como prevê o artigo 23 da LDB. Assim novo Regimento e Projeto Político Pedagógico foram formulados onde, na formação do estudante, são consideradas as suas vivências, seu conhecimento de mundo, suas habilidades e participações na escola.

A proposta de reestruturação curricular das escolas de ensino fundamental do campo do Estado do Rio Grande do Sul do ano de 2013 prevê a estruturação das escolas do Campo por ciclos de formação.

A proposta dos ciclos de formação modifica não só a organização escolar, mas a compreensão da educação em seu significado social mais amplo. Até então, o princípio que vinha orientando a concepção e a organização escolar seriada era o conhecimento, reunindo os alunos através da aquisição de conhecimentos, mediados por um professor.

A Educação em ciclos defende que os alunos sejam agrupados em ciclos de formação e que o critério de inclusão se deva operar por faixa etária ou por etapa de desenvolvimento humano. Isso implica mudar o conceito de escola e também o modo de conceber o processo de avaliação escolar, onde seja dado tempo aos alunos para completar seus ciclos de formação.

Arroyo (2008) diz que as idades da vida, da formação humana passam a ser eixo estruturante do pensar, planejar, intervir e fazer educativos, da organização das atividades, dos conhecimentos, dos valores, dos tempos e espaços.

Desse modo, a escola estudada, segundo Horst; Fontoura (2016) precisou se reorganizar pedagogicamente, pois uma nova concepção de educação foi implantada. Assim, ao passar a funcionar por ciclos de formação passou e ainda passa, por uma alteração profunda no modo de conceber a escola, deixando de orientar-se por uma lógica vinculada aos processos de aquisição de conhecimento para orientar-se por uma estrutura nos espaços/tempo de cada aluno, compondo-se de em três ciclos de formação:

Tabela 7 - Ciclos de Formação - Idade - Centralidade

CICLO DE FORMAÇÃO	IDADE	CENTRALIDADE
1º CICLO	6 a 8 anos	- Alfabetização e letramento
2º CICLO	9 a 11 anos	- Aprofundamento da leitura e escrita
3º CICLO	12 a 14 anos	- Consolidação e sistematização do processo de aprendizagem desencadeado nos ciclos anteriores

Fonte: http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/educ_campo. Acesso em: abr, 2016.

A avaliação nos ciclos de formação deve ser emancipatória, onde o aluno é avaliado de forma contínua e participativa, tendo como objetivo conhecer os saberes dos alunos, identificando os melhores caminhos para promover a aprendizagem, verificando a construção ou não de conhecimento pelo aluno, intervindo e redefinindo metas e valorizando o educando na construção do conhecimento, tornando-o consciente de suas possibilidades e limites.

Figura 36 - Mosaico de Fotografias da Escola Estadual de Ensino Fundamental Ataliba Rodrigues das Chagas - Escola Sede e Escolas Unidade

Escola Sede Ataliba Rodrigues das Chagas



**Unidade
Cristo Rei**



**Unidade
Itaguaçu**



**Unidade
Madre Terra**



Fonte: Arquivo Pessoal de Karyn Horst

A escola estudada, é formada a partir de Redes Educacionais com uma Escola Central e três Escolas Unidade. A Escola Central fica situada no Distrito do Batovi, e as Escolas Unidade nos Assentamentos Itaguaçu, Cristo Rei e Madre Terra.

A formação dessa modalidade de organização escolar é decorrente das reuniões interinstitucionais, com compromisso assumido entre Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul - SEDUC e Ministério Público Estadual, a fim de oportunizar escola a todos os educandos e educandas assentados em São Gabriel, mas principalmente decorrente do movimento de territorialização do MST, estudado na presente dissertação.

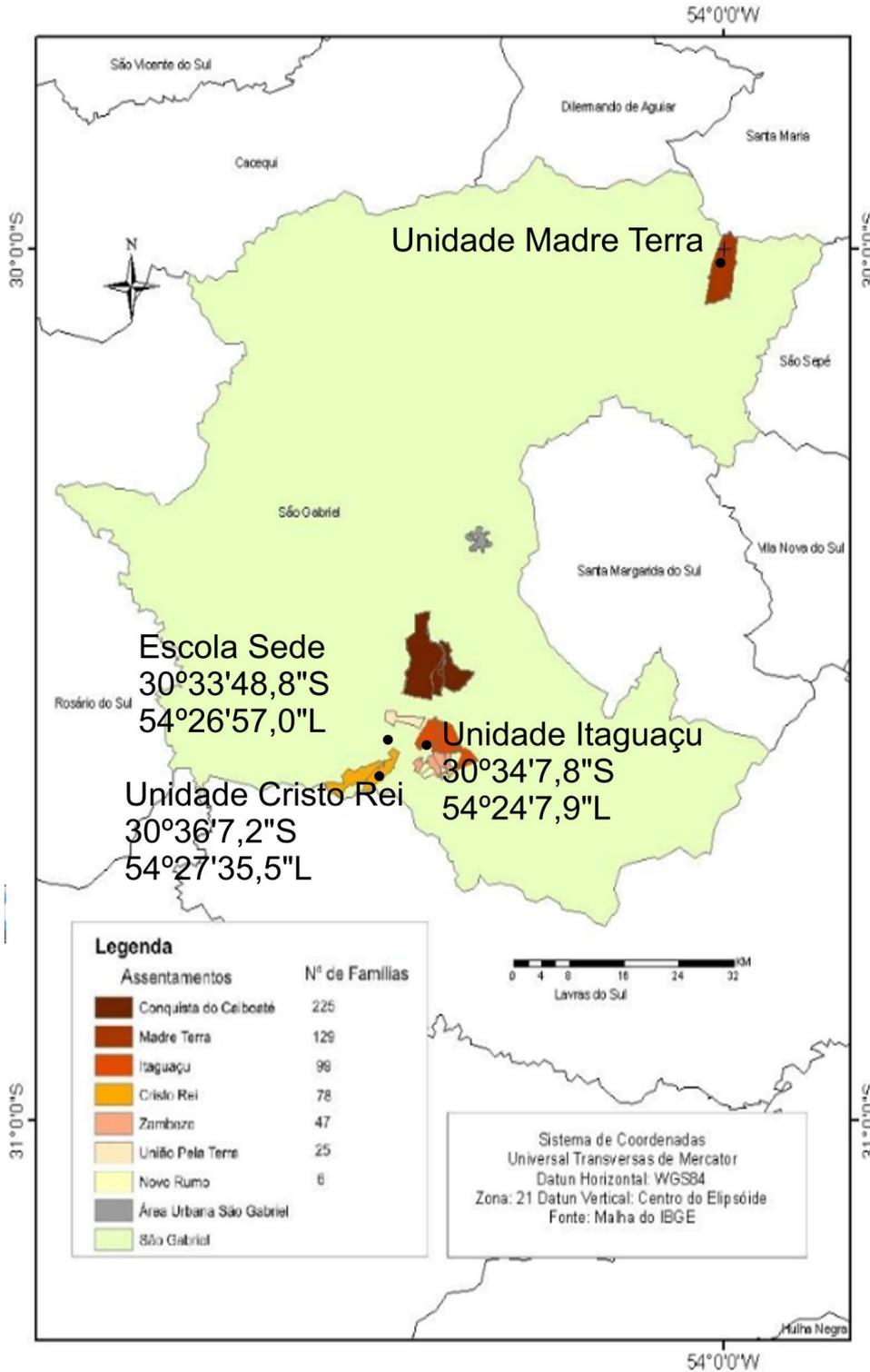
Para Santos (2012, p.135) no processo de luta pela e na terra vivenciadas pelas famílias assentadas, as relações materiais e simbólicas propiciam as transformações no espaço conquistado, ao mesmo tempo em que proporcionam a formação de uma territorialidade capaz de influenciar e transformar o espaço de relações externas aos próprios assentamentos.

Nesse processo de territorialização múltiplos elementos estão incluídos, todos distintos, mas interligados, quais sejam a família, a terra, a comunidade, a escola, a igreja, o poder, os movimentos sócio territoriais. A análise desses elementos com esse novo sujeito torna possível entender como se deu o processo de territorialização do MST, que traz sua marca ao antes território do latifúndio.

É de se presumir que a vinda de centenas de pessoas para uma comunidade rural formada de apenas algumas dezenas, por si só causaria apreensão. E, com certeza tais perguntas foram feitas: Quem são eles? São baderneiros? Realmente são trabalhadores rurais?

Porém, passada mais de uma década aquele temor inicial foi dissipado, pois entrevistados os moradores locais da comunidade, que durante toda a sua vida moraram no interior do município, foram unânimes em afirmar que a comunidade só melhorou com a chegada dos assentados, sendo os itens educação e transporte os que mais se destacaram.

Figura 37 - Mapa da Localização Geográfica da Escolas: Escola Sede Ataliba Rodrigues das Chagas, Unidade Cristo Rei, Unidade Itaguaçu e Unidade Madre Terra.



Pesquisar como está o processo de integração entre os assentados e as comunidades do interior de São Gabriel se torna relevante pois a criação dos assentamentos na área rural, gerou, a princípio, preocupação e temor à comunidade e mais intensamente às comunidades rurais de São Gabriel, onde os assentamentos foram criados.

A proposta deste trabalho é entender como se deu a territorialização do MST, em especial na Escola Ataliba, mas à medida que informações passaram a ser coletadas pode-se compreender que toda a comunidade passou pelo processo de territorialização do MST. Com o MST uma nova visão de mundo passou a fazer parte da vida dos camponeses locais, pois passaram a se entender e se perceber como cidadãos, com deveres e com direitos. Porém, isso somente ocorreu na medida em que se percebeu como possuidor de direitos básicos de todo o cidadão, como por exemplo o direito a transporte e a educação, direitos não garantidos pelas autoridades de antanho.

Assim os moradores ao dizerem com simplicidade "gosto mais agora" estão negando ao que era antes, recriando valores e assumindo uma postura de identificação e criação de vínculos com os excluídos do campo, pois passam a se perceber como excluídos que foram durante décadas pela classe dominante ruralista. O elemento que liga esses dois segmentos estudados, a comunidade formada por antigos moradores da localidade e a nova comunidade formada pelos antigos e novos moradores/assentados, é a escola, haja vista, que todos se uniram para reivindicar um direito de todos, qual seja, o direito constitucional de que o Estado deve ser o responsável por ofertar educação formal a suas crianças e adolescentes.

Outro exemplo de união entre comunidade local e assentados foi quando da mobilização, no ano de 2013, para reivindicar melhoria na RS 630 e estradas internas dos assentamentos, que em dias de chuva ficavam interditadas por falta de manutenção e que não permitiam que professores, estudantes, funcionários e gestores de escola chegassem à Escola. Nesse manifesto uniram-se moradores antigos da localidade, assentados e lideranças locais bem como estudantes, professores e funcionários. Os manifestantes somente deixaram o local após promessa de autoridades de restauração na RS 630, e que permitiu o trânsito em referida rodovia, com mais segurança por algum tempo, e em especial, para que os estudantes pudessem frequentar escola.

Deve-se dizer que essa ação não foi definitiva para que as estradas ficassem transitáveis, em dias de chuva, principalmente a RS 630. Esse problema ainda existe e é motivo de muitos cancelamentos/recuperação de aulas na escola estudada. O cancelamento de aulas motivado pela intrafegabilidade das estradas apresenta uma dinâmica própria em cada unidade escolar. As condições das estradas para se chegar a Unidade Escolar Madre Terra são as piores das quatro unidades escolares. Um dia de chuva representa 2 dias sem aulas. As estradas do Assentamento Cristo Rei, também estão em condições precárias, o que gerou a instauração de Inquérito Civil junto a Procuradoria da República de nº 1.29.009.000897/2015-11, onde os assentados também reclamam da deficiência da merenda escolar. Por sua vez, postulam pela melhoria da RS 630 que é a que oferece condições menos precárias, o que não significa que oferece as condições necessárias para a comunidade escolar. Em razão das chuvas e por condições da RS 630, a Escola Sede é a que menos cancela aulas.

A Escola procura recuperar as aulas perdidas, mas apesar disso, o movimento de ensino-aprendizagem é interrompido, o que provoca prejuízo aos alunos.

Figura 38 - RS 630 - Uma visão de dentro do ônibus escolar em um dia de chuva



Fonte: Arquivo Pessoal De Karyn Horst

Figura 39 - Tchau Transporte escolar - um dia de chuva a caminho de casa



Fonte: Arquivo Pessoal De Karyn Horst

Outro segmento pesquisado foi o de alunos egressos da Escola Ataliba, com 49 (quarenta e nove) entrevistados, e destes, 34 (trinta e quatro) assentados. Estes foram instigados a dar resposta às seguintes questões: A Escola Ataliba atende aos anseios da comunidade em que está inserida? De que forma?

A resposta do entrevistado 25 - do Segmento Alunos Egressos afirma que a escola atende aos anseios da comunidade, e a forma da escola agir no sentido de atendê-los é:

Mantendo e integrando a comunidade junto à escola, assim mostrando os interesses de ambas e, juntas buscarem uma forma de resolver os problemas, de cooperarem juntos para o bem maior.
Entrevistado 25 - Segmento alunos egressos

As falhas da escola estudada para com o objetivo de atender aos anseios da comunidade escolar também foram colocadas pelos alunos egressos. A resposta do entrevistado 33 do Segmento Alunos Egressos chamou a atenção, pela maneira quase poética com que fala da escola e ao mesmo tempo pela maneira com que aponta as falhas que a escola estudada apresenta. Pela resposta dada, a comunidade assentada tinha pleno conhecimento de que a escola que seus jovens iriam frequentar não era a escola "diferente" que tanto desejavam, mas uma escola que os acolheu e os entendeu.

Eu não tenho o que falar pois a escola Ataliba mesmo não estando preparada aceitou os estudantes assentados e nos tornou pessoas melhores e isso ao meu ver já é atender nossas principais necessidades.
Entrevistado 33 - Segmento alunos egressos

Esse sentimento é relatado por vários outros entrevistados, como por exemplo o entrevistado 07 do segmento Alunos Egressos:

Tudo o que aprendi na escola Ataliba foi e sempre será essencial em minha vida.
Entrevistado 07 - Segmento alunos egressos

Outro aspecto mencionado foi o de que os alunos se sentem bem no ambiente escolar por muitos motivos, dentre eles o que foi relatado pelo Entrevistado 23 do segmento Alunos Egressos que afirma:

Acho muita boa a escola, por não ter preconceitos.
Entrevistado 07 - Segmento alunos egressos

O entrevistado 02 do segmento Pais/responsáveis, aproveita a oportunidade e diz:

Agradeço a escola pelo tempo que minha filha estudou ai.
Entrevistado 02 – Segmento pais/responsáveis

Porém, muita coisa precisa ser melhorada. O Entrevistado 35 do segmento alunos egressos afirmou:

Apenas alguns educadores que não entendem o modo de vida no campo.
Entrevistado 35 – Segmento alunos egressos

Contudo a maioria dos entrevistados egressos dizem que a escola deve melhorar principalmente nos quesitos merenda escolar e transporte.

Que pressionem o governo para liberar os recursos para escola porque os alunos precisam se alimentar direito para aprenderem mais.
Entrevistado 16 – Segmento alunos egressos

Na minha opinião eu acho que faltam pouquíssimas coisas, tipo uma quadra de esportes, mais espaço.... e será uma escola perfeita.
Entrevistado 07 – Segmento alunos egressos

O Estado do Rio Grande do Sul, através da 19º Coordenadoria Regional de Educação – 19º CRE, tinha conhecimento das dificuldades que as Escolas do Campo enfrentavam, em especial a Escola Ataliba. A Coordenadora de Educação da 19º Coordenadoria Regional de Educação – 19º CRE relata em texto que merece ser mencionado:

Começamos a buscar informações sobre a situação da Escola Ataliba, e constatamos:

- a precariedade do atendimento oferecido aos alunos,
- o não cumprimento do calendário letivo,
- dificuldade de transporte dos alunos,
- falta de matrículas para a demanda,
- a escola oferecia atendimento em dias diferenciados para poder atender o número de alunos;
- os alunos permaneciam de manhã à tarde na escola, para tanto, tinham de acordar muito cedo e retornar muito tarde e
- total descumprimento dos direitos assegurados a Criança e ao Adolescente.

Assim começaram nossas tentativas políticas para recuperar a Escola Ataliba, com a obtenção de dados reais que envolviam as crianças em idade escolar dentro dos assentamentos de São Gabriel.

Entrevistado 02 – Segmento Secretaria Estadual de Educação 19ª CRE – administração 2011 a 2015.

Frente a esse relato da Entrevistada 02 do segmento Coordenadoria Regional de Educação - 19ª CRE - administração 2011 a 2015 - pode-se verificar, entre outros aspectos, as irregularidades pelas quais passava a Escola Ataliba, quando sob a administração do município de São Gabriel.

A pergunta Para você o que é uma escola do campo? Foi feita aos vários segmentos que declararam:

A escola do campo tem que trabalhar na educação abordando a realidade do campo. Como as pessoas vivem no que trabalham, como se organizam. Trabalhar o conhecimento que ajude a desenvolver a realidade em que os alunos e professores e a comunidade escolar vive. A escola do campo tem que estar junto com a realidade do campo.
Entrevistada 07- Segmento pais/responsáveis

Na minha compreensão, o que o MST concebe por Educação do Campo é relacionar, é juntar escola e vida e não separar, ou seja, é vincular o processo de vida no campo com pressupostos educacionais, com práticas construídas coletivamente. Porém depende de como a escola e o corpo docente tem como concepção do campo. Para nós do MST campo não é só lugar de produção de alimentos, muito embora a função social do camponês é produzir alimentos, é produzir sua existência. A Educação do Campo na sua essência conflita com os interesses que a sociedade estabelece para a educação, pois seus elementos curriculares tendem a recheiar, ocupar disciplinas e as atividades escolares sempre relacionadas à realidade camponesa. A ocupação dos espaços sociais pelos sujeitos é oposição frontal entre o rural e o urbano, pois historicamente o camponês era rotulado como "jeca, matuto" e os "saberes cultos da vida" era do urbano. Até porque para trabalhar e viver no campo era dito que só precisava saber ler e escrever, pois o campo, a terra, é um dos meios de produção é só quem possuía eram os grandes proprietários. Hoje com o advento Reforma Agrária e MST, mudou-e o jeito de pensar educação. Educação do Campo é emancipação humana.
Entrevistado 01 - Segmento Setor de Educação do MST

Aquela que atende aos interesses da população residente no meio onde está inserida com suas peculiaridades e valorização da cultura.
Entrevistado 01 - Segmento Secretaria de Educação do Município de São Gabriel – administração 2013 a 2016.

Interessante é a análise dos conteúdos das entrevistas com relação ao que entendem por uma Escola do Campo ao se diferenciar o segmento dos alunos egressos nos subgrupos assentados e não assentados. O discurso é bem diferente entre um subgrupo e outro, revelando um maior conhecimento do que é uma Escola do Campo entre os alunos oriundos de assentamentos.

A escola do campo é aquela que os professores ensinam e incentivam a sobrevivência no campo, para que os alunos saibam discutir os assuntos da campanha e que busca ensinar e incentivar as raízes camponesas, pois só assim estariam incentivando aos jovens a permanecerem no campo
Entrevistado 39 - Segmento alunos egressos - assentado

A escola do campo é uma escola que se localiza na zona rural e atende alunos do interior do município
Entrevistado 16 - Segmento alunos egressos - não assentado

Outra preocupação demonstrada pelos entrevistados é a falta de continuidade na educação oferecida pelo poder público, ou seja, a falta de ensino médio ou cursos técnicos para a população camponesa, no município de São Gabriel. Atualmente jovens que queiram cursar o ensino médio ou fazer um curso técnico precisam deixar seus afazeres camponeses, o que muitas vezes inviabiliza a continuidade dos estudos.

Muitas famílias assentadas necessitam da mão-de-obra do jovem para “tocar” seus lotes, pois requerem a força da juventude para que as tarefas possam ser cumpridas para que seus lotes possam produzir de maneira que consigam proporcionar uma vida mais digna à toda família. São tarefas diárias, de segunda-a-segunda, pesadas. Em conversa informal com um aluno da escola, por ocasião da solenidade de conclusão do ensino fundamental, foi-lhe questionado se, após a conclusão do ensino fundamental, iria dar continuidade aos estudos e teve-se como resposta o seguinte: querer eu quero, professora, mas não posso deixar minha mãe, ela já não consegue atender tudo sozinha e meus irmãos ainda são pequenos. O pai já morreu... Queremos comprar outra vaca... e o serviço do leite não pode ser deixado para depois. No lote, o serviço não acaba nunca, quando a gente pensa que terminou e pode descansar, vem outro em cima.

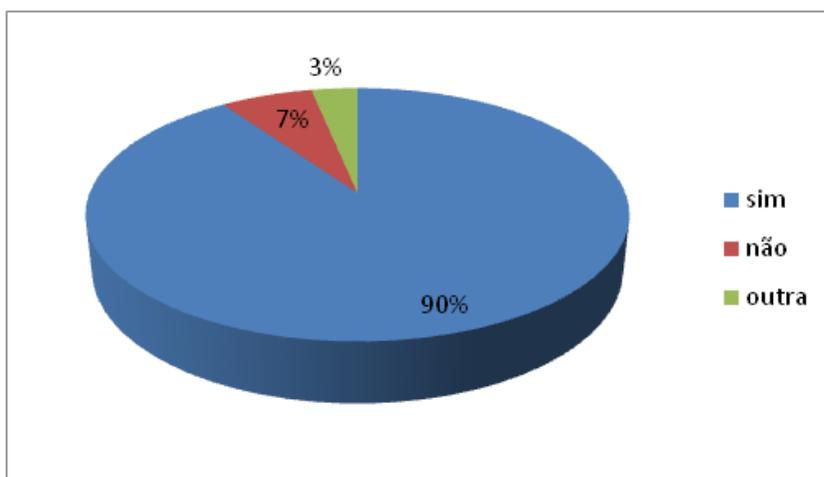
Contudo, após esse relato, deve-se dar continuidade à questão: O que você entende Escola do Campo? O que precisa melhorar?

É uma instituição de ensino que serve para que nossas crianças não abandonem a campanha, mas deixa muito a desejar pois falta ensino médio, superior, cursos técnicos.
Entrevistado 09 - Segmento alunos egressos

Vejo a escola tentando ser uma escola do campo. Mas a meu ver não está conseguindo, pois mesmo sendo uma escola do campo temos que preparar nossos jovens para um futuro fora do campo... para que se no futuro eles desejarem voltar para o campo, voltem por opção.
Entrevistada 02 - Segmento Pais/responsáveis

Ao se questionar se os entrevistados consideram a Escola Ataliba como uma Escola do Campo 90% dos entrevistados a entendem como um Escola do Campo e 7% afirmam que não é uma Escola do Campo.

Figura 40 - Resposta da Questão: Você considera a Escola Ataliba como uma Escola do Campo?



Fonte: Karyn Horst

Nos diversos segmentos pesquisados, foi questionado quais os princípios de Educação do Campo que a Escola Ataliba atende, com as seguintes opções: educação para a transformação social, educação para o trabalho e cooperação, realidade como base da produção do conhecimento, conteúdos formativos socialmente úteis; gestão democrática e auto-organização dos/das estudantes.

Se formos analisar que a Escola é reconhecida pela transformação social, como mencionam 38% dos entrevistados, se deve questionar a que tipo de transformação social estão se referindo?

23% dos entrevistados concluíram que a Escola Ataliba forma seus alunos no princípio educação para o trabalho e cooperação. Porém que tipo de experiência de cooperação a escola está produzindo?

Do total de entrevistados 13% dizem que a escola trabalha com a realidade como base da produção do conhecimento. Mas será que os professores da escola em estudo que ficam quatro horas por dia dentro do transporte no percurso de ida e vinda para a escola conseguem conhecer a realidade do aluno? Some-se a isso a carga horária de 4 (quatro) horas de aula no turno da manhã, mais 4 (quatro) horas no turno da tarde. Com essa realidade do corpo docente a formação inicial e continuada está acontecendo?

1% dos entrevistados referem-se que a escola trabalha conteúdos formativos socialmente úteis. Mas essa escola consegue partir da realidade dos alunos,

articulando-se nas diversas áreas de ensino a fim de proporcionar-lhes conteúdos formativos socialmente úteis? O que é socialmente útil para uma escola em São Gabriel especialmente para crianças e adolescentes que tem em sua história de vida ensinamentos de luta para a conquista de direitos básicos, como saúde, educação, habitação. Lazer, entre outros.

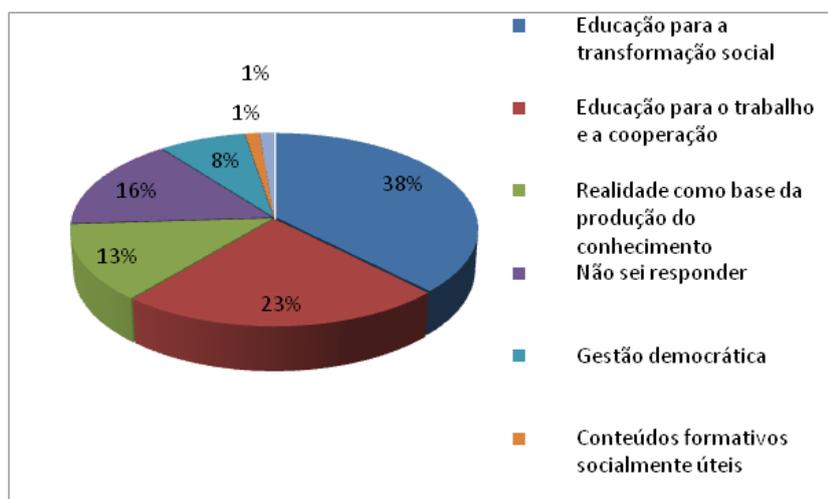
8% dos entrevistados dizem que a escola em questão trabalha com gestão democrática. Será que ela, a gestão democrática, efetivamente acontece na escola?

Segundo Kist, Fontoura e Lock a Escola Estadual de Ensino Fundamental Ataliba Rodrigues das Chagas vivencia gestão democrática,

Visto que a equipe diretiva da unidade é escolhida pela comunidade escolar e, a instituição busca construir espaços dialógicos com a comunidade escolar para traçar suas metas educacionais-políticas-administrativas, que se presentificam no seu Projeto Político Pedagógico. (KIST; FONTOURA; LOCK, 2016)

A Figura 43, estabelece os limites e percentuais da questão acima examinada.

Figura 41 - Resposta da Questão: Quais os princípios de educação do Campo que a Escola Ataliba atende, com as seguintes opções: educação para a transformação social, educação para o trabalho e cooperação, realidade como base da produção do conhecimento, conteúdos formativos socialmente úteis

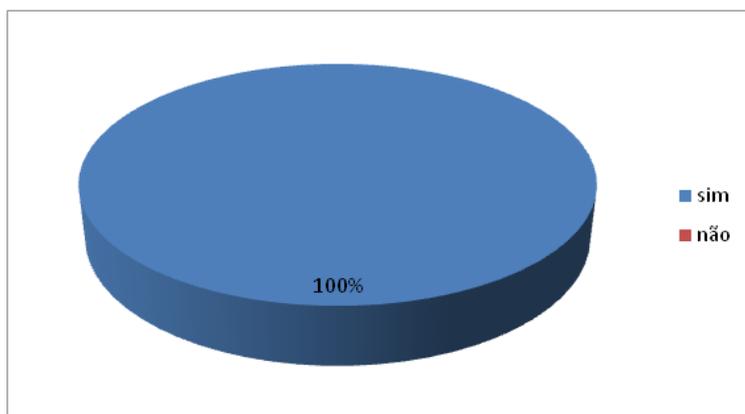


Fonte: Karyn Horst

É de se ressaltar que 100% de um total de 160 (cento e sessenta) entrevistados conhecem a Escola Ataliba. Assim se pode concluir que as respostas

dadas pelos entrevistados tiveram como base a realidade de cada um no que se refere às respostas dadas.

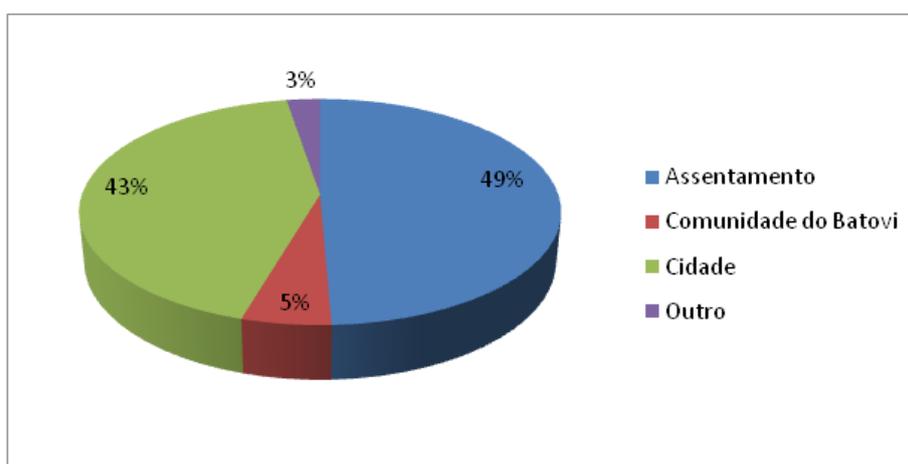
Figura 42 - Resposta da Questão: Você conhece a Escola Ataliba?



Fonte: Karyn Horst

Do total de entrevistados 49% são oriundos de assentamentos, 44% são entrevistados oriundos da cidade de São Gabriel, 5% da Comunidade local e 3% de entrevistados são de outras localidades, como por exemplo os gestores da 19ª Coordenadoria Regional de Educação - 19ª CRE, situada em Santana do Livramento.

Figura 43 - Resposta da Questão: Onde você mora? com as seguintes opções: assentamento, Comunidade do Batovi, cidade, outro



Fonte: Karyn Horst

Os entrevistados foram instigados a indicar quais as melhorias que deveriam ocorrer na escola em estudo para que houvesse uma educação do campo, dentro dos princípios filosóficos e metodológicos do MST. Comparando-se os relatos é possível verificar que não só modificações pontuais devem ocorrer na escola. A comunidade assentada sabe, entende e expressa, em seus relatos, que também é responsável pela construção de uma escola que atenda os anseios camponeses.

Acho que os princípios de lidar com os alunos deveriam ser revistos. Eles (os alunos) devem ter liberdade de expressão, mas devem também saber a importância de aprender os conteúdos didáticos que a escola oferece.

Entrevistado 02 – Segmento pais/responsáveis

Entender que a Escola em estudo é uma escola “em construção”, fica claro nos depoimentos dos entrevistados 01 e 26 do segmento alunos egressos, que sabem da importância da participação da comunidade escolar. O nível de politização da comunidade em que está inserida a escola é grande. São sabedores de seus direitos, porém não deixam de mencionar que são também responsáveis para que a escola aconteça.

O real interesse é a educação dos alunos que estudam na escola. Para melhorar isso devia ter muito mais interesse dos alunos, pais e professores. Os professores de matérias mais complicadas deveriam ter mais interesse. Os pais deveriam participar mais de reuniões. Deveria ter melhor infraestrutura e mais rigidez em conceitos que devem ser atingidos pelos alunos para se ter a aprovação!

Entrevistado 01 – Segmento alunos egressos

Mantendo e integrando a comunidade junto a escola, assim mostrando os interesses de ambas e, juntas, buscar uma forma de resolverem, cooperarem juntos para o bem maior (os alunos).

Entrevistado 26 – Segmento alunos egressos

Além de serem sabedores de seus direitos e deveres, a comunidade escolar entrevistada, reconhece que faltam políticas públicas para a escola em questão, uma vez que ainda carece de itens básicos para a formação de crianças e jovens, como laboratório de informática, laboratório de ciências, biblioteca, quadra de esportes e áreas destinadas a experiência de produção

A escola está no caminho, precisa continuar, a envolver a comunidade escolar, poder público, alunos, professores e colaboradores para cada vez mais desenvolver experiências voltadas aos interesses dos povos do campo. Acho que deveriam ter novos projetos que ampliassem os espaços de ação da escola, como por exemplo, ter laboratório, áreas de

experiências de produção que sirvam como meio de experiência de aprendizagem para os alunos e a comunidade.
Entrevistado 02 – Segmento pais/responsáveis

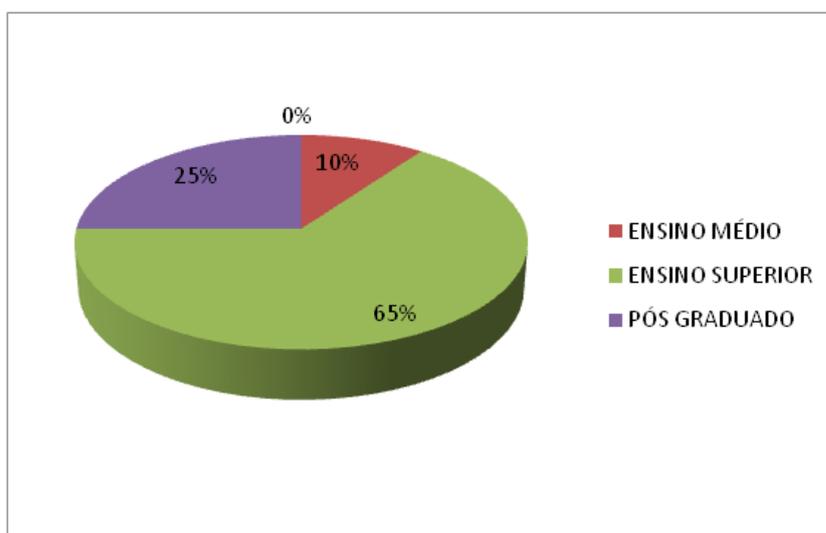
Interessante a análise da fala do representante do Setor de Educação do MST no que a Escola Ataliba necessita melhorar para atender aos anseios dos assentados. Como primeiro item coloca a valorização dos professores, o que indica que o Setor de Educação do MST tem consciência de que os professores não fazem mais, ou por falta de infraestrutura da escola ou por falta de cursos de capacitação dos mesmos, voltados à Educação do Campo.

Primeiramente, valorização dos professores e políticas públicas voltadas ao campo como: telecentros de informática extensivo às comunidades, projetos com proposta de capacitação dos educadores para que possam produzir conhecimentos além das "celas de aula" e projetos para que educandos possam desenvolver habilidades com relação ao mundo virtual e à pesquisa.

Entrevistado 01 – Segmento Setor de Educação MST

Dos 20 (vinte) professores e funcionários da Escola Ataliba entrevistados, 25% possuem pós-graduação, 65% ensino superior e somente 10% ensino médio completo.

Figura 44 - Resposta da Questão feita aos professores: Qual a sua formação?



Fonte: Karyn Horst

Outro item a ser abordado é que atualmente (2016) a escola possui um corpo docente composto por 21 (vinte e um) professores, sendo que apenas 5 (cinco) são

professores nomeados pelo Magistério Público Estadual e distribuídos na Escola Central e Escolas Unidade. Poder-se-ia, dizer que são 4 (quatro) unidades de ensino (1 escola central e 3 escolas unidade), sendo que esses 5 (cinco) professores nomeados estão lotados nas várias unidades de ensino que formam a rede Ataliba. Os demais professores são contratados, muitos por tempo determinado ou com descontinuidade do contrato ao término do ano letivo, o que gera não só uma descontinuidade do contrato, mas descontinuidade do compromisso com o projeto de Educação do Campo.

Nota-se uma preocupação dos professores com as dificuldades de infraestrutura da Escola estudada.

As condições das estradas e dos ônibus que transportam os alunos são precárias. A verba da merenda escolar não é suficiente para uma merenda mais variada e nutritiva. A verba do Estado para que professores, funcionários e alunos tenham uma escola melhor é insuficiente.

Entrevistado 07 – Segmento professores

Diante disso é de se questionar: Será que há real interesse do Poder Público para a efetivação de uma escola do campo?

Acho que se a Escola tivesse uma sala de informática e uma quadra de esportes iria contribuir para o crescimento dos alunos.

Entrevistado 09 – Segmento professores/funcionários

Há falta de espaço adequado para atividades físicas, biblioteca, laboratórios e refeitório. Pouco recurso para merenda e estradas sem condições de trafegabilidade em dias de chuva.

Entrevistado 15 – Segmento professores /funcionários

As preocupações mencionadas pelos professores se materializam ao se observar a fotografia 46 e a fotografia 47 que trazem a “quadra de esportes” e as “condições precárias” do transporte escolar. Deve-se consignar que se os professores são submetidos a uma carga de quatro horas diárias no transporte de ida e vinda da escola, as crianças assentadas também o são. Não é raro encontrar crianças com menos de seis anos trazendo na sua mochila escolar uma mamadeira de leite para se alimentar no percurso de volta para casa, repousando nos bancos do transporte escolar de maneira inconfortável e insegura.

Figura 45 - "Quadra de Esportes e de Lazer"
Escola estadual de Ensino Fundamental
Ataliba Rodrigues das Chagas



Figura 46 - Aluno do 1º Ciclo
Voltando para casa no transporte
escolar

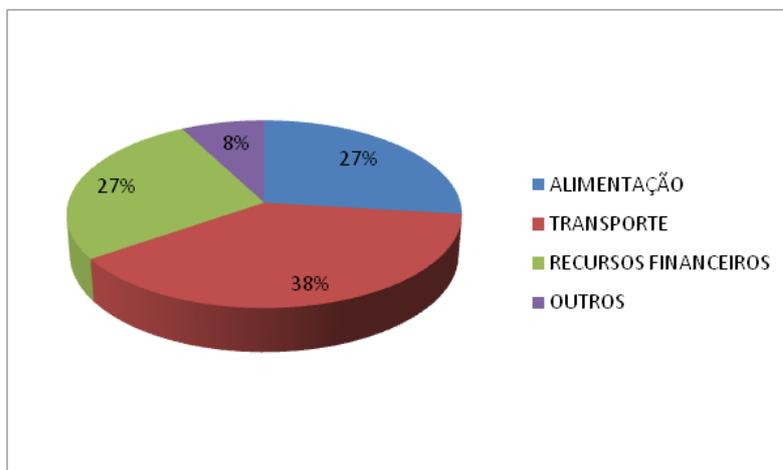


Fonte: Arquivo pessoal de Karyn Horst

Fonte: Arquivo pessoal de Karyn Horst

Alimentação, transporte e falta de recursos financeiros foram mencionados pelos professores como as maiores dificuldades para exercer a carreira docente na Escola Ataliba.

Figura 47 - Resposta da Questão: Qual a maior dificuldade para exercer a carreira de docente na Escola Ataliba?



Fonte: Karyn Horst

Com relação a merenda escolar a situação foi abordada por Fontoura (2014) que informa que a verba disponibilizada pelo Estado do Rio Grande do Sul está relacionada ao senso escolar do ano anterior. Assim, existiu até o ano de 2015, grande discrepância entre os alunos matriculados no ano em vigor e o valor recebido (vide figura 26).

Afirma que:

A escola preconiza disponibilizar duas refeições para cada turno. Dessa forma, os educandos que integram o turno da manhã são recepcionados com uma primeira refeição, constituída pelo café da manhã e ao final do mesmo, uma segunda refeição referente ao almoço. Já os que englobam o turno da tarde, ao chegar na escola são recebidos com almoço e durante o transcorrer do turno, apreciam uma segunda refeição caracterizada pelo lanche da tarde. (FONTOURA, 2014, p. 93)

Essa situação, porém, precisou mudar no final do ano de 2015. Os atrasos nos repasses de verbas e a falta de atualização monetária dos valores repassados para a merenda escolar forçaram a escola a reduzir a quantidade de merenda oferecida, que passou a ser de café da manhã, para os alunos do turno matutino e para o turno vespertino, almoço. Outro fator que levou a escola a reduzir a oferta de merenda escolar foi o fato de que a Secretaria Estadual de Educação entregava à escola verba financeira complementar para a merenda escolar, em razão da Notificação 00883.0066/2014. Ocorre, que mesmo com tal notificação, a Secretaria Estadual de Educação deixou de repassar à escola referida verba complementar na atual gestão. Lembra-se, sem ser redundante, que muitas das crianças e adolescentes alunos da Escola Ataliba necessitam ficar até quatro horas por dia no transporte escolar.

Nota-se que a Escola em estudo deixa de percorrer seu caminho para se tornar efetivamente uma Escola do Campo com uma educação realmente voltada aos interesses camponeses, por motivos que competem ao poder público, como transporte, estradas, merenda escolar, espaço de esportes e não à escola.

Grande parte das questões não terão respostas capazes de resolver definitivamente os problemas postos, mas são motivo de instigar a reflexão sobre possíveis caminhos a serem percorridos para efetivamente se reconhecer a complexa estrutura da Escola de Ensino Fundamental Ataliba Rodrigues das Chagas.

5 CONCLUSÃO

“Quando o homem compreende a sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e o seu trabalho pode criar um mundo próprio, seu Eu e as suas circunstâncias.”
— Paulo Freire

Este trabalho de dissertação teve como objetivo geral: "Compreender como se deu o processo de reconfiguração da Escola Estadual de Ensino Fundamental Ataliba Rodrigues das Chagas, a partir da criação dos assentamentos rurais da reforma agrária, em São Gabriel, em 2008. Para tanto, em um primeiro momento, foi analisada a questão agrária no Brasil, direcionando a análise ao município de São Gabriel e na historicidade do município, onde constatou-se que a concentração de terras no país é histórica, sendo que em São Gabriel, município estudado, verifica-se a continuidade de tal situação, que determina a exclusão dos povos do campo. São Gabriel, campo de estudo, mantém características de uma sociedade concentradora e excludente e o MST, através de lutas, marchas, acampamentos e assentamentos, passou a territorializar-se no Coração do Latifúndio. As ações do MST encontraram amparo legal nas diversas legislações existentes no país e assim como o estudo da questão agrária, o estudo da evolução dos conceitos de propriedade e educação, com base nas diversas Constituições brasileiras, torna-se importante na medida em que leva a compreender como se deu a construção desses conceitos.

Ao se abordar a luta do MST pela conquista da terra e em especial a luta do MST pela educação no município de São Gabriel se compreende a importância dos movimentos socioterritoriais na construção de uma educação crítica e que promova a formação de sujeitos capazes de construir seu futuro. Enfrentar a historicidade do município levou à compreensão do que motivou as ações de repúdio e ódio havidas em São Gabriel, no ano de 2003, para com os integrantes do MST. Por outro lado, como as peças de um quebra-cabeças que devem se encaixar, o estudo da evolução da construção da Legislação da Escola do Campo, levou a compreender as ações dos movimentos socioterritoriais nesse sentido. Nesse contexto, o estudo abordou como se deu a criação de um novo tipo de educação, Educação do Campo sob a visão do MST, tendo em vista que a educação ofertada aos povos do campo

ou era uma educação que reproduzia a educação urbana e/ ou era uma educação assistencialista/compensatória, reprodutora da ordem social vigente. A educação que os povos do campo almejam deve ser um instrumento para a transformação social e formação de sujeitos críticos, que siga os princípios metodológicos e filosóficos do movimento.

Para, tanto foi caracterizado o objeto de pesquisa, que é a Escola Estadual de Ensino Fundamental Ataliba Rodrigues das Chagas, localizada no distrito do Batovi, município de São Gabriel, Rio Grande do Sul e feitas diversas intervenções, compreendidas por diálogos, questionários, entrevistas, pesquisas documentais, criações textuais, tudo a fim de apreender as transformações havidas na escola estudada e dar conta do objetivo geral do estudo, qual seja redesenhar como ocorreu o processo de territorialização do MST na Escola Estadual de Ensino Fundamental Ataliba Rodrigues das Chagas e, via de consequência, buscar as transformações havidas na escola estudada.

Pelo estudo da evolução da legislação sabe-se que é assegurado aos povos do campo o direito à Educação, em especial a Educação do Campo. No entanto, o capital, aliado ao Estado, organizou e definiu uma escola com educação comprometida com interesses burgueses. E justamente é neste tipo de escola que os assentados de São Gabriel passaram a estudar a partir do fechamento das Escolas Itinerantes, com professores que não se encontram vinculados à causa camponesa, muitas vezes nem preparados para questionar a educação tradicional que tiveram.

Está nas mãos desse professor, em conjunto com os vários segmentos que integram a comunidade escolar, transformar essa escola em uma Escola do Campo.

Porém, para que o professor possa efetivamente fazer parte dessa transformação deve receber formação continuada para que tenha condições de compreender, conhecer e colocar em prática o projeto de Educação do Campo. Caso contrário, o mesmo se reduzirá a apenas letra morta, um nome, um sonho.

As ações do MST nesse sentido são fundamentais, pois ou a escola estudada caminha para este lado ou está fadada a não cumprir com sua função de formação de um sujeito crítico, protagonista e envolvido nas causas sociais, passando a ser uma escola que reproduz a educação burguesa, assistencialista e que oferta uma educação segundo a lógica capitalista.

A escola com o apoio da comunidade escolar, e com o respaldo do poder público precisaria:

- Trabalhar na formação continuada dos professores;
- Trabalhar a partir da realidade segundo os ditames de Paulo Freire;
- Valorizar o campo fazendo com que o aluno reconheça a importância do camponês e de sua função social;
- Valorizar a história de vida dos camponeses;
- Empreender trabalho de compreensão dos direitos camponeses;
- Desmistificar que o urbano é melhor que o campo;
- Organizar trabalhos cooperativos, a fim de que os educandos conheçam na escola a perspectiva do trabalho coletivo;

Nas observações feitas, percebeu-se que a escola está procurando trabalhar tais aspectos, não obtendo, muitas vezes o sucesso desejado, pois esbarra em problemas que não são de sua competência, como estradas intransitáveis, merenda escolar insuficiente, transporte escolar precário, entre outros.

A vida no campo é extremamente difícil, especialmente para as crianças e jovens que se veem entre duas concepções diferentes e antagônicas - campo e cidade. Você gostaria de viver para sempre no campo? Esse foi um dos questionamentos feitos para 69 alunos que frequentam o final do 2º ciclo e 3º ciclo da Escola Ataliba. A resposta surpreendeu, tendo em vista que nasceram já fazendo parte do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra que tem como objetivo a obtenção de um pedaço de chão para viver. Dos 69 alunos ouvidos, 34 não pretendem viver no campo, contra 35 que entendem o campo como seu futuro. Ter 50% das crianças e jovens questionados com a intenção de deixar o campo levou a se indagar o porquê dessa intenção de deixar a vida camponesa. É comum de se ouvir que após a jornada diária de estudos e do tempo que ficam no transporte escolar, devem trabalhar nos seus lotes, plantando, colhendo, cuidando de animais, tirando leite. Portanto, será que a infância está sendo respeitada?

Se a Educação do Campo não territorializar a Escola Ataliba possivelmente no decorrer do tempo a tese dos ruralistas e de seus seguidores será comprovada, qual seja, de que os camponeses assentados não sabem construir o seu futuro, que são usurpadores das oportunidades que se apresentam, que não sabem produzir o sustento na terra recebida.

A educação, especialmente a escolar, é intermitentemente territorializada por diversos segmentos que assumem o poder, cada qual querendo deixar a sua marca. É fundamental que as escolas que atendem aos assentados sejam capazes de refletir/agir/refletir sobre Educação do Campo para consolidação desse referencial. Escutar a perspectiva cultural dos povos do campo, em especial dos assentados em São Gabriel, re-significando-a, questionando-a e trabalhando na perspectiva de construção e reconstrução de um projeto de Educação do Campo, a ser realmente implantada na escola em estudo seria de fundamental importância para a manutenção no campo das famílias assentadas em São Gabriel. Só assim o programa de Reforma Agrária alcançará seu objetivo qual seja o de fixar o homem no campo, valorizando-o e alcançando o reconhecimento da sociedade.

A territorialização da Escola Ataliba vem, desde a sua criação, sempre articulada com as perspectivas do poder de cada época. Porém, ao se estudar a história de São Gabriel constatou-se que a cidade, onde está localizada hoje, surgiu fruto de desapropriação de terras de Antônio Alves Trilha. Por que essa realidade se perdeu ao longo dos tempos?

Verificou-se, ainda, que as estâncias exercem até hoje poder, tanto simbólico quanto material para os gabrielenses. Poder esse que contribuiu para a recepção preconceituosa do MST à cidade, em 2003. Não é de se estranhar que novamente a população possa se deixar influenciar nos mesmos moldes de 2003. Por ocasião da redação da conclusão desse trabalho foi noticiado, em maio de 2016, que "MST monta novo acampamento em São Gabriel". Comentários a essa notícia, já vem eivados de preconceitos, como por exemplo, o que segue: são forasteiros que vem para nosso município, pessoas que na sua maioria não sabem diferenciar uma pá de uma enxada. Vergonha. Será um campo de treinamento de guerrilha. Assim, a mídia expressa, muitas vezes o preconceito vivenciado por parcela da população.

Portanto, conclui-se que é tênue a linha que mantém em equilíbrio as relações entre ruralistas e camponeses em São Gabriel, após os fatos dos anos de 2003 e 2009. Para que se modifiquem os pré-conceitos arraigados na sociedade e via de consequência o estigma que os camponeses Sem Terra carregam, ainda terão que passar muitos anos e a Escola Ataliba é de fundamental importância para tanto, pois tem o dever de proporcionar para a comunidade escolar oportunidade de esclarecimentos sobre as questões em tela. Esclarecimentos estes que só serão obtidos através do estudo da historicidade do município, em conjunto com as

questões inerentes aos movimentos socioterritoriais quais sejam, relações entre dominador e dominado, detentor do poder e subordinado, ruralista e camponês. Nessa perspectiva, pode-se dizer que Escola Ataliba ainda é território dos ruralistas e somente se efetivará a territorialização camponesa quando e se esses aspectos forem refletidos na ação educacional.

Assim, com tais reflexões, feitas pela comunidade escolar, será possível que os filhos de acampados/assentados em São Gabriel, compreendam que a luta pela terra e pela educação é permanente, é constante para quem "ousou" combater o dominador no "Coração do Latifúndio". Caso contrário a luta havida até então poderá ter sido em vão com a consequente reterritorialização do latifúndio.

Nas entrevistas realizadas, junto a alunos egressos e pais/responsáveis por alunos da Escola Ataliba e professores da escola estudada, nota-se que muitos não têm conhecimento dos referenciais de Educação do Campo. Efetivamente, alunos egressos e pais/responsáveis não precisam saber o que é Educação do Campo. Quem deve fazer essa leitura e compreender o que falta para a escola em estudo se tornar uma Escola do Campo são os profissionais da educação. Para isso, devem receber formação continuada, o que não está acontecendo. Só assim, professores poderão desempenhar suas atividades com comprometimento com essa modalidade de ensino.

Se cabem à escola e aos professores tarefas árduas, cabe ao poder público uma única tarefa, qual seja de colocar em prática políticas públicas já contempladas pela legislação brasileira relativa à Educação do Campo. Com isso não se afirma que a legislação que existe seja suficiente para ofertar uma educação de qualidade aos camponeses, respeitando suas especificidades e seus direitos. Contudo o fato de serem implementadas políticas públicas que efetivamente "façam acontecer" aquelas já existentes será um grande passo para a educação de crianças e jovens que hoje vivem no campo.

Nota-se que a Escola em estudo deixa de percorrer seu caminho para se tornar efetivamente uma Escola do Campo com uma educação realmente voltada aos interesses camponeses, por motivos que competem ao poder público, como oferta transporte escolar, estradas transitáveis, merenda escolar suficiente, espaços de esportes e lazer.

De outro lado, cabe ao MST a continuidade de suas ações de territorialização na constituição da Escola estudada. A conquista de escolas para todas as crianças

e jovens assentados em São Gabriel, a conquista de escolas em vários assentamentos, a conquista de transporte escolar, entre outras, são fruto dessas ações. Porém a criação da Escola do Campo do Itaguaçu deve sair do papel com oferta de ensino fundamental, médio e Educação Profissional. A territorialização camponesa também é tarefa de uma escola que trabalha fundamentada no projeto de Educação do Campo.

Mas questões ainda precisam ser respondidas nesse trabalho de dissertação. Quais sejam: Quem são eles? E suas crianças? Para responder, traz-se a explicação de uma aluna da escola em estudo, que dá conta de responder essas questões.

"Fazemos parte de uma organização que luta para transformar a sociedade e a situação de injustiça e desigualdade que vivemos (...) onde casais com filhos fazem parte da luta pela terra."

Com a simplicidade trazida por uma aluna da Escola Ataliba se compreende que a luta por uma sociedade melhor continua e que essa luta deve envolver todos os segmentos da comunidade escolar, que a territorialização do MST na constituição da Escola Estadual Ataliba Rodrigues das Chagas é de suma importância para a caminhada da escola rumo a escola tão sonhada pelo MST.

Um grande caminho já foi percorrido. Das aulas em salas de aulas improvisadas de chão batido, em cima de caminhões, em baixo de árvores, dentro de ônibus já se tem, em São Gabriel uma escola que sabe que deve oferecer educação voltada aos interesses camponeses, mas também sabe que para atingir esse objetivo deve haver ações conjuntas da gestão escolar, do corpo docente, do MST, da comunidade escolar, do poder público, peças de um grande quebra-cabeças, cada uma em seu lugar, cada uma cumprindo sua função para que seja montada a grande estrutura que deve ter uma Escola do Campo.

REFERÊNCIAS

ALVES, Z. M. M. B.; SILVA, M. H. G. F. D. **Análise qualitativa de dados de entrevista: uma proposta.** Ribeirão Preto: Pandéia, 1992.

AMBONI, V. **A escola no acampamento do MST: institucionalização e gestão estatal da Escola Itinerante Carlos Marighella,** 2014. Tese de Doutorado, São Carlos: UFSC, 2014

ARROYO, M. G. **Os desafios da construção de políticas públicas para a educação do campo.** Cadernos temáticos da educação do campo. Curitiba: SEED/PR. 2008.

ARRUDA, H. M. R. F. **Cartografia de Síntese para Análise Integrada da Paisagem do Município de São Gabriel/RS: Uma Proposta de Zoneamento Ambiental.** 2011. Dissertação de Mestrado em Pós - Graduação em Geografia e Geociências, Centro de Ciências Naturais e Exatas. Santa Maria. UFSM. 2011.

ATLAS DA VIOLÊNCIA. In: <<http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/violencia.htm>> Acesso em dez, 2015.

BASTIANI, T. M. **Rompendo as Cercas da Educação Burguesa: A Luta pela Construção de uma Escola no Assentamento Madre Terra, São Gabriel/RS.** 2014. Dissertação de Mestrado em Educação. Santa Maria: UFSM, 2014.

BEAUD, M. **Arte da Tese.** 2. ed. Rio De Janeiro: BCD União de Editoras, 1997.

BRASIL. **Ato Institucional nº 5,** de 13 de dezembro de 1968.

BRASIL. **Constituição de 1824.** In: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm>. Acesso em dez, 2015.

BRASIL. **Constituição de 1891.** In: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm>. Acesso em dez, 2015.

BRASIL. **Constituição de 1934.** In: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm>. Acesso em dez, 2015.

BRASIL. **Constituição de 1937.** In: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm>. Acesso em dez, 2015.

BRASIL. **Constituição de 1946.** In: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm>. Acesso em dez, 2015.

BRASIL. **Constituição de 1967.** In: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm>. Acesso em dez, 2015.

BRASIL. **Constituição de 1969.** In: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67EMC69.htm>. Acesso em dez, 2015.

BRASIL. **Constituição de 1988.** In: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em dez, 2015.

BRASIL. **Decreto 93.188 de 29 de agosto de 1996.** Dispõe sobre a Organização Básica do Ministério do Exército.

BRASIL. **Diário Oficial da União de 19 de novembro de 2011.** Termo de Cessão de Uso INCRA/RS/Nº 014/

BRASIL. **Estatuto da Terra - Lei 4504, de 30 de novembro de 1964,** dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências.

BRASIL. **Estatuto do Trabalhador Rural - Lei 4214, de 02 de março de 1963,** dispõe sobre o Estatuto do Trabalhador Rural.

BRASIL. **Exército.** In: <http://www.6becmb.eb.mil.br/becmb.htm>. Acesso em jan 2016.

BRASIL. **I Plano Nacional de Reforma Agrária -,Decreto nº 91766,** de 10 out, 1985.

BRASIL. **II Plano Nacional de Reforma Agrária.** Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Analfabetismo.** In: <http://www.oei.es/quipu/brasil/estadisticas/analfabetismo2003.pdf>. Acesso em: out, 2015.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidades>>. Acesso em ago, 2015.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/Lista_de_munic>. Acesso em jul, 2015.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidades-historico>>. Acesso em jul, 2015.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em jul, 2015.

BRASIL. **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.** In: <<http://www.incra.gov.br/assentamento>>. Acesso em set, 2015.

BRASIL. **Lei Agrária - Lei nº 8629 de 25 de fevereiro de 1993**, dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Lei nº 9394/96**. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação -Lei 5692 de 11 de agosto de 1971**. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º grau. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm>. Acesso em abr, 2016.

BRASIL. **Lei de Terras -Lei 601, de 18 de agosto de 1850**, dispõe sobre terras devolutas do Império.

BRASIL. **Lei nº 2.597, de 12 de setembro de 1955** -Dispõe sobre a faixa de fronteira.

BRASIL. **Mapa do analfabetismo no Brasil**. Disponível em <<http://www.oei.es/quipu/brasil/estadisticas/analfabetismo2003.pdf>>. Acesso em out, 2015.

BRASIL. **Ministério da Educação, PRONACAMPO**. In: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13250-por86pronacampo-pdf&category_slug=junho-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em 2016.

BRASIL. **Ministério da Educação.- Parecer 36/2001**. Estabelece diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo.

BRASIL. **Parecer Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Básica - CNE/CEB 01/2006**.

BRASIL. **Parecer Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Básica - CNE/CEB 03/2008**.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014 -2024**. Lei nº 13005 de 25 de junho de 2014.

BRASIL. **Procuradoria Geral da República**. Inquérito Civil nº 129009000897/2015-117.

BRASIL. **Resolução Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Básica - CNE/CEB 02/2008**.

BRASIL. **Resolução Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Básica - CNE/CEB 01/2002**.

CABRAL, I. L. L. et all. **Indicadores morfodinâmicos que sugerem movimentos neotectônicos no divisor de águas dos rios Ibicui/Jacui - Depressão periférica - RS**. In: www.abequa.org.br/trabalhos/tectonica. Acesso em mai, 2016

CADERNO 7 In: <http://www.caderno7.com/2016/05/tarso-teixeira-os-verdadeiros.html>. Acesso em mai, 2016.

CALDART, R. S. Et Al. **Dicionário Da Educação do Campo**. Rio De Janeiro, São Paulo: Expressão Popular, 2012, pag. 501.

CAMINI, I. **Escola Itinerante do MST, na fronteira de uma nova escola**. Expressão Popular, 2009.

CAMINI, I. **O cotidiano pedagógico de professores e professoras em uma escola de assentamento: limites e desafios** Dissertação de Mestrado em Educação. Porto Alegre: UFRGS. 1998.

CIDADANIA. In: Empresa Brasileira de Comunicação. Disponível em <<HTTP://www.ebc.com.br/cidadania/2014/03/discurso-de-jango-na-central-do-brasil-em-1964>> acesso em dez, 2015.

COSTA, R. H. da. **RS Latifúndio E Identidade Regional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

CUNHA, J. T. P. **De boletim a jornal Sem Terra: história, práticas e papel na constituição do MST**, São Paulo: USP, 2013.

DEMO, P. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. 3. ed. São Paulo: Editora Atlas, 1995.

DESAPROPRIAÇÃO DA FAZENDA SOUTHAL. In: <https://n1noticia.wordpress.com/2013/05/16/opiniao-desapropriacao-da-southall-dez-anos-depois/>. Acesso em jun,2016.

EDUCAÇÃO DO CAMPO. In: http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/educ_campo. Acesso em abr, 2016.

ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL ATALIBA RODRIGUES DAS CHAGAS. **Censo Escolar** São Gabriel, 2014.

ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL ATALIBA RODRIGUES DAS CHAGAS. **Projeto Político-Pedagógico**. São Gabriel, 2014.

ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL ATALIBA RODRIGUES DAS CHAGAS. **Regimento**. São Gabriel, 2014.

ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL ATALIBA RODRIGUES DAS CHAGAS. **Plantas da Escola**. São Gabriel, 2014.

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL-URBANA. In <<http://slideplayer.com.br/slide/49032/>>. Acesso em jan,2016.

FERNANDES, B. M. **A questão agrária no limiar do século XXI**. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 15. 2000, Goiânia. Anais: Universidade Federal de Goiás, 2000.

FERNANDES, B. M., MOLINA, M. C. **O campo da educação do campo**. In: <www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes>. Acesso em jun, 2016

FERNANDES, B. M. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. Disponível em <http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/Bernardo_QA.pdf>. Acesso em abr, 2016.

FERNANDES, B. M.; ARROYO, M.G. **Por uma Educação Básica do Campo nº2**. Brasília, 1999. In: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaodocampo/edbasicapopular.pdf>>.

FERNANDES, B.M. **Conflitualidade e desenvolvimento territorial**: In: <http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/106708/fernandes_bm_ld_prud.pdf?sequence=1>.

FERNANDES, B.M. **Desenvolvimento territorial rural**: In: <http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/106708/fernandes_bm_ld_prud.pdf?sequence=1>.

FERNANDES, B.M. **Geografia da conflitualidade no campo brasileiro**. São Paulo: Unesp, 2009 v.2.

FERNANDES, B.M. **Movimentos Socioterritoriais e Movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais**. Revista NERA, ano 8, n.6. 2005. Disponível em: <www2.fct.unesp.br/nera/revistas/06/Fernandes.pdf> Acesso em: mai, 2015.

FERNANDES, B.M. In: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/82742065/doeal-poder-executivo-23-12-2014>>.

FIGUEIREDO, O. S. **São Gabriel desde o Princípio**. São Gabriel: ND, 1984.

FONTOURA, M. S; MEURER, A. C.; FONTOURA, S. I. S. **Os antagonismos no atual cenário educacional no contexto da reforma agrária com o fechamento das Escolas Itinerantes do MST no RGS (PROEXT 2009)**. 2011. Disponível em <www.fct.unesp.br/encontros/engrup>. Acesso em out, 2014.

FONTOURA, M.S. **As interfaces do acolhimento dos estudantes egressos da Escola Itinerante do MST: desafios da Escola Estadual de Ensino Fundamental Ataliba Rodrigues das Chagas – São Gabriel/RS**. Dissertação de Mestrado em Geografia. Santa Maria: UFSM, 2014.

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

FREIRE, P. In: GADOTTI.M. **Uma biobibliografia**. São Paulo, Cortez, 1996.

GIRARDI, E.P(org), **População**, In: Atlas da questão agrária brasileira, Disponível em http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/caracteristicas_socioeconomicas_b.htm. Acesso em; dez, 2015.

GIRARDI, E.P(org), **Violência no campo**, In: Atlas da questão agrária brasileira, Disponível em <http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/violencia.htm>. Acesso em 21 abr, 2016.

GOHN, M. G. **Movimentos Sociais e Educação**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

GRAZIANO NETO, F. **Questão agrária e Ecologia: Crítica da moderna agricultura**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

HERKENHOFF, J. B. **Dilemas da educação: dos apelos populares à Constituição**. São Paulo: Cortez: Editores Associados, 1989.

HORST, K.; FONTOURA, M. S. **Escola Estadual de Ensino Fundamental Ataliba Rodrigues das Chagas: articulando ações para construir um espaço educativo sustentável e com-vida**. In: Educação Ambiental: Escolas Sustentáveis e Com-Vida, Santa Maria: Caxias, 2016

IANNI, O. **A formação do proletariado rural no Brasil**, In: STÈDILE, O. (org.). A questão agrária no Brasil - O debate na esquerda -1960-1980. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 1971-2012.

JULIÃO, F. **Cadernos do povo brasileiro-Que são as ligas camponesas?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

KIST, A.C.F.; FONTOURA, M.S.F; LOCK, A.P.**Educação Ambiental: uma análise a partir das Escolas do Campo localizadas na área do pampa gaúcho**, In: Educação Ambiental: Escolas Sustentáveis e Com-Vida, Santa Maria: Caxias, 2016

KOLLING, J; CALDART, R.S. **MST e Educação**. In: Dicionário da Educação do Campo, Brasília: Expressão Popular, 2012.

LAROQUE, L. F. S. **Nativo charrua/minuano, guarani e kaingang: o protagonismo indígena e as relações interculturais em territórios de planície, serra e planalto do Rio Grande do Sul**. In: Releituras da História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre:Corag, 2011, p. 15 - 42.

LEFEBVRE, H. **Marxismo**. Porto Alegre: L&PM, 2011.

LEFEBVRE, H. **O pensamento marxista e a cidade**. Lisboa: Ulisseia, 1972.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E.D.A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: E.P.U., 1986.

MALLNANN, M. I. **Os ganhos da década perdida.** In: <<http://www.ipea.gov.br/desafios/index>. >. Acesso em abr, 2016.

MAPA DA CAPITANIA DO RIO GRANDE DO SUL. In:<http://jocabeba.blogspot.com.br/>. Acesso em abr, 2014.

MAPA DA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL In:<http://jocabeba.blogspot.com.br/>. Acesso em abr, 2014.

MARÉS, C.F. **Função Social da Terra.** Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris. 2003.
MARX,K.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista.** In: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1848/ManifestoDoPartidoComunista/cap2.htm>>. Acesso em set, 2015.

MARINS, A. O. M. **Desapropriação para fins de reforma agrária.** In: <www.unibrasil.com.br/arquivos/direito> Acesso em jun, 2016

MEURER, A.C. **Projeto político-pedagógico escolar: Questões a serem refletidas nas escolas do campo.** Fortaleza: UFC, 2010.

MÍDIA INDEPENDENTE. **Comentário ao Panfleto a população gabrielense.** In; <http://midia independente.org/pt/blue/2003/06/256696.shtml>. Acesso em jun, 2016.

MÍDIA INDEPENDENTE. **Panfleto a população gabrielense.** In; <http://midia independente.org/pt/blue/2003/06/256696.shtml>. Acesso em out. 015

MOLINA, M; SÁ, L. M., **Escola do Campo.** In: Dicionário da Educação do Campo, Brasília: Expressão Popular, 2012.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Boletim de Educação nº 1** 1992.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **II Enera manifesto pela educação.** Disponível em < <http://www.mst.org.br/2015/10/01/educadores-da-reforma-agraria-lancam-manifesto-pela-educacao-durante-o-2-enera.html>>. Acesso em jan, 2016.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **II Enera vem para reabrir os circuitos da história da Educação do Campo.** Disponível em< <http://www.mst.org.br/2015/09/02/2-enera-vem-para-reabrir-os-circuitos-da-historia-da-educacao-do-campo.html>>. Acesso em jan, 2016.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Nossa história.** Disponível em < <http://www.mst.org.br/nossa-historia>> acesso em jan, 2016.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Nossa história.** In: <<http://www.mst.org.br/nossa-historia>>. Acesso em abr, 2016.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Princípios da educação no MST.** Caderno de educação nº8. Iterra, 1996.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Programa agrário do MST**. In: Boletim de educação n12. São Paulo: Expressão Popular. 2014.

NASCIMENTO, C.G. **Educação e Cultura: as escolas do campo em movimento**. Fragmentos da Cultura. V.16, nº11/12,, Goiânia, 2006.

NOBRES BRASIL IMPERIAL In:<<https://www.geni.com/projects/Nobres-do-Brasil-Imperial/12615>>. Acesso e, mai, 2016.

O IMPARCIAL- São Gabriel, edições dos anos de 2003 e 2009.

OLIVEIRA, A. U. . **O Brasil, a reforma agrária e as terras devolutas**. Brasília: Radio Agência Notícias do Planalto, 2007. (Trabalhos Publicados).

PALMEIRA, M. G. S. **Modernização, Estado e Questão Agrária**. SINTESIS, n.12, 1990.

PASTORIO, E. **Educação do Campo e Políticas Públicas**. Apresentação Oral no I Curso de Formação Continuada na E.E.E.F. Ataliba Rodrigues das Chagas: uma parceria entre a Escola do campo e UFSM. São Gabriel: Escola de Ensino Fundamental Ataliba Rodrigues das Chagas, 2013.

PEDON, N.R. **Movimentos Socioterritoriais: Uma contribuição conceitual à pesquisa geográfica**. Tese Doutorado em Geografia da FCT – Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP-Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2009. In: DALPERIO, L.C.Geografia dos Movimentos Socioterritoriais de 2000-2011. Uberlândia: Ufop.2012.

PELEGRINI. **O Brasil tem latifúndios: 70 mil deles**. Disponível em:<<http://www.cartacapital.com.br/politica/brasil-tem-latifundios-70-mil-deles-1476.html>> Acesso em jan, 2016.

PEREIRA, C. N. (org). **Genealogia Tropeira: Rio Grande do Sul. Séculos XIX e XX**, Vol III, 2006.

PIQUETE DE TRADIÇÕES GAÚCHAS BATOVI, -Carta de Doação de 25 de outubro de 2012.

PIQUETE DE TRADIÇÕES GAÚCHAS BATOVI, **Livro de Atas**. 1966 a 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL. **História**. Disponível em:<<http://www.saogabriel.rs.gov.br/2015/conheca/historia.html>>. Acesso em set, 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL. Secretaria de Transportes.

RAFFESTIN, C. **Por Uma Geografia do Poder**: Editora Ática, 1993.

RECLUS, E. A natureza da geografia. In: ANDRADE, M. C. de (org.). **Elisse Reclus: geografia**. São Paulo: Ática, 1985.

RIBEIRO, A. S. **Mundos de Silvino Jacques: terra, banditismo rural, poder e sociedade na Fronteira Oeste do Brasil (1929-1939)**. 2011. Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: USP, 2011.

RIETH, M. L. G. D. **Estâncias Históricas e Antigas de São Gabriel e Santa Margarida do Sul**. 2. ed. São Gabriel: Editora Alcance, 2010.

RIO GRANDE DO SUL - **Conselho Estadual de Educação do Estado do Rio Grande do Sul - Parecer 352 de 30 de abril de 2014**.

RIO GRANDE DO SUL -. **Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul - Resolução 320 de 18 de janeiro de 2012**.

RIO GRANDE DO SUL . **Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul - Portaria/91**.

RIO GRANDE DO SUL- **Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, Notificação 00883.0066/2014**.

RIO GRANDE DO SUL, **Constituição do Estado do Rio Grande do Sul**.

RIO GRANDE DO SUL. **Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul - Mapa dos Confins do Brasil Com as Terras da Coroa de Espanha na América Meridional**. Porto Alegre: RS, 2013. v

RIO GRANDE DO SUL. Arquivo **Histórico do Rio Grande do Sul - Títulos de Sesmarias** Porto Alegre: RS, 2013.

RIO GRANDE DO SUL. **Cartório de Registro de Imóveis de São Gabriel**.

RIO GRANDE DO SUL. **Conselho Estadual de Educação do Estado do Rio Grande do Sul - Parecer 416/83**.

RIO GRANDE DO SUL. **Conselho Estadual de Educação do Estado do Rio Grande do Sul - Resolução 253/00**.

RIO GRANDE DO SUL. -**Decreto Estadual nº 16.436, de 03 e3 fevereiro de 1964**

RIO GRANDE DO SUL. **Interdito Proibitório 031/1.03.0011250-5, Comarca de São Gabriel X MST**.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Educação. **Documento orientador do processo de reestruturação curricular das escolas do ensino fundamental do/no campo**. Porto Alegre, 2010.

RIO GRANDE DO SUL. **Secretaria Estadual da Educação - Parecer 1313**. Porto Alegre, 1996.

RIO GRANDE DO SUL. **Termo de Ajustamento de Conduta de 2009**. Porto Alegre: RS, 2012.

RIO GRANDE DO SUL.. **Inventário 031/1.03.0007573-1, Sucessão de Raul Henrique Southall** Comarca de São Gabriel.

ROCHA, J. M.; VALENTINI, L. M. A. B. **Escolas do Campo-desafios para o enraizamento de uma prática educacional democrática**. São Paulo: Paco, 2015.
SALDANHA, J. **Diário Resumido de José de Saldanha**. Biblioteca Nacional, 1786-1937.

SANTOS, A. L. M. **O emergir de um novo território camponês: conquistas e transformações nos domínios do latifúndio - o caso de São Gabriel. 2012**. Dissertação de Mestrado em Geografia e Geociências. Santa Maria: UFSM, 2012.

SANTOS, A. L. M. **O MST chega a terra dos marechais: desafios na construção de um novo território camponês nos domínios do latifúndio**. In: Anais do VIII Congresso Brasileiro de Geógrafos. 2014.

SANTOS, M. **Por uma globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2000.

SANTOS. M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro. Record, 2000.

SÃO GABRIEL. In: <https://n1noticia.wordpress.com/2016/04/10/sao-gabriel-berco-e-morada-de-militares-ilustres/> Acesso em mai, 2015.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SCOTTINI, D. A. **Função Social da Terra**. Conteúdo Jurídico, Brasília: 28 abr. 2012. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.36579&seo=1>> Acesso em: set. 2015.

SEITENFUS, R.(Org.) **Tratado de Madri**. In: Legislação Internacional. 2. ed. Barueri: Manole, 2009, p.1377 – 1382.

SIGAUD, Lygia et al. , **Ocupações de terra, acampamentos e demandas ao Estado: uma análise em perspectiva comparada**Rio de Janeiro, Editora FGV, 2008.

SILVA, A. V. C. **São Gabriel na História: O Drama da Fronteira**. Porto Alegre: Cital, 1963.

SOUZA FILHO, C. F. M. **A função social da terra**. Porto Alegre: Fabris, 2003

STÉDILE, J. P. (Org.) **A questão agrária no Brasil - O debate na esquerda -1960-1980**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 17-34.

STÉDILE, J. P. Org. **A Questão Agrária no Brasil** , Vol. 3, Programas de Reforma Agrária: 1946-2003, São Paulo, Expressão Popular, 2005.

STÉDILE, J. P; FERNANDES, B. M. **Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Estrutura e apresentação de monografias, dissertações e teses**: MDT. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2015.

VERDÉRIO, A. **Trabalho, educação e movimentos sociais: uma análise a partir da luta pela terra e da luta na terra no Brasil contemporâneo**, Anais do 5º seminário Nacional, Estado e Políticas Sociais, PN, 2011.

WIZNIEWSKY, C.R.F. **A contribuição da geografia na construção da educação do campo**. Fortaleza: UFC, 2010.

ANEXO 1